

ORGANIZADORES

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

Nathalia Araujo Duarte de Gouvêa

Victor Soares Rosa

Mulheres,

Imprensa, Literatura e Educação
em Verbetes



ORGANIZADORES

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

Nathalia Araujo Duarte de Gouvêa

Victor Soares Rosa

Mulheres,

Imprensa, Literatura e Educação
em Verbetes



2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena Editora

Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora

Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

A Atena Editora tem um compromisso sério com a transparência e a qualidade em todo o processo de publicação. Trabalhamos para garantir que tudo seja feito de forma ética, evitando problemas como plágio, manipulação de informações ou qualquer interferência externa que possa comprometer o trabalho.

Se surgir qualquer suspeita de irregularidade, ela será analisada com atenção e tratada com responsabilidade.

O conteúdo do livro, textos, dados e informações, é de responsabilidade total do autor e não representa necessariamente a opinião da Atena Editora. A obra pode ser baixada, compartilhada, adaptada ou reutilizada livremente, desde que o autor e a editora sejam mencionados, conforme a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Cada trabalho recebeu a atenção de especialistas antes da publicação. A equipe editorial da Atena avaliou as produções nacionais, e revisores externos analisaram os materiais de autores internacionais.

Todos os textos foram aprovados com base em critérios de imparcialidade e responsabilidade.

Mulheres, Imprensa, Literatura e Educação em Verbetes

| Organizadores:

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza
Nathalia Araujo Duarte de Gouvêa
Victor Soares Rosa

| Revisão:

Os autores

| Diagramação:

Nataly Gayde

| Capa:

Yago Raphael Massuqueto Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M932 Mulheres, Imprensa, Literatura e Educação em Verbetes /
Organizadores Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco;
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza;
Nathalia Araujo Duarte de Gouvêa; Victor Soares
Rosa – Ponta Grossa - PR: Atena, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-4030-7

DOI <https://doi.org/10.22533/at.ed.307260503>

1. Mulheres. 2. Imprensa. 3. Literatura. 4. Educação.
I. Pacheco, Gabrielle Carla Mondêgo (Organizadora). II.
Souza, Mariana Elena Pinheiro dos Santos de
(Organizadora). III. Gouvêa, Nathalia Araujo Duarte de
(Organizadora). IV. Rosa, Victor Soares (Organizador).
V. Título.

CDD 370

Atena Editora

+55 (42) 3323-5493

+55 (42) 99955-2866

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Ariadna Faria Vieira – Universidade Estadual do Piauí
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Cláudio José de Souza – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

APRESENTAÇÃO

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

Nathalia Araujo Duarte de Gouvêa

Victor Soares Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605031>

PARTE I - MULHERES, INTELECTUAIS E IMPRENSA

CAPÍTULO 2 9

OBITUÁRIOS

Michele Ribeiro de Carvalho Cassano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605032>

CAPÍTULO 3 15

RACHEL DE QUEIROZ

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605033>

CAPÍTULO 4 22

D. HENRIETTE E A SUMMERHILL DA GUANABARA

Daniel Vilaça dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605034>

CAPÍTULO 5 34

REVISTAS FEMININAS

Liana Pereira Borba dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605035>

SUMÁRIO

SUMÁRIO

PARTE II - PRÁTICAS DE ESCRITA, EDUCAÇÃO E LEITURA FEMININAS

CAPÍTULO 6 45

CAPITAL CULTURAL

Victor Soares Rosa

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605036>

CAPÍTULO 7 53

ESCRITA EPISTOLAR

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605037>

CAPÍTULO 8 60

ESCOLA DOMÉSTICA DONA JÚLIA EM CUIABÁ, MATO GROSSO (1946-1947)

Gabriella Moura da Silva Bergamin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605038>

CAPÍTULO 9 70

HELENICE, UM HETERÔNIMO DE VINICIUS DE MORAES

Aline Silveira Tasmerão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3072605039>

PARTE III - LITERATURA E FEMINISMOS

CAPÍTULO 10..... 81

FOLHETINS

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30726050310>

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CAPÍTULO 11..... 91

SARAUS LITERÁRIOS

Bianca Gomes Borges Macedo

Giovana Cerqueira Lopes Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30726050311>

CAPÍTULO 12..... 99

INTERSECCIONALIDADE

Nathália Araújo Duarte de Gouvêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30726050312>

PARTE IV - ENSAIO

CAPÍTULO 13.....107

MULHERES, EDUCAÇÃO E LITERATURA INFANTIL NO BRASIL DOS ANOS DE 1930

Aline Santos Costa de Lemos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.30726050313>



C A P Í T U L O 1

APRESENTAÇÃO

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

Nathalia Araujo Duarte de Gouvêa

Víctor Soares Rosa

Este livro é o resultado do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2024 no projeto de extensão Páginas de Mulheres na Imprensa (PROMIM), vinculado ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Em seu início, o projeto contava com oito pesquisadores das áreas da Educação, História e Literatura vinculados a instituições diversas, quais sejam Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp-UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Colégio Pedro II e Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ). A parceria entre os pesquisadores e as bolsistas voluntárias contribuiu, de forma ativa, para a formação continuada de estudantes da graduação e da pós-graduação, professores, pesquisadores e demais pessoas interessadas em suas premissas principais.

A proposição de um projeto de extensão como o PROMIM no âmbito da atividade acadêmica-universitária nasce a partir do encontro de seus participantes em função dessa temática comum: a história das mulheres. Trata-se de um movimento de resgate de mulheres, sua obra e intelectualidade, trazendo ao público conhecimento, em linguagem acessível, acerca dos lugares ocupados pelo grupo, que foi relegado à invisibilidade durante décadas.

O PROMIM, a partir disso, tem por finalidade coletar e analisar os indícios de escrita feminina na imprensa periódica do Brasil Republicano – em especial a escrita literária –, bem como verificar os impactos na educação de meninas e mulheres, apresentando os resultados de suas pesquisas através de suas redes sociais, de onde observa-se um maior alcance de público.

A tomada dos jornais e revistas como fonte documental para pensar a Educação no Brasil tem permitido observar perspectivas diferentes daquelas implementadas por leis de educação. Desde o final da década de 1980, a imprensa vem adquirindo notoriedade no campo da educação (Martins; De Luca, 2018). Como um bem simbólico da sociedade e aspecto cultural de uma determinada comunidade, em determinado recorte temporal (Chartier, 2002), os indícios encontrados em jornais e revistas hoje podem revelar costumes, tendências e movimentos do espaço-tempo de outrora.

Neste sentido, a literatura encontrada em periódicos é também reflexo das representações de uma comunidade, especialmente aquelas escritas por grupos marginalizados – mulheres, operários (Perrot, 1988), negros, vozes por muitas vezes silenciadas. Considerando o panorama histórico da Educação no Brasil, é possível observar discrepâncias entre a educação oferecida para meninos e meninas, principalmente na primeira metade do século passado. Os documentos revelam que às mulheres fora delegado outros modos de educabilidade, a exemplo da literatura produzida por outras mulheres, principalmente aquela divulgada na imprensa. Assim, torna-se imperativo a observação desses espaços ocupados por escritoras e seus posicionamentos frente às demandas de uma educação mais igualitária e representativa de sua comunidade, investigando acerca dos propósitos desta educação. Cabe ressaltar que a literatura produzida por mulheres, em especial na primeira metade do século XX, ainda que popular em certa medida, fora conduzida aos cômodos da invisibilidade, já que suas autoras não foram reconhecidas como parte integrante do cânone literário (Pinto, 2022).

Conhecer esses espaços ocupados por mulheres e investigar acerca dos impactos que sua(s) escrita(s) puderam alcançar nos permite não apenas refletir acerca do que hoje entende-se por Literatura, mas também compreender os mecanismos diversos de manutenção de poder por meio do acesso à educação formal. Neste sentido, o projeto buscou, ao longo do ano de 2024, promover ações que popularizassem o conhecimento quanto à relação entre Mulheres, Literatura, Educação e Imprensa.

Dentre as ações do projeto, recebem destaque os minicursos, ministrados por membros da equipe, os quais buscaram oferecer formação acerca da pesquisa acadêmica, desde seus primórdios - por meio das ferramentas de busca -, até a elaboração da narrativa em si. O primeiro deles, intitulado “O uso adequado das ferramentas de pesquisa na Internet e suas implicações para a pesquisa histórica” teve por finalidade oferecer subsídios para a pesquisa on-line, seja por meio das ferramentas de busca, ou pelo acesso aos diversos acervos existentes na web. Ministrado por Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza, do CAP-

UFRJ, e Victor Soares Rosa, da UNIRIO, e egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, conferiu aos cursistas a possibilidade de reconhecer e investir em ferramentas seguras para a confecção de pesquisa de valor histórico e científico.

Na sequência, ofertou-se o curso “Organização de dados e a constituição de um repertório de pesquisa” com o objetivo apresentar modos de construção de um repertório de pesquisa para a elaboração da narrativa histórica. Ministrado por Michele Ribeiro de Carvalho Cassano, da UERJ e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), e Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco, egressa do PropEd/ UERJ e docente do CAP-UERJ, permitiu aos participantes a ampliação de seus conhecimentos acerca da coleta, da criação de séries e da implementação de categorias de análise para a pesquisa.

O último minicurso, intitulado “Do tratamento à interpretação dos dados: a organização e a escrita da pesquisa”, visou apresentar variados métodos para interpretação de dados coletados, bem como a organização da escrita acadêmica e suas convenções. Ministrado por Priscilla da Silva Figueiredo, (PPGLETRAS - UERJ/ CAP-UERJ), Paula do Amaral de Souza Cruz, (PPGLETRAS - UERJ/ Colégio Pedro II) e Nathalia Araujo Duarte de Gouvêa, (PPGLETRAS - UERJ/ CAP-UERJ) cumpriu com o propósito de apresentar aos participantes uma melhor organização da estrutura de suas narrativas acadêmicas.

Sublinha-se também a “I Série de Conferências de Mulheres na Imprensa: pesquisas, práticas e novas agendas de estudos na Literatura, na Educação e na História”, realizado de forma remota. Nesta primeira edição do evento, focalizou-se em pesquisas que dialogassem com os eixos impressa, impressos, feminismos; educação e formas de educabilidade; e literaturas do feminino. Para tal, mulheres pesquisadoras de reconhecimento nas áreas foram convidadas a apresentar conferências acerca de suas pesquisas desenvolvidas – Anna Faedrich (UFF), Liana Santos (Colégio Pedro II), Maria Carolina Magnus (UFSC), Luara Santos (SME-RJ), Fernanda Vieira (UFMG) e Alice Pereira (IFF- Macaé). As conferências de abertura e encerramento ficaram à cargo de Aline de Lemos (SME-RJ) e Bárbara Araújo (CAP-UERJ).

Respeitada a natureza deste projeto, a comunidade foi contemplada não apenas com os minicursos e conferências, mas ainda com a constante divulgação de conhecimento acerca das temáticas principais – Mulheres, Educação, Literatura e Imprensa - nas redes sociais. O trabalho coletivo, desenvolvido pela equipe, permitiu a criação e ampla divulgação de séries – *Mães pesquisadoras*, *Indicações de leitura* e *Para saber um pouco mais*. A respeito desta última é que este livro se origina. A série contou com 14 publicações sobre conceitos e/ou pessoas que de alguma forma se conectam com as finalidades do projeto.

Como um dos resultados de diversas pesquisas desenvolvidas ao longo de 10 anos pelos autores aqui encontrados, este livro amplia o conteúdo iniciado nas redes sociais sob o formato de verbete, com vistas não apenas a divulgação no meio acadêmico, mas ainda com a finalidade de apresentar referenciais bibliográficos potentes para a inserção dos mesmos em pesquisa de valor acadêmico.

Para além de 7 integrantes do projeto – Aline Lemos, Bianca Macedo, Gabrielle Pacheco, Giovana Cerqueira, Mariana Elena, Michele Cassano e Nathália Gouvêa, este livro conta com a gentil colaboração de Aline Tasmerão (SME-RJ), Liana Santos (Colégio Pedro II), Daniel Vilaça (Colégio Pedro II) e Gabriella Moura (UNEMAT), no desenvolvimento de textos que dialogam com este projeto.

O livro está dividido em quatro partes: I) Mulheres, intelectuais e imprensa; II) Práticas de escrita, educação e leitura femininas; III) Literatura e feminismos; e IV) Ensaio. Na primeira delas, buscou-se conjugar textos que versassem sobre mulheres e suas trajetórias intelectuais, conceitos que correspondem à categoria intelectual (Sirinelli, 1996; Xavier, 2016) e ainda gêneros encontrados na imprensa periódica.

Em *Obituários*, Michele Cassano nos apresenta o gênero, como uma “tradição cultural, cumprindo o papel que a sociedade assumiu de reconhecer os seus mortos”, oferecendo subsídios para se pensar a morte a partir de significados culturais e históricos, que podem ser compreendidos como “expressão de um modelo cultural de atitudes, valores e ideais”. Na sequência, em *Rachel de Queiroz*, Mariana Elena descreve a trajetória biográfica e intelectual da imortal, inscrita na história das mulheres como a primeira a ingressar na Academia Brasileira de Letras, e categorizada pela autora como uma “intelectual polígrafa”, a partir da diversidade e multiplicidade de sua produção. Como bem define a autora, “[d]e tradutora à romancista, Rachel de Queiroz deixou seu nome por onde passou, sendo hoje referenciada por sua múltipla atuação”.

Outra figura feminina de destaque é a educadora londrina Henriette Amado, tema do verbete produzido por Daniel Vilaça, *D. Henriette e a Summerhill da Guanabara*, no é exposta sua trajetória como educadora durante os chamados “anos de chumbo” da ditadura militar, quando “[t]odas as acusações feitas à Henriette assinalavam o descompasso entre o seu projeto e a ordem educativa que o regime vinha construindo, no sentido de garantir o desenvolvimento e a segurança nacionais” e a professora foi considerada uma ameaça política, fato este noticiado na imprensa. A imprensa é também abordada por Liana Santos, em *Revistas Femininas*, traçando um panorama da produção destes periódicos, e apresentando algumas destas publicações entre os séculos XIX e XX. Conforme afirma a autora, ao longo do século XX “a revista alcançou o *status* de veículo

por excelência da imprensa feminina, fato motivado pelo aperfeiçoamento da tecnologia gráfica e a consequente possibilidade de imprimir produtos cada vez mais sofisticados”, a partir do qual o leitor pode verificar diversas capas e representações femininas.

Já na segunda parte, os textos apresentam conceitos que se referem a algumas práticas de escrita femininas, e temas que descrevem a relação entre mulheres e educação, considerando as concepções de educação feminina e suas nuances; e ainda a posição das mulheres como mediadoras culturais nos contextos diversos de atuação (Gomes; Hansen, 2016). Abre esta seção o verbete *Capital Cultural* escrito por Victor Soares em coautoria com Gabrielle Pacheco. Neste texto, são iluminadas as contribuições sobre capital e bem simbólico desenvolvidos por Pierre Bourdieu, com especial foco no conceito de violência simbólica, percebido como intrínseco às mulheres. Ao que pontuam os autores, “[o] acesso aos bens culturais, limitado, escasso e vigiado, contribuiu em ampla medida para que mulheres levassem um tempo considerável até que fossem consideradas sujeitos históricos”. Em *Escrita epistolar*, Mariana Elena estabelece as diferenças entre correspondências, postais e cartas, enfatizando a última como “uma prática majoritariamente feminina, principalmente pela possibilidade de fazê-la de maneira particular, reclusa e no ambiente doméstico” e que se pode insinuar como “um dispositivo que oferece pistas de cunho cultural, político, ideológico e subjetivo”, especialmente ao se tratar de sujeitos marginalizados, a exemplo das mulheres, que poderiam vislumbrar a escrita epistolar como modos de leitura, de escrita de si, e, em longo prazo, de educação.

A educação de mulheres é tema central do verbete de Gabriela Bergamin, *Escola doméstica Dona Júlia em Cuiabá, Mato Grosso (1946-1947)*, por meio do qual é apresentado ao leitor a instituição bem como aspectos que conformaram a educação em Cuiabá à época. Através de extensa pesquisa em arquivos diversos, a autora investiga a escola doméstica e atesta que as finalidades partem da “indicação do lugar destinado às mulheres, evidenciado a manutenção das normas sociais em vigor na época, isto é, uma sociedade patriarcal e conservadora, à qual convinha que a mulher continuasse nos espaços do lar”, cumprindo com um ideal feminino esperado na época. E esse ideal é também tratado no texto *Helenice, um heterônimo de Vinicius de Moraes*, escrito por Aline Tasmerão, em referência a um heterônimo criado pelo poeta, escritor e jornalista Vinicius de Moraes para uma coluna semanal de um jornal carioca. Com a finalidade de percorrer os elementos que conferem e “legitima[m] o argumento de autoridade da personagem e a faz[em] uma jornalista apta a aconselhar as leitoras e aos leitores da coluna” a autora interroga a fonte para compreender de que forma a personagem se colocou como conselheira sentimental, exprimindo uma relação de certa intimidade com seus leitores.

Já a parte III deste livro propõe textos que trazem luz à literatura de autoria feminina, os gêneros textuais dedicados a elas e a própria atuação de mulheres na produção literária artístico-cultural. Em *Folhetins*, Gabrielle Pacheco estabelece um panorama deste gênero, que visava, em ampla medida, o público feminino e que tem suas bases na França do século XIX. Ao longo do texto, evidencia como os folhetins se consolidaram nas páginas de diversos periódicos populares ao longo do século passado como estórias que “obedeciam à fórmula base para a produção do romance: enredos em torno de um trio de personagens típicos - a vítima, o vilão e o herói ou vingador”, que eventualmente deram origem às novelas, gênero ainda expressivamente popular entre as mulheres. Das leituras praticadas pelas mulheres o leitor caminha ao espaço público por elas ocupado, através do verbete Saraus literários, escrito por Bianca Macedo e Giovana Cerqueira. Neste texto, é possível acompanhar a chegada destes movimentos culturais que, seguindo os moldes dos salões franceses, “se expandi[ram] para São Paulo e, na metade do período oitocentista, eles já faziam parte das diversas capitais brasileiras”. Os saraus estabeleceram-se como um ‘espaço semipúblico’ que oportunizou o convívio intelectual entre as mulheres”, a exemplo da escritora carioca Júlia Lopes de Almeida, em destaque no texto.

Encerram os verbetes a contribuição de Nathalia Gouvêa, sob o título de *Interseccionalidade*, que se insere no cerne atual do debate dos feminismos no Brasil. De acordo com o estudo da autora, é a partir da segunda metade do século passado que se observa forte influência da academia e do método científico como um “processo de segregação e disputa discursiva por meio do processo de compartimentação do saber”. Desta maneira, advoga que as disputas pelo discurso foram interpeladas por categorias de raça, gênero e classe, as quais encontraram tenacidade no pensamento feminista negro e hoje são seminais em estudos mais adensados sobre mulheres e feminismos.

Como proposta de ensaio, apresentamos o texto *Mulheres, Educação e Literatura Infantil no Brasil dos anos de 1930*, escrito por Aline de Lemos. O texto apresenta a contribuição de três educadoras para a conformação da Literatura Infantil como disciplina e como gênero dedicado às infâncias, em um momento em que havia “debates acerca do livro infantil e a tentativa de incentivar a impressão de livros que seguissem um modelo diferenciado [os quais] tinham como referência experiências vivenciadas em outros países”. A partir das contribuições de Cecília Meireles, Armanda Álvaro Alberto, Elvira Nizynska e Juracy Silveira, a autora estabelece espaços comuns ocupados pelas mulheres durante os anos de 1930, que, grosso modo, compreendiam a sala de aula, as comissões e as associações, assumindo, inclusive, *status* de mediadoras culturais.

Por fim, agradecemos ao Departamento de Pesquisa e Extensão (DEPEXT – UERJ) e ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), pela aprovação e vinculação deste projeto aos diversos projetos de extensão oriundos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Agradecemos também a todos os autores aqui presentes e à equipe PROMIM, sem a qual este material não poderia ser viabilizado.

Aos leitores, esperamos que os 13 textos aqui apresentados contribuam para o alargamento de suas pesquisas, caso sejam pesquisadores; para aqueles que não o são, esperamos igualmente que este livro possa inspirá-los a desenvolver pesquisas que tenham Mulheres, Educação, Literatura e Imprensa como objeto.

Boa leitura!

Os organizadores.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo - 2ª ed. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org). **Intelectuais mediadores: Práticas Culturais e políticas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2016.

MARTINS, Ana Luzia; De LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. 7º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017 [1988].

PINTO, Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco. A escrita feminina e as estratégias para legitimação: as relações entre as três Júlias. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2022, São Paulo. **Anais do XI Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2022. v. 1.

SIRINELLI, Jean –François. **Os intelectuais**. In¹: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed UFRJ/ Ed FGV, 1996.

XAVIER, Libânea Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



PARTE I

MULHERES, INTELECTUAIS E IMPRENSA



C A P Í T U L O 2

OBITUÁRIOS

Michele Ribeiro de Carvalho Cassano

(UERJ / SME-RJ)

mmichelerj@gmail.com

A busca pela eternização levou o ser humano a criar formas de ser lembrado como ser possuidor de cultura, com possibilidade simbólica. Por isso as narrativas pictórica, oral, arquitetônica e escrita são escolhidas para superar a morte simbolicamente. A memória mortuária já acontecia nas orações fúnebres nas igrejas, nas lápides dos túmulos ou epitáfios, na construção de criptas (López Hidalgo, 1999). Ariès (2008) mostra como esta busca ocidental pela superação simbólica da morte está presente desde as tumbas da Idade Média.

Vários outros estudiosos se dedicam ao tema “morte”, entre eles Miklos (2012), para quem a mediação jornalística é de grande importância para o processo de validar e conferir importância ao falecido, uma vez que os obituários carregam simbolismos e práticas culturais. A leitura dos obituários pode ser considerada tão atraente pela constatação da fragilidade da vida, sempre por um fio, sintetizada e imortalizada pela mídia. E que demanda do jornalista perícia e sensibilidade para ser bem-sucedido no desafio de condensar muitos anos em poucas linhas, conforme pode ser observado nas páginas da *Folha de S. Paulo*¹, nas quais os obituários, também chamados necrológios, são condensados em 20 linhas.

O termo obituário é etimologicamente ligado ao termo latino *obire* (partir), de *obitus*, morte; já o termo necrológio é originário do grego, em que *nekrós* significa cadáver e *logos* significa, apesar das múltiplas traduções, tratado, discurso ou pensamento. Os primeiros registros escritos do termo em inglês *obituary* foram localizados na Inglaterra do século 17, tanto como registro quanto como anúncio mortuário (Starck, 2011). Segundo o dicionário Oxford Languages (2024), obituário significa “nota de falecimento geralmente publicada em jornal, acompanhada de perfil biográfico do morto”. Seu estabelecimento ocorreu junto à consolidação

¹ Além da *Folha de S. Paulo*, os jornais *Zero Hora*, *Jornal de Londrina* e *Diário Catarinense* também publicam o obituário com as características do retrato biográfico do sujeito.

da imprensa no século XVIII, com o grande interesse por figuras públicas e com a morte ganhando cada vez mais espaço no imaginário social por meio de notícias de catástrofes e guerras (Barry, 2008).

A presença de obituários em jornais já se faz uma tradição cultural, cumprindo o papel que a sociedade assumiu de reconhecer os seus mortos. De certa forma, também homenageiam amigos e familiares daqueles que já partiram. Não são meros avisos de morte, mas antes um componente da memória coletiva da sociedade e um instrumento de registro histórico, a depender do modo como será encarado. Eles não enfocam a morte, mas a vida em um estudo de caráter póstumo (Starck, 2011).

Os obituários vêm sendo estudados nos campos do conhecimento linguístico, literário, jornalístico, sociológico, entre outros, que destacam seu papel nas sociedades por meio de interpretações sobre significados culturais e históricos da morte. Também podem ser entendidos como expressão de um modelo cultural de atitudes, valores e ideais. Como documentos escritos, refletem o sistema de crenças daqueles que os redigem e influenciam aqueles que os leem (Moses; Marelli, 2003).

Localiza-se a sua primeira publicação em 1731 em uma revista inglesa, contudo, somente em 1879 o obituário solidificou suas características modernas. Ele pode ser entendido como uma minibiografia, difundida em jornais, criada para celebrar a vida de pessoas falecidas. Não se resume a, somente, elogios ou a simples nota de falecimento. É um texto biográfico em que se faz uma homenagem em memória às virtudes e méritos daquele que faleceu, repletos de valores biográficos caros à contemporaneidade. Eles são um componente importante da memória coletiva da sociedade (Fowler, 2007), na medida em que permitem observar discursos dominantes, dirigidos às elites, e analisar as estruturas hierarquizadas de poder e as formas de capital simbólico (Bourdieu, 1996).

No Brasil, o gênero obituário aparece em alguns estudos na área de comunicação social (Martinez, 2013), mas pouco tratado por historiadores. No país, é possível notar um certo estranhamento com o tema morte (Scarpin, 2008), o que pode explicar a falta de páginas definidas para os obituários, e sua publicação em seções de periódicos em que o falecido tinha mais afinidade: Economia, Esportes, Política, etc. Contudo, costuma-se situar o periódico *A Folha de S. Paulo* como o primeiro jornal a implantar a publicação de obituários, como são conhecidos atualmente, já em 2007. Um exemplo de obituário publicado neste impresso é o da literata Lygia Fagundes Telles², também conhecida como “a dama da literatura brasileira” por ser considerada por acadêmicos, críticos e leitores uma das mais importantes e notáveis escritoras brasileiras do século XX.

² **Lygia Fagundes da Silva Telles (1918-2022)** - escritora brasileira, considerada por acadêmicos, críticos e leitores uma das mais importantes e notáveis escritoras brasileiras do século XX, foi também advogada, romancista e contista, com grande representação no pós-modernismo. Suas obras retratavam temas clássicos e universais como a morte, o amor, o medo e a loucura, além da fantasia.

O pesquisador brasileiro Edvaldo Pereira Lima, propõe o entendimento dos obituários como narrativas biográficas, ou como um “texto que retrata um indivíduo como em uma arqueologia psicológica que vai escavando e trazendo à tona seus valores, suas motivações, talvez seus receios, seus lados luminosos e suas facetas sombrias, quem sabe” (Lima, 2009, p. 427), pois consiste em uma seleção de fatos da vida do indivíduo.

Ainda que os obituários como conhecemos atualmente sejam localizados primeiro n’A *Folha de S. Paulo*, é possível observar a publicação de obituários individuais destinados às pessoas ilustres, de certa relevância social, em periódicos de circulação no século XIX. Nesses, o texto assumia certa dramaticidade poética, em que palavras como morte e falecimento eram evitadas e davam lugar a expressões como “descansa eternamente” e “deu alma ao criador”; em seguida, a biografia do falecido era retomada com tons elogiosos aos seus feitos, caso o falecido fosse homem, pois os obituários femininos apresentavam elogios referentes à vida privada, ressaltando os papéis desempenhados e as virtudes da falecida. Ao final do texto era comum a inserção de uma pequena prece, o que pode indicar uma resignação dos indivíduos daquele século diante da morte.

O obituário é um gênero atravessado por especificidades formais: é jornalístico por ser veiculado na imprensa de modo geral; é biográfico e faz uso de formas ficcionais, o que nos leva a refletir sobre tipos de discurso, efeitos de real e índices de veracidade. Como mais uma forma das escritas de si, os obituários podem tratar, entre outros, de pessoas comuns, como no caso do jornal *New York Times* (Siegel, 1997; Johnson, 2007; Suzuki Jr., 2008); de personalidades e pessoas comuns celebradas no *London Daily Telegraph* (Twiston-Davies, 1996); de rock stars (Talevski, 2010) e artistas do cinema (Donnelley, 2005); e, até mesmo, de pessoas sobre as quais nunca ouvimos falar, mas cujas vidas têm muito a oferecer (Sheeler, 2008).

Existe, também, o “obituário prematuro”, ou aquele obituário previamente escrito, que fica aguardando o falecimento de determinada personalidade para ser publicado. Muitos já foram os casos de publicação errônea de obituário prematuro, seja pela sobrevivência inesperada de alguém que esteve bem perto da morte, seja pela comunicação de fonte não confiável.

Outro modelo de obituário localizado é o chamado “auto-obituário”, que é escrito pela própria pessoa ainda em vida; um exemplo famoso é o de H. G. Wells³, que foi publicado em 1943, três anos antes de sua morte. A questão de gênero também permeia os obituários, sugerindo que as realizações femininas são desvalorizadas mesmo após a morte, e não raros são os casos de obituários femininos mais curtos

³ **Herbert George Wells (1866-1946)** – Escritor britânico e membro da Sociedade Fabiana, nos primeiros romances abordou uma série de temas que foram, mais tarde, aprofundados por outros escritores de ficção científica, e que entraram na cultura popular em trabalhos como *A Máquina do Tempo*, *O Homem Invisível* e *A Guerra dos Mundos*.

do que os de homens na mesma posição ou de textos longos se a mulher for parente de um homem famoso. De todo modo, os obituários femininos tendem a abordar a família e o lar, enquanto os masculinos enfatizam as conquistas profissionais.

O hoje diretor executivo da Companhia das Letras, Matinas Suzuki Jr., em 2008, escreveu um posfácio para o livro *O Livro das Vidas*, no qual aborda a questão da entrevista para permitir ao biografado apresentar a sua versão da história, “uma vez que, depois do obituário publicado, ele não terá chance de enviar uma carta à redação para reparar eventuais injustiças” (Suzuki Jr., 2008, p. 296), caracterizando, assim, um outro modelo de obituário.

A história da morte, e por consequência suas derivações, tem sido objeto de pesquisas historiográficas, principalmente na França, com pesquisadores da chamada “terceira geração dos Annales”, como Michel Vovelle, Pierre Chaunu e Philippe Ariès⁴. Com a ampliação da noção de problemas, abordagens e objetos de pesquisa, como cheiros, ruídos, corpos e leituras, a Nova História Cultural admite um tratamento interdisciplinar da história com as ciências como a antropologia, a linguística, a arqueologia, entre outras, abrindo possibilidades em relação à utilização de fontes diversas, entre elas os obituários.

Contudo, novas fontes exigem novas formas críticas de análise, conforme Burke (2005). Compreender que os obituários são representações, geralmente positivas, do obituariado permite ao pesquisador utilizar estes monumentos escritos e ratificados pelos leitores em documentos selecionados para escrever a história (Le Goff, 2003). Considerados objetos culturais, os obituários como meio de rememorar as ações daquele que morreu, se mostram entre a realidade e a ficção, em que o obituarista codifica diversos eventos da vida de um indivíduo, tornando-a uma história. Poderiam ser compreendidos como uma cerimônia de adeus, em que pistas sobre a vida pessoal e laboral do obituariado podem ser encontradas e utilizadas em pesquisas científicas diversas, desde que analisadas criticamente e com responsabilidade pelo pesquisador, de modo a separar o indivíduo real do “personagem” criado.

O trabalho de pesquisa com obituários deve considerar esses textos como representações do obituariado, em que o autor expõe suas impressões sobre o falecido a partir de relatos de terceiros, sejam eles escritos ou em formato oral, e estes relatos são, assim como o texto final a ser publicado, permeados por escolhas e intenções. Deste modo, as representações não são discursos neutros, elas produzem estratégias e práticas; elas também não se opõem ao real, mas podem ser entendidas como forças reguladoras da vida coletiva.

Palavras-chave: História. Obituários. Práticas Culturais.

⁴ A partir de 1975, quando o historiador Philippe Ariès publicou na França a obra *Essais sur L'histoire de la mort em Occident*, os assuntos relacionados ao tema despertam interesses por parte dos pesquisadores. [Fonte: BURKE, Peter. *A escola dos Annales* (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1994].

REFERÊNCIAS

ÁRIES, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

BARRY, Elizabeth. Death and celebrity in eighteenth-century British culture. **International Journal of Cultural Studies**, p. 259-275, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **The state nobility**: elite schools in the field of power. Cambridge: Polity Press, 1996.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. *In*: CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13-28.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *In*: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 61-80.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 91-110.

DIAS, Paulo da Rocha; CARMO, Aparecido Santos do. **O obituário no jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2020.

DONNELLEY, P. **Fade to black**: a book of movie obituaries. London: Omnibus Press, 2005.
FOWLER, Bridget. **The obituary as collective memory**. New York: Routledge, 2007.

JOHNSON, M. **The dead beat**: lost souls, lucky stiffs, and the perverse pleasures of obituaries. New York: Harper Collins, 2007.

LE GOFF, Jaques. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 5. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

López Hidalgo, A. La necrológica, como género periodístico. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 15, 2009.

MARTINEZ, Monica. Uma Questão de Estilo: estudo dos obituários da Folha de S. Paulo. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 14, n. 26, p. 28-35, 2013.

MIKLOS, Jorge. **Ciber-religião**: a construção de vínculos religiosos na cibercultura. São Paulo: Idéias e Letras, 2012.

MOSES, R. A.; MARELLI, G. D. Obituaries and discursive construction of dying and living. **Texas Linguistic Forum**, v. 47, p. 123-130, 2003.

SCARPIN, Paulo. A logística de fazer um morto. **Revista Piauí**, São Paulo, n. 17, fev. 2008. Disponível em: http://www.revistapiaui.com/edicao_17/artigo_491/A_logistica_de_fazer_um_morto.aspx. Acesso em: 01 ago. 2024.

STARCK, Nigel. A licence to resurrect: biographies and Footnotes. **The Newsletter of the National Centre of Biography**, vol. 8, pp.14-21, 2011.

SHEELER, J. **Obit**: inspiring stories of ordinary people who led extraordinary lives. London: Penguin Books, 2008.

SIEGEL, M. (ed.). **The last word**: The New York Times book of obituaries and farwells: a celebration on unsual lives. New York: William Morrow & Co, 1997.

SUZUKI JR, Martinas (org.). **O livro das vidas**. Obituários do New York Times. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TALEVSKI, N. **Knocking on heaven's door**: rock obituaries. London: Omnibus Press, 2010.
TWISTON-DAVIES, D. **Canada from afar**: The Daily Telegraph book of Canadian obituaries. Ontario: Dundurn Press, 1996.

SOBRE A AUTORA

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), com Estágio Pós-doutoral na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Docente na Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (SME) e TUS - Pedagoga na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



CAPÍTULO 3

RACHEL DE QUEIROZ

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

(UFRJ)

marianaepss@gmail.com

APRESENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DO TEMA DO VERBETE

O interesse em focalizar a escritora Rachel de Queiroz, no âmbito do verbete em tela, adveio de duas maneiras: por um lado, foi tema anterior de pesquisa da autora; por outro, o objeto de análise se mostra caro ao contexto de elaboração do verbete, qual seja o de um projeto de extensão que busca dar luz e fazer pairar no imaginário social mulheres da imprensa, com ênfase no século XX¹.

Queiroz é referenciada como uma intelectual polígrafa, à luz da definição de Miceli (1979; 2001), segundo o qual, “os anatolianos eram polígrafos porque deviam satisfazer às mais diversas demandas da imprensa e dos políticos (...)” (Miceli, 1979, p. 132). Destarte, o termo polígrafo qualifica uma classe de intelectuais, surgida e característica da primeira metade do século XX, que desempenhava diferentes tarefas ligadas à intelectualidade, com vistas a se associarem a espaços culturais e políticos, em especial, que os possibilitassem produzir e se manterem.

O estudo se trata de pesquisa histórica, de cunho teórico-documental, cujo arcabouço teórico advém, em larga medida, da História Cultural. Espera-se, assim, demonstrar os diversos campos de atuação de Rachel de Queiroz, como forma de justificar sua relevância para esta publicação, assim como a necessidade de fazer seu nome pairar no imaginário social, principalmente, ao se tratar de mulheres na imprensa e na literatura.

¹ Trata-se do *Projeto Mulheres na Imprensa* (PROMIM), do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, coordenado pela professora doutora Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco (Setor Curricular de Inglês), de 2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Louvo Rachel, minha amiga, nata e flor de nosso povo. Ninguém tão Brasil quanto ela.

Pois que, com ser do Ceará, tem de todos os Estados, do Rio Grande ao Pará.

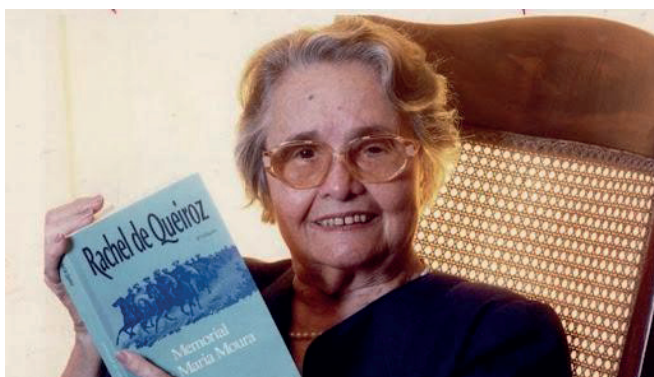
Tão Brasil quero dizer Brasil de toda maneira – brasileira, brasiliense, brasiliana,

brasileira. (Manuel Bandeira, 18.11.1960)

Rachel de Queiroz figura como uma das escritoras da literatura brasileira de maior prestígio, em especial ao se considerar o século XX. Fosse por sua múltipla entrada nos campos intelectual, como escritora, tradutora, cronista ou jornalista, político e, ainda, editorial, Queiroz deixou forte legado para a cultura brasileira, sendo tema de diversos estudos e pesquisas, por exemplo.

As palavras de Manuel Bandeira que compõem a epígrafe deste tópico, traduzem, em grande medida, uma das principais representações que Rachel de Queiroz apresentava ao mundo: a de mulher brasileira que, através das palavras, expressava essa brasilidade. Não à toa, seu primeiro livro publicado, *O Quinze*, de 1930, apresentava cunho regionalista e foi (e ainda é) extremamente celebrado. De fundo social realista, o livro relata o conflito entre homem e natureza, narrando a dura marcha de um retirante e sua família rumo ao Amazonas. Em paralelo, narra a história de uma moça sonhadora que adora ler romances franceses, o que, em muito, trazia de si própria. Assim era a literatura de Queiroz: dura, realista, tocante e com a qual o leitor, por vezes, se identificava.

Figura 1 – Rachel de Queiroz segurando livro autoral



Fonte: Projeto Abelha. Disponível em: <http://projetoabelha.com.br/?p=3799>.

DESENVOLVIMENTO GERAL SOBRE O TEMA

Nordestina, nascida em 17 de novembro de 1910, em Fortaleza, Ceará, Rachel de Queiroz não negava suas origens; pelo contrário, escrevia sobre aquilo que vivenciava ou que sabia ser a realidade por lá. Embora seu romance de estreia evidenciasse problemas sociais complexos, a escritora fazia parte de família de razoável condição financeira. Queiroz até tinha, por parte da família materna, parentesco com o escritor José de Alencar. Seu pai, Daniel de Queiroz, trabalhava como juiz de Direito em uma cidade próxima a Fortaleza, Quixadá. Em 1913, voltam a Fortaleza face à nomeação de seu pai para o cargo de promotor. Após um ano no cargo, ele decide lecionar Geografia no Liceu. Com isso, tem a oportunidade de dedicar-se pessoalmente à educação de Rachel de Queiroz e a ensina a ler, cavalgar e a nadar.

Em 1917, Rachel e sua família se mudam para a cidade do Rio de Janeiro, após a grande seca de 1915 assolar a região em que viviam. Pouco tempo depois, no mesmo ano, se mudam para Belém do Pará e, em 1919, retornam ao Ceará (Fontes, 2012). É válido ressaltar que Rachel, até então, ainda não havia frequentado o espaço de educação formal, fato que incomodava sua avó que, em 1921, a matricula, de forma obrigatória, em um Colégio interno de Freiras, em Fortaleza – o Colégio Imaculada Conceição.

Após sua formatura no Colégio, em 1925, Rachel retorna à fazenda dos pais, em Quixadá. Dedicar-se inteiramente à leitura, orientada por sua mãe, sempre atualizada com lançamento nacionais e estrangeiros, em especial os franceses. O hábito de ler estimula os primeiros escritos. Apesar de sua formação no campo do magistério, a vocação de Rachel de Queiroz era, de fato, para a escrita. Começou a carreira profissional aos 16 anos, como colaboradora na revista *Maracajá*. Na mesma época, iniciou seu trabalho como redatora no jornal *O Ceará*, adotando o pseudônimo de Rita de Queluz, para o qual enviou uma carta ironizando o concurso “Rainha dos Estudantes”, promovido pelo jornal.

Sua vida na imprensa é bastante extensa. A partir de 1944, Rachel passou a participar, frequentemente, como cronista em alguns jornais cariocas, tais como *O Jornal*, *Diário de Notícias*, *Folha Carioca* e *Correio da Manhã*. Em 1944, passa à colaboradora da revista *O Cruzeiro*, onde escreve até 1975. Publica um romance em forma de folhetim intitulado *História de um nome*, no jornal *O Ceará* e organiza a página de literatura do periódico.

Em 1930, Rachel lança seu primeiro romance: *O Quinze*. De maneira breve, o livro busca retratar a grande seca ocorrida em 1915 no Nordeste. A seca teve ampla repercussão na vida dos moradores da região, que, por falta de oportunidades e condições de vida, necessitaram se locomover para outras cidades e/ou estados do país. De maneira romancada, mas com viés realista, como a autora ressalta em sua

entrevista dada ao Cadernos de Literatura, Rachel de Queiroz intenta demonstrar do que se tratou a seca no Nordeste: “porcos comendo recém-nascidos abandonados, sofrimentos (...). Eu queria fazer um romance mais ‘light’ (...) sem ficar toda hora falando de gente morrendo de fome” (Cadernos de Literatura Brasileira, 1997, p. 23). A história retrata também a vida e as dificuldades enfrentadas por Conceição, a personagem protagonista. Normalista, trabalhava em uma escola, e ajudava nos chamados “campos do concentração” – terminologia utilizada por Rachel para designar os locais onde os prejudicados por conta da seca se recolhiam e recebiam ajuda das mais diversas ordens, como comida e roupa.

Destaque-se que o romance foi publicado por conta própria e custeado por seus pais. A primeira edição, de agosto de 1930, foi publicada com uma tiragem de mil exemplares. Tal fato demonstra parte do capital social (Bourdieu, 2003) que Rachel de Queiroz detinha.

Em decorrência do sucesso de *O Quinze*, Rachel de Queiroz tornou-se nacionalmente conhecida, de modo que, em março de 1931, recebeu, no Rio de Janeiro, o prêmio na categoria Romance da Fundação Graça Aranha, mantida pelo escritor, em companhia de Murilo Mendes na categoria Poesia e Cícero Dias com Pintura. A autora conhece integrantes do Partido Comunista e quando retorna a Fortaleza ajuda a fundar o Partido Comunista Cearense (Cadernos de Literatura Brasileira, 1997). Em 1932, publicou um novo romance, intitulado *João Miguel*, e em 1937, retornou com *Caminho de pedras*. Dois anos depois, conquistou o prêmio da Sociedade Felipe de Oliveira, com o romance *As três Marias*. Em 1950, publicou em folhetins, na revista *O Cruzeiro*, o romance *O galo de ouro* (Academia Brasileira de Letras, s/d).

Cronista emérita, Queiroz publicou mais de duas mil crônicas, cuja seleta propiciou a edição dos seguintes livros: *A donzela e a moura torta*; *100 Crônicas escolhidas*; *O brasileiro perplexo* e *O caçador de tatu*. É autora, outrossim, de duas peças de teatro, *Lampião*, escrita em 1953, e *A Beata Maria do Egito*, de 1958, laureada com o prêmio de teatro do Instituto Nacional do Livro, além de *O padrezinho santo*, peça que escreveu para a televisão. No campo da literatura infantil, escreveu o livro *O menino mágico*, a pedido de Lúcia Benedetti (Academia Brasileira de Letras, s/d).

Rachel de Queiroz também tinha, em certos momentos, ideias consideradas subversivas à época, fato que lhe custou muito no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), tendo suas obras censuradas ao lado de grandes nomes da literatura brasileira, como José Lins do Rego. Queiroz assumia postura politizada e envolvida com a política brasileira, tendo feito parte do Partido Comunista e, mais tarde, do grupo trotskista. Nesse período, então, Rachel de Queiroz se vê carente de fontes de renda, passando a se dedicar a outras atividades, como o jornalismo,

as crônicas e a tradução. No âmbito da tradução, em particular, ela se dedica às obras da *Coleção Menina e Moça*, publicação de seu amigo José Olympio, dentre outras traduções da mesma editora. De fato, José Olympio pode assumir, por muito tempo, a exclusividade no que se refere à publicação dos romances e traduções de Rachel de Queiroz.

Rachel de Queiroz faleceu em 4 de novembro de 2003 – data, que, coincidentemente, marca, também, a sua nomeação junto à Academia Brasileira de Letras, 26 anos antes, em 1977 –, deixando um expressivo legado, em âmbito brasileiro. Sua trajetória é marcada pelo fato de ter sido a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, ainda que permeada por divergências².

Figura 2 – Rachel de Queiroz no dia da posse na Academia Brasileira de Letras



Fonte: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15313-rachel-de-queiroz-e-a-escrita-regionalista>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nome de rua, praça, parque, bairro, escola, biblioteca e, até, de centro acadêmico, Rachel de Queiroz foi e permanece sendo figura proeminente no campo da literatura brasileira. Seja pela quantidade de produções, pela qualidade da escrita e dos temas percorridos, pelo fato de ter sido a primeira mulher a entrar na Academia Brasileira de Letras ou pela diversidade de espaços sociais e culturais onde atuou, o nome Rachel de Queiroz é destacado e lembrado.

² A esse respeito, conferir Fanini (2009) e Souza (2015).

O verbete buscou, assim, apresentar alguns dos principais elementos da trajetória da escritora, como forma de fazê-la permanecer na memória da Literatura Brasileira. Destacar mulheres consiste em tarefa importante e constante, principalmente considerando o período de atuação de Rachel de Queiroz, no qual o espaço destinado às mulheres era reduzido.

Como se tencionou mostrar, Queiroz atuou em diversos contextos sociais, culturais, editoriais, de modo a deixar seu legado em diferentes esferas. De tradutora à romancista, Rachel de Queiroz deixou seu nome por onde passou, sendo hoje referenciada por sua múltipla atuação.

Palavras-chave: Rachel de Queiroz. Literatura brasileira. Academia Brasileira de Letras.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia de Rachel de Queiroz. s/d. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=261&sid=115>. Acesso: novembro de 2014.

BEZERRA, Elvia (org.). **Mandacaru**: Rachel de Queiroz. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. **Raquel de Queiroz**. Número 4 – setembro de 1997, 1ª reimpressão. São Paulo: IMS

FANINI, Michele Asmar. **Fardos e Fardões**: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FONTES, Lilian. **ABC de Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

LOBO, Luiza. **Guia de escritoras da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

SILVA, Márcia Cabral da. **Educação de Meninas e Moças por meio da Tradução e Edição de Romances Franceses**. Belém, n. 35. p. 149-166, jan./jun. 2011.

SOUZA, Mariana Elena Pinheiro dos Santos. **O feminino, a formação identitária em *As Três Marias*, de Rachel de Queiroz (1939)**. Monografia – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOBRE A AUTORA

Graduada em Pedagogia (UERJ) e em Letras Português/ Inglês (UFRJ). Mestre e Doutora em Educação (UERJ). Professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental (CAp/UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL/ CNPq) e do Projeto de Extensão Mulheres na Imprensa (PROMIM). Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Quem escreve a Educação? Manuais didáticos de autoria feminina (1940-1960)” (UERJ).



CAPÍTULO 4

D. HENRIETTE E A SUMMERHILL DA GUANABARA

Daniel Vilaça dos Santos
(Colégio Pedro II / PUC-Rio)
dvilaca@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

Henriette de Hollanda Amado (1913-1994) ingressou no magistério nos anos de 1930 no externato do Colégio de Sion, ainda hoje situado no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro. Na década anterior, ela havia completado o curso normal nessa mesma instituição, mas no internato de sua então sede, que se situava em Petrópolis, na região serrana fluminense. Ainda nos anos de 1930, Henriette passou a integrar o serviço público federal, tendo sido lotada no Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas. Conciliava a atividade docente com as funções de datilógrafa, as quais seriam sucedidas pelas de Primeiro Oficial Administrativo após um concurso interno.

A entrada para o magistério secundário demarcou um período singular para a trajetória de Henriette. Essa nova frente foi propiciada por sua graduação no curso de Letras Clássicas, pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Nos anos de 1950, com habilitação para a cadeira de latim, ela prestou concurso para uma vaga pública na rede do Estado e foi designada para o Instituto de Educação, na Tijuca. Em 1957, foi transferida para o Colégio Estadual Brigadeiro Schörrcht, em Jacarepaguá, onde atuou como diretora e desenvolveu um primeiro ensaio didático renovador, o qual lhe franqueou a oportunidade de conceber e capitanear a implantação de uma unidade de ensino no Leblon. Foi, então, no Colégio Estadual André Maurois (CEAM) que D. Henriette criou um lócus de integração entre o experimentalismo e o não-diretivismo, inspirando-se na *Summerhill School* de Alexander Sutherland Neill (1883-1973), um educador escocês que se destacava havia pouco mais de 40 anos como mantenedor de uma das primeiras escolas democráticas, estruturadas em torno dos conceitos de “liberdade, autogoverno e felicidade” (Fortunato; Porto, 2023).

Entretanto, o projeto do CEAM operou por apenas seis anos, entre 1966 e 1971: foi interrompido pelo regime civil-militar, na sequência de uma campanha difamatória da imprensa e de denúncias da espionagem do Serviço Nacional de Informações (SNI). No segundo semestre de 1971, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, levou a efeito um processo administrativo disciplinar, cujo mérito impôs à Henriette a transferência de escola, “mesmo que [fosse] no subúrbio”; o retorno à sala de aula, preferencialmente na disciplina de latim; e o afastamento compulsório de quaisquer funções administrativas nos colégios da rede oficial, durante a permanência de Chagas Freitas (1914-1991) no governo da Guanabara (Henriette [...], 1971).

Todas as acusações feitas à Henriette assinalavam o descompasso entre o seu projeto e a ordem educativa que o regime vinha construindo, no sentido de garantir o desenvolvimento e a segurança nacionais. O Estado caminhava para o lançamento de estratégias que englobavam a formação docente, reformas curriculares, programas editoriais, material didático e definição dos conteúdos mínimos, com o propósito de moralizar a cultura escolar e divulgar uma nova interpretação da realidade nacional. No imaginário social militar, o meio educacional estava repleto de agentes que ameaçavam a ordem, como os movimentos estudantis com a suposta influência de comunistas (Martins, 2014). Com efeito, o CEAM materializou todas essas desconfianças: fez-se foco de anarquismo, de apologia ao uso de drogas, de convivência com a “ideologia do palavrão” e toda sorte de condutas licenciosas (Henriette [...], 1971). E D. Henriette, além de inquirida, foi sequestrada, presa e torturada pelo DOPS por um período aproximado de três meses (Carmo, 2018).

Em maio de 1972, o projeto do CEAM foi transformado em livro: *Uma experiência interrompida* (Lidador, 1972, 208 p.) foi escrito por Henriette em parceria com Célia Neves Dourado e Samira Nahid de Mesquita, professoras de português, e Circe Navarro Vital Brazil, psicóloga e orientadora educacional do CEAM. Nos anos de 1980, Henriette ainda publicaria outros três livros: *Exercício de vida* (Codecri, 1981, 171 p.) e *Pavilhão de festas* (Codecri, 1982, 138 p.), duas séries de relatos de memória da mesma editora de *O Pasquim*¹; e *Liberdade com responsabilidade* (Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1986, 86 p.), uma compilação dos discursos que ela proferiu durante a sua atuação como vereadora municipal. Henriette também teve passagens por instituições como o Colégio Pedro II, no Centro, como professora e

¹ *O Pasquim* (1969-1991) foi um jornal de circulação semanal, criado no Rio de Janeiro no âmbito da chamada imprensa alternativa, isto é, uma imprensa voltada essencialmente para questões políticas, cujo objetivo era o de se contrapor à imprensa convencional, envolvendo a manifestação de setores alheios a ela. Tendo sido fundado após a decretação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, *O Pasquim* distinguiu-se como um relevante espaço de oposição à censura e à eliminação de garantias constitucionais. Seu conteúdo mesclava sátira política e crítica de costumes, que se traduziam organicamente em quadrinhos, charges e entrevistas, além de outros recursos do gênero. Seu corpo editorial era formado por jornalistas, intelectuais, quadrinistas e humoristas como Henrique de Souza Filho, o Henfil (1944-1988); Paulo Francis (1930-1997); Millôr Fernandes (1923-2012); Ivan Lessa (1935-2012); Luís Carlos Maciel (1938-2017); e Ziraldo (1932-2024), dentre outros. (Castro, [s.d.]).

orientadora educacional; a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), no Jardim Botânico, como professora de curso supletivo; e o Colégio Hélio Alonso, em Botafogo, como diretora de ensino.

HENRIETTE AMADO: HISTÓRIA DE VIDA E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Henriette era natural de Londres, na Inglaterra. Em 1913, seus pais haviam se instalado no bairro de *Shepherd's Bush*: ela, Teresa Motta, estava encarregada dos negócios do pai, um comerciante de café; e ele, Rafael de Hollanda, era estudante de engenharia em uma universidade local. O nascimento de Henriette se deu em contexto de eclâmpsia, um episódio que acometeu sua mãe de limitações neurológicas irreversíveis. Até os cinco anos, a sua criação ficou a cargo de uma governanta, a quem se referia como *Mrs. Talk*. Com a conclusão dos estudos de seu pai, ambos se transferiram para a Paraíba, que à época era governada por seu avô, Francisco Camillo de Hollanda (1861-1946). Rafael era filho único e havia sido chamado para conduzir a diretoria de obras contra as secas. A partir de então a criação de Henriette ficou a cargo de sua avó paterna, Mariana Chaves Augusta de Hollanda (Biserra, 2018). A família se mudou para o Rio de Janeiro ao final do mandato de Camillo, em 1921.

Em 1937, Henriette se casou com Gilson Amado (1908-1979). Ela o havia conhecido três anos antes, em sua fase ministerial. Ela trabalhava para o Ministro da Viação e Gilson compunha o gabinete de Gustavo Capanema (1900-1985), no Ministério da Educação e Saúde Pública. Gilson tinha formação em direito, mas ganhou destaque no rádio e na TV, especialmente na produção de programas educativos. Foi um dos pioneiros da tele-educação, tendo presidido, entre 1967 e 1979, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, que se tornou a entidade mantenedora da TV Educativa (Canal 2/ RJ) e de prestadores congêneres pelo país (Lobo Neto, 2002).

Henriette e Gilson tiveram uma única filha, Camilla Amado (1938-2021), que construiu uma carreira voltada para as artes cênicas; Camilla foi atriz, diretora e professora interpretação, com trabalhos para teatro, cinema e TV. No tempo em que esteve no Brigadeiro Schörrcht, Henriette uniu a iniciante Camilla Amado à já produtiva Maria Clara Machado (1921-2001), na organização do teatro do colégio. Maria Clara oferecia oficinas de formação continuada aos professores, como encarregada da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (DESe/MEC). Paralelamente, conduzia *O Tablado*, um grupo de teatro amador que ela havia fundado no início daquela década de 1950.

É nas atividades extraclasse que a escola se defende do tédio que escorre de aulas monótonas em que muitas vezes só o professor tem a palavra. Maria Clara Machado e Camilla Amado nos ajudaram muito nesse trabalho que, para nós, adultos, era também uma recreação. Com que prazer, Camilla dirigia *Aulularia!* Ary, intérprete

da peça latina, guarda, até hoje, as melhores lembranças. (Amado, 1981, p. 66; grifo da autora)

As sobreditas oficinas faziam parte da *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário* (CADES), que teve início em 1953 e revelava a preocupação da DESe/MEC com a qualificação e a certificação de professores leigos que atuavam nesse nível de ensino. Aos trabalhos da CADES se somariam, no final da mesma década, as classes secundárias experimentais, consideradas como a mais contundente dentre as iniciativas voltadas para a renovação do ensino secundário. Em 1958, foram publicadas as *Instruções sobre a natureza e a organização das classes experimentais*, autorizando o funcionamento legal de classes experimentais já a partir de 1959, com início preferencial pelo curso ginasial, o primeiro ciclo do ensino secundário. Em sua proposta pedagógica, as classes preconizavam uma abordagem ativa, visando à construção das habilidades individuais e coletivas dos alunos. De inspiração francesa, tal abordagem se traduziria na formação de turmas de, no máximo, 30 alunos, os quais seriam orientados a montar o seu fluxograma, escolhendo entre as disciplinas e as práticas educativas oferecidas pela escola. Aos professores, em especial, seria proposto que organizassem reuniões periódicas para cada turma, a fim de discutir amiúde a realidade do ensino-aprendizagem, bem como estimular os trabalhos em conjunto e as trocas entre as diferentes áreas do saber. As classes experimentais desencadearam a criação de uma nova tradição escolar, em função do relevante número de estabelecimentos aderentes pelo país, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tanto assim que em um relatório sobre os quatro primeiros anos de funcionamento das classes experimentais, foi constatado que em 1962 existiam 172 classes experimentais no Brasil, dentre as quais mais de 50% se desenvolviam em território fluminense (Dallabrida, 2017).

Tanto a consecução da CADES, quanto o florescimento das classes experimentais são provenientes do período de pouco mais de 10 anos em que Gildásio Amado (1906-1983) esteve à frente da DESe/MEC². Catedrático de química e entusiasta do experimentalismo pedagógico, pode-se supor que Gildásio tenha sido um interlocutor privilegiado de Henriette em meio ao movimento de renovação didática e curricular que envolvia o ensino secundário dos anos de 1960. Com efeito, Gilson era irmão de Gildásio³ e esse, portanto, era cunhado de Henriette. E o projeto pedagógico

² Gildásio Amado foi nomeado por Jucelino Kubitschek em 1956, seguiu com Jânio Quadros e João Goulart, mas foi afastado e substituído pelo educador Lauro de Oliveira Lima (1921-2013) pelo curto período de 8 meses, entre agosto de 1963 e abril de 1964. Com a saída de Lauro, Gildásio foi reconduzido ao cargo e respondeu por ele até 1968 (Pinto, 2002).

³ Parte de uma família de 15 irmãos, os sergipanos Gildásio e Gilson Amado estavam entre os 5 irmãos que fertilizaram a intelectualidade do século XX. Além deles, cite-se: Gilberto Amado (1887-1969), o primogênito, era jornalista, advogado e farmacêutico, tendo atuado como deputado federal, senador, diplomata e escritor; Gileno Amado (1891-1969) também cursou direito, foi Delegado Escolar, fez jornalismo político, foi prefeito de Itabuna, deputado estadual e deputado federal; e Genolino Amado (1902-1989), que conciliou o jornalismo, a docência de ensino secundário, a literatura, o rádio e o teatro (Amado; Giovanni, 2020).

que Henriette legou ao CEAM guardava muitas afinidades com a cultura escolar (Forquin, 1992) disseminada pelas classes experimentais.

Ao assumir a direção do CEAM, Henriette buscou implementar um ensino secundário renovado em que as diretrizes “educacionais convergiam para o objetivo fundamental de transformar cada classe num grupo de ação criadora”, voltado para a solução de questões-problema (Amado *et al.*, 1972, p.7). Para esse fim, os professores apoiaram-se em Jean Piaget (1896-1980), para quem os adolescentes a partir dos 11 anos são capazes de formular hipóteses e verificá-las, dissociando fatores e interpretando fatos. Valorizando o equilíbrio mental e emocional dos alunos, foi possível perceber que eles conseguiam confiar em suas próprias decisões. Ainda os professores fizeram o curso *Técnicas de Dinâmica de Grupo* com Lauro de Oliveira Lima, com quem discutiram as dificuldades da relação interpessoal, as estruturas dos grupos e seus fenômenos específicos. Assim, para as questões atitudinais e disciplinares, o Colégio adotou o lema *Liberdade com responsabilidade*.

A estrutura pedagógica do colégio tinha duas bases: o Serviço de Orientação Educativa (SOE) e a Seção de Orientação Pedagógica (SOP), sendo esse composto por 15 orientadoras e de estagiárias da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade Santa Úrsula e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. A equipe do SOE elaborou fichas de avaliação e autoavaliação para os alunos, realizou pesquisas socioeconômicas e aplicou testes vocacionais. A partir dessas informações foram organizados cinco departamentos: Auxiliar de Ensino, Línguas, Ciências Sociais, Ciências Exatas e da Natureza e Práticas Educativas. O SOP era responsável pela criação de estratégias que permitissem a flexibilização curricular e a diversificação dos programas oficiais, subsidiando a elaboração de métodos de ensino diferenciados entre as diferentes áreas.

Várias atividades do CEAM foram registradas por jornais do período, como: as aulas de ciências na praia da Urca; o uso pioneiro de recursos audiovisuais para as aulas de francês; a criação de um jornal pelos alunos, com fatos históricos anunciados como forma de notícia; a criação de um cineclubes aberto aos moradores da cidade; e a formação de um grupo de teatro experimental. Os professores organizavam palestras sobre os temas em discussão na época, como as questões ecológicas, a construção da Transamazônica, a criação da Embratel e o Projeto Rondon. Médicos eram convidados para debater sobre as pílulas anticoncepcionais e os transplantes. Em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, foi feita uma experiência sobre o impacto das drogas em camundongos, ficando os alunos encarregados de registrar as alterações no comportamento dos animais. Foi criado um círculo de pais, onde responsáveis e alunos discutiam questões que os mobilizavam em seu cotidiano. Havia aulas de educação sexual.

Em entrevista ao *Correio da Manhã*⁴, em 1969, Henriette Amado explicou da seguinte forma o seu projeto de escola:

[...] duas modificações fundamentais ocorreram relativamente à função desempenhada no grupo pelo professor e aluno. De simples transmissor da verdade, o professor passa a ser um criador de situações-problema e fornecedor de dados capazes de favorecer o encontro de soluções. O aluno é estimulado a duvidar. Se ele não duvida, não tem problemas para solucionar e sem problemas ele não levanta hipóteses explicativas. O aluno, de mero receptor, transforma-se em elemento atuante na busca em comum de soluções para o problema proposto. Torna-se nítida, então, a dinâmica do grupo e a função que cada elemento desempenha no contexto. (Unir..., 1969, p. 5)

A propósito, o periódico supracitado havia se tornado um lócus de apoio ao trabalho de Henriette, pelo número de citações e notícias que eram publicadas a seu respeito desde o início da década de 1960. Mesmo em um levantamento não exaustivo, ainda é possível elencar indícios relevantes sobre o capital social de Henriette (Bourdieu, 2014). Em 1961, saiu uma nota sobre um curso de *especialização em classes experimentais*, em cuja lista de docentes havia *reconhecidas autoridades* como Henriette e de Gildásio Amado. Em 1962, Henriette instou contra o currículo descentralizado, em um artigo de uma série de primeira página que apontava as dificuldades na implantação do modelo da Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Em fevereiro de 1964, Henriette foi citada em uma coluna social por sua presença nos festejos pelas bodas de prata de Carlos Flexa Ribeiro, então Secretário de Educação da Guanabara. Já em outubro de 1964, seis meses após o golpe militar, uma crônica da coluna *Bom dia, Rio* criticou o episódio da saída de Henriette da direção do Colégio Estadual Brigadeiro Schörrcht, como um ato solidário e de resistência à demissão arbitrária de dez professores do quadro do colégio. Por dois anos seguidos, 1966 e 1967, o editorial *Ensino* citou Henriette em sua *lista de professores mais destacados*, como sendo o destaque da categoria *ensino secundário*. E em 1968, a página 3 do *Caderno Feminino* dedicou todo o seu espaço central à reportagem *A alegre escola de d. Henriette*. Escrito em tom ameno, o texto veio na contrapartida de um momento de excitação, em que Henriette respondia a denúncias de encobrimento de uso de entorpecentes no colégio; dali a nove meses essa excitação se exacerbava mediante a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o acirramento do autoritarismo político dos militares. No destaque abaixo, Henriette expôs o modo como enxergava e administrava os diferentes comportamentos e posicionamentos dos alunos dentro do colégio:

Aqui, seguimos as linhas de orientação do [sic] Summerhill, através da experiência de Neal [sic], seu iniciador, claro que adaptando ao nosso ambiente. Liberdade sem medo, sem hipocrisia, mas com respeito. Pobres e ricos, num total de três mil alunos, desfrutam das mesmas regalias, tais como aulas audiovisuais, palestras com políticos, padres, sociólogos, professores, os melhores do Rio, cinema, auditório, campos de esporte. [...] Cada um pode ter a ideologia que quiser, bastando que respeite o nome

⁴O *Correio da Manhã* (1901-1974) foi um periódico de grande tiragem e circulação diária nacional. Destacou-se por uma ética própria e um estilo refinado e impactante. Durante a ditadura, adotou uma linha editorial de resistência, que gerava identificação com as classes e questões populares (Leal, [s.d.]).

do colégio, o que sempre lembro em minhas palestras com os alunos. Não me dão trabalho: fazem o seu jornal, criticam o que querem criticar, têm o seu grêmio e dois partidos dentro dele. Os *esquerdinhas* criam sempre mais confusão, porém, no fim, depois de pedir que façam o que quiserem, mas respeitem o nome do colégio, eles entram em acôrdo e ficam todos satisfeitos... (Barros, 1968, p. 3, grifo meu).

O propalado capital social de Henriette remetia, sobretudo, à soma de suas relações familiares e suas cercanias, entre as quais havia os *manos* de Gilson, amigos próximos que formavam uma ciranda em torno de Henriette. Entre o Distrito Federal e o Estado da Guanabara, essa ciranda foi formada por um prefeito, três secretários de educação e um desembargador, incluindo um ministro que foi signatário da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e era considerado como o *guru* do grupo.

Os amigos de Gilson estiveram muito tempo presentes na nossa vida e os chamávamos, carinhosamente, de *manos*. [...] San Tiago, uma espécie de guru a quem todos consultavam. Um riso aberto, um coração grande, uma inteligência que nem Gilson ousava discutir. [...] foi San Tiago que me induziu a fazer o curso universitário [de Letras]. Era diretor da Faculdade [Nacional] de Filosofia [FNF] e mandou que me inscrevesse. Ouvi vários dos seus discursos. [...] Se precisava de um juiz, Salvador Pinto aconselhava a consulta certa. [...] Dentre os *manos*, graças a Deus, um deles foi Prefeito: José Sá Freire Alvim, que compreendeu e aceitou as minhas experiências no campo educacional. [...] Dois Secretários de Educação: Flexa Ribeiro e Americo Lacombe. A luzinha vermelha do gabinete nunca se acendeu para mim. Recebiam-me com a paciência de *manos* escolhidos e ouviam-me com certa curiosidade (Amado, 1981, p. 79-80).

Paralelamente, Henriette também formou a sua própria comunidade de influência, reunindo professores que partilhavam do ideal de “uma escola diferente”. Entre eles estava Myrthes de Luca Wenzel (1917-2004), Inspetora Federal do Ensino Médio do MEC. Em uma entrevista transcrita por Lôbo (2002), Myrthes revela como influenciou Henriette na formação do corpo docente do Colégio Brigadeiro Schörcht. No trecho que se segue, ela se refere aos colegas de quem havia se aproximado na década de 1950, enquanto cursava Geografia na Universidade do Distrito Federal.

Eu sou fundadora daquele grupo de professores que Henriette reuniu no Brigadeiro Schörcht... os professores do Brigadeiro implantaram uma escola diferente... fornecendo aos seus alunos a oportunidade de desenvolvimento intelectual e emocional, ensinando os alunos a amar o saber, a buscar o saber, aprender a aprender, a gostar da arte, da música, da pintura... a participar dos clubes de Geografia, de Ciências, de Inglês e Francês. [...] E, assim, tivemos uns anos muito agradáveis... tudo começou lá, no Brigadeiro Schörcht, colégio dirigido pela ilustre educadora Henriette Amado, a quem presto minha homenagem. (Wenzel, depoimento, 2001 *apud* Lôbo, 2002, p. 6-7)

Tanto para Myrthes, quanto para a educação fluminense, a experiência no Brigadeiro Schörcht é tida como um divisor de águas, pois estimulou a materialização de um de seus principais projetos - a criação do Centro Educacional de Niterói (CEN), em 1960. Segundo Santos (2013, p. 219, grifo do autor), o CEN se tornou “um importante *locus* de formação de professores e capacitação técnica de administradores educacionais de municípios fluminenses”. Em 1975, Myrthes tornou-se Secretária de Educação e Cultura do primeiro governo formado com a fusão dos Estados da

Guanabara e do Rio de Janeiro. Em sua gestão, implantou o Laboratório de Currículos, tendo referendado a instituição de escolas experimentais no Estado, a exemplo do CEN, e, por extensão, do Brigadeiro Schörrcht (Lôbo, 2002).

Entrevistada para a edição de 20 de junho de 1980 da *Tribuna da Imprensa*⁵, Henriette fez um balanço de sua trajetória como professora da rede oficial do Estado. Ocupando mais da metade da página, a entrevista discutiu a política educacional de então; avaliou as condições de trabalho e valorização docente; defendeu a importância seminal da renovação didática, criticando a inutilidade das aulas expositivas, chamadas de *cuspe-giz*; e visitou a experiência do Colégio Estadual André Maurois, destacando as suas histórias, sujeitos e práticas. Questionada sobre a interrupção dessa experiência, Henriette não hesitou e apontou a perseguição do *Diário de Notícias*⁶:

Houve uma campanha dirigida pelo *Diário de Notícias*, sabe. Uma coisa tão triste! Um rapaz foi me pedir para fazer um curso de jornalismo com os alunos. Eu achei maravilhoso, mas ele se aproveitou disso e passou a tirar fotografias, sabe como é que é. Enfim, tudo muito tendencioso, muito desagradável. Eu fiquei muito chateada, mas esperei a reação partir dos alunos: passou uma semana e o colégio estava coberto de faixas e mais faixas feitas por eles: “respeitem a nossa liberdade”, “Bolinha aqui só de gude”. E teve o movimento da outra imprensa, a imprensa favorável, que foi uma coisa muito bonita. (Henriette..., 1980, p. 9)

Ao final dessa entrevista, Henriette esclareceu o que lhe aconteceu após a dispensa do cargo de diretora do André Maurois. O inquérito que sofreu foi federalizado por Chagas Freitas, já que a Guanabara não poderia aplicar o AI-5. O ministro da Justiça de então, Alfredo Buzaid (1914-1991), ainda que defensor de primeira hora do AI-5, determinou o arquivamento do processo, ordem que Chagas Freitas não cumpriu. Esse processo só seria arquivado pelo primeiro governador da fusão, Faria Lima (1917-2011), o mesmo que escolheu Myrthes Wenzel para ser a sua Secretária de Educação e Cultura. Entretanto, Henriette continuaria a ser perseguida. Uma vez Secretária, Myrthes nomeou Henriette para uma das comissões sob sua responsabilidade, mas essa nomeação foi coibida uma semana depois. E mesmo Arnaldo Niskier (1935-), Secretário de Estado de Educação e Cultura entre 1979 e 1983, e amigo de Henriette, considerou mantê-la afastada das salas de aula, ainda que ela continuasse recebendo o seu ordenado; afinal, sua secretaria respondia à Chagas Freitas, desta feita governador do Estado do Rio.

⁵ A *Tribuna da Imprensa* foi fundada por Carlos Lacerda em 27/12/1949, no Rio de Janeiro, como um jornal diário e vespertino. Com Lacerda, notabilizou-se pela oposição ao comunismo e ao nacionalismo exacerbado. Em 1961, foi vendida a Manuel F. N. Brito, que fracassou em seu projeto e a repassou a Hélio Fernandes em 1962. Em 1964, respaldou o golpe que depôs o presidente João Goulart, mas voltou a fazer oposição ao governo logo que foi decretado o Ato Institucional nº 1, em 9 de abril. Em 2008, a circulação impressa deu lugar edições online, o que não durou mais do que 2 meses (Leal, [s.d.]). Em 2022, o formato online foi reativado com o propósito de recuperar o tom crítico e combativo dos primeiros tempos do jornal.

⁶ O *Diário de Notícias* (1930-1976) foi um periódico carioca de circulação diária e inserção nacional. De tradição matutina, demarcou uma linha editorial favorável às concepções do Estado do pós-64 (Ferreira, [s.d.]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vereadora, Henriette transitou entre a Educação, o Teatro e a Justiça Social. Entre 1983 e 1987, ela obteve a aprovação de 14 leis, dentre as quais 11 ainda permanecem em vigor⁷. Em 1990, Henriette dividiu o palco com sua neta, Rafaela Amado, em uma peça dirigida por Camilla Amado. Tratava-se de *O mistério do amor*, uma versão alternativa da Paixão de Cristo, na qual Henriette atuou como Santa Ana, a avó de Jesus (Spitz, 1990). Como homenagem póstuma, o nome de Henriette Amado foi atribuído a dois espaços públicos: uma escola do município de Itaperuna, no noroeste fluminense (Brasil. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1995); e uma avenida de 350 metros de extensão, sendo uma das ruas transversais à avenida Dom Hélder Câmara, na altura do bairro do Engenho de Dentro, na zona norte do Rio de Janeiro (Município do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996).

Palavras-chave: Henriette Amado. Colégio Estadual André Maurois. Regime civil-militar

REFERÊNCIAS

AMADO, Giovanni. **A genealogia dos Amado no Brasil:** memória e patrimônio, iconografia e genealogia. [s.l.: s.n.], 2020.

AMADO, Henriette *et al.* **Uma experiência interrompida.** Rio de Janeiro: Editora Lidor, 1972.

AMADO, Henriette. **Exercício de vida.** Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

BARROS, Teresa. A alegre escola de D. Henriette. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 10 mar. 1968.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. A gestão de Camillo de Hollanda na Parahyba (1916-1920): redes de sociabilidade e atuação política. **Sæculum – Revista de História**, v. 38, n. 38, p. 243, 30 jun. 2018.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. *In:* NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-78.

⁷ As leis de autoria de Henriette Amado constam do site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro: <https://www.camara.rio/> (Atividade Parlamentar > Legislação > Legislação Municipal > Leis Ordinárias).

BRASIL. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **Lei Ordinária nº 2.367, de 20 de setembro de 1995**. Dá o nome de Henriette de Holanda Amado a uma unidade pública da rede municipal de ensino público. Disponível em: <https://www.camara.rio/atividade-parlamentar/legislacao/municipal/leis-ordinarias>. Acesso em: 16 set. 2024.

CARMO, Alessandro Xavier do. **Henriette Amado e seu legado no Colégio Estadual André Maurois**. 2018. 87 p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CASTRO, Mônica. O Pasquim. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pasquim-o>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Alfredo Buzaid. *In*: _____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bu-zaid-alfredo>. Acesso em: 12 ago. 2024.

_____. Floriano Peixoto Faria Lima. *In*: _____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/floriano-peixoto-faria-li-ma-2>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DALLABRIDA, Norberto. As classes secundárias experimentais: uma tradição escolar (quase) esquecida. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 17, n. 3 (46), p. 196-218, jul./set. 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário de Notícias (Rio de Janeiro). *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**. n. 5. Porto Alegre, RS: Pannonica Editora, 1992. p. 28-49.

FORTUNATO, Ivan; PORTO, Maria do Rosário Silveira. Das inspirações de A. S. Neill ao centenário de Summerhil: liberdade, autogoverno e felicidade. **História da Educação**, v. 27, 2023.

HENRIETTE de Hollanda Amado. 2 set. 1971. Localização: Arquivo Nacional - Banco de Dados Memórias Reveladas - Ministério da Justiça, Serviço Nacional de Informações, Processo nº 1471, Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.82006516.

HENRIETTE: os jovens não podem ser violentados. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 9, 20 jun. 1980.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cor-reio-da-manha>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LEAL, Carlos Eduardo. Tribuna da Imprensa. *In*: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa-a>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LÔBO, Yolanda Lima. D. Myrthes: a secretária de educação e cultura da fusão. *In*: **Anais do II congresso brasileiro de história da educação – memória da educação brasileira**. Natal/RN: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Gilson Amado. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MEC-Inep-Comped, 2002. p. 420-424.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, n. 51, p. 37-50, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40602014000100004>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Decreto nº 15.254, de 14 de novembro de 1996**. Reconhece como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro os logradouros que menciona. Disponível em: <https://leismuni-cipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1996/1526/15254/decreto-n-1-5254>

-1996-rec-onhece-como-logradouros-publicos-da-cidade-do-rio-de-janeiro-os-logradouros-q ue-menciona?q=15.254. Acesso em: 20 dez. 2024.

PINTO, Diana Couto. Gildásio Amado. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MEC-Inep-Comped, 2002. p. 414-419.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. A construção da educação fluminense e o Centro Educacional de Niterói (CEN) dos anos de 1960-1970: O papel de Armando Hildebrand e Myrthes Wenzell. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8, n. 15, p. 219-233, 2013.

SPITZ, Eva. O Daime em visão teatral. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 47, 12 abr. 1990.

UNIR vida-escola é o objetivo do André Maurois. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 16 out. 1969.

SOBRE O AUTOR

Possui graduação e licenciatura em Letras, especialização em literatura infantil e juvenil e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutorando em Ciências Humanas - Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa “Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Instituições”, sendo membro do grupo “Educação, História e Comunicação”, coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Coelho da Costa. Professor do Departamento de Francês no *Campus* Realengo II do Colégio Pedro II, onde ainda participa do Núcleo de Estudos Franco-Brasileiros.



C A P Í T U L O 5

REVISTAS FEMININAS

Liana Pereira Borba dos Santos

(CPIL)

lianaborba@gmail.com

APRESENTAÇÃO

As revistas femininas são publicações periódicas que correspondem a um segmento da imprensa dirigida ao público feminino, que trazem até mesmo em seus títulos clara destinação às mulheres. Tais produções veiculam, por meio de textos, imagens e propagandas, temas considerados próprios do mundo feminino, como: moda; beleza; etiqueta e comportamento social; saúde física e mental; serviços de utilidade e cuidado da casa; culinária; literatura; educação; lazer, cinema, rádio e televisão.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Ana Luiza Martins e Tânia de Luca apontam o lugar social da imprensa no Brasil, considerando que ela é “*a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira*”. (Martins; De Luca, 2008, p. 8). Deve-se considerar, ainda, a especificidade da revista em relação à imprensa *periódica*¹ em uma perspectiva geral. De acordo com Dulcília Buitoni (1990), no século XIX se considerava *revista* a publicação que apresentava uma variedade de conteúdos (ficção, poesias, relatos de viagens, entretenimento) e *jornal* a produção onde predominavam textos de opinião, com discussão de ideias, polêmicas, cartas de colaboradores e notícias de teor político e de divulgação imediata.

Em contrapartida, observa-se na segunda metade do século XIX, o uso indiscriminado dos termos *jornal* e *revista*, fato que dificulta a classificação rigorosa dos gêneros periódicos (Martins, 2001). Cabe ressaltar que a permissão para o funcionamento da imprensa no Brasil veio no início do século XIX, o que não quer dizer

¹ *Periódicas* eram denominadas as publicações que reaparecem após certo lapso de tempo, como jornais diários e revistas mensais, quinzenais e semanais (Martins, 2001).

que ela não circulasse antes, ainda que inserida em um cenário de ilegalidade². Ao longo desse século, os jornais e, posteriormente, as revistas se tornaram instrumentos correntes de informação.

Nos últimos anos do século XIX e início do século XX, mobilizadas pelo progresso da indústria gráfica, as revistas começaram a aprimorar o aspecto visual em comparação aos jornais, fato notado no aparecimento das gravuras, das ilustrações e, finalmente, da fotografia. A revista parecia exercer o papel de ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado e trazendo variedade de informações. Por outro lado, ela foi peça fundamental para a ampliação do mercado consumidor dos países capitalistas, já que, segundo Buitoni:

A revista é uma vitrine, geralmente colorida, para anúncios de produtos diversos. A publicidade nos jornais está mais ligada à duração temporal do veículo (classificados, anúncios de ofertas com datas bem definidas). Já nas revistas, as mercadorias são anunciadas visando criar ou reforçar hábitos de consumo (Buitoni, 1990, p. 18).

A imprensa ilustrada feminina brasileira³ assumiu um espaço de relevo no cenário cultural desse período. Nesse sentido, a compreensão da relação estabelecida entre a revista ilustrada e o público leitor feminino requer a compreensão do lugar histórico desse tipo de periódico, à medida que *“as revistas femininas veiculam o que é considerado próprio do ‘mundo feminino’ pelos seus contemporâneos. Seu conteúdo é marcado pela história”* (Bassanezi, 1996, p. 15).

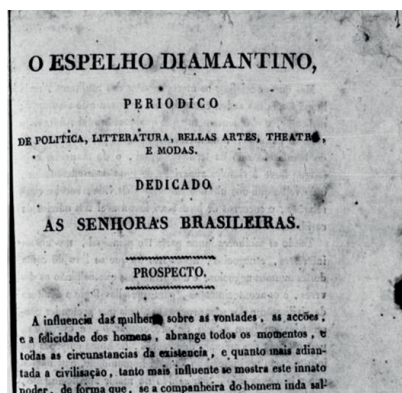
Dulcília Buitoni aponta que as primeiras publicações brasileiras voltadas para as mulheres *“tinham nomes de flores, pedras preciosas, animais e eram metáforas da figura feminina”* (Buitoni, 1990, p. 40)⁴. Após a permissão para o funcionamento da imprensa em território brasileiro, o ano de 1827 marcou o lançamento do primeiro periódico feminino, o carioca *O Espelho Diamantino*.

² A Imprensa Régia foi fundada no Rio de Janeiro em 1808, passando a publicar *A Gazeta do Rio de Janeiro* a partir de 10 de setembro de 1808 (Martins; De Luca, 2008).

³ Conceito inspirado nas definições de imprensa feminina apresentadas por Buitoni, 1990; Martins, 2001; Nahes, 2007; Michel, 2009.

⁴ Na monografia de final de curso, intitulada “Moças de azul e branco: a revista *O Tangará* em foco” (2007), busquei analisar as representações relativas à mulher, à sua educação e à sua função educativa na década de 1950-1960, tendo como foco principal o espaço de uma instituição de formação de professores, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ). Privilegiou-se, nesta análise, a imprensa educacional, em particular uma publicação produzida pelas alunas do Curso Normal da instituição, a revista *O Tangará*. Nas páginas da revista, o tangará foi descrito como um pássaro azul, alegre e jovial, encontrado por um naturalista inglês durante viagem pelo Amazonas (*O Tangará*, Ano I nº 1, 20/10/1953, p. 2). A partir das características relatadas pelo viajante, as criadoras da revista observaram que o animal refletia o próprio espírito das alunas, sendo este marcado pela jovialidade e alegria de viver. Nota-se que a cor do pássaro parecia remeter ao uniforme das alunas normalistas: azul e branco. Cf.: Santos, 2007.

Figura 1 – recorte da página 1 de *O espelho diamantino*, edição 1, 1827.



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (2024).

De acordo com seu subtítulo - *Periódico de Política, Literattura, Bellas Artes, Theatro e Modas Dedicado as Senhoras Brasileiras*, a publicação tinha como foco temas como política, literatura, arte e moda. No entanto, o periódico em questão se aproximava mais às características de um jornal, pois não possuía ilustrações, diagramação e volume de conteúdos para ser nomeado revista.

Sendo assim, a primeira revista feminina brasileira a alcançar destaque no cenário da imprensa foi a *Revista Feminina*, fundada por Virgínia de Souza Sales, em 1914.

Figura 2 – recorte da capa de *Revista da Semana*, edição 34, 1917



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (2024).

Conforme estudos históricos, a grande inovação dessa publicação foi seu esquema comercial: a revista era propriedade da *Empresa Feminina Brasileira*, que produzia e comercializava, além da revista, uma série de produtos destinados à mulher. Na imagem em destaque, é possível notar que a propaganda do chocolate *Lacta* integrava a própria capa da revista. Nesse aspecto, “a Revista *Feminina* apresentava um toque de modernidade pelos produtos que anunciava e pela diagramação bastante inovadora” (Buitoni, 1990, p. 45).

O início do século XX é considerado um momento de renovação da imprensa periódica brasileira, principalmente com a inserção da fotografia, o que proporcionou a produção de publicações repletas de ilustrações. Semiramis Nahes (2007) produziu, em seu trabalho sobre a revista *Fon-Fon*, um quadro sobre a imprensa brasileira no século XX, onde indicou que:

A introdução de gravuras, de ilustrações e, sobretudo, da fotografia, permitiu a associação do lazer e do luxo à ideia de revista. Tudo isso, somado ao desenvolvimento das técnicas de impressão, possibilitou que a imprensa feminina se tornasse uma mídia cada vez mais visual e, também, elegesse a revista como seu veículo por excelência. Revista é ilustração (Nahes, 2007, p. 81).

Semiramis Nahes identificou três momentos específicos da imprensa brasileira, indicando que o primeiro teria correspondido ao período entre guerras, caracterizado pelo surgimento das tradicionais revistas de generalidades e entretenimento, entre as quais se situam *Fon-fon* (1907/1958), *O Malho* (1902/1954), *Jornal das Moças* (1914/1961), *A Cigarra* (1914/1956), *Vida Doméstica* (1920-1963). Um segundo grupo de revistas brasileiras surgiria entre 1945 e final dos anos 1960. Essa geração teve como característica um sistema permeado pela trilogia *foto-magazine de atualidades* – *Manchete*, *Cruzeiro* -, *revista de cultura* – *Seleções do Reader's Digest*, *Coletânea*, - e *presse du coeur*⁵ – *Grande Hotel* e *Querida*, por exemplo. Para a autora, a terceira fase da imprensa pode ser localizada no final dos anos 1960 e constitui uma nova trilogia que reúne *magazines de atualidades (news magazine)* – *Realidade*, *Veja* – *imprensa feminina* – *Cláudia*, *Nova* – e *imprensa masculina* – *Status*, *Playboy*.

A partir desse panorama, pode-se constatar que, no conjunto de publicações de relevo histórico levantadas por Nahes, uma série de revistas femininas ganharam destaque ao longo do século XX, como: *A Cigarra*, *Jornal das Moças*, *Vida Doméstica*, *Querida*⁶, *Grande Hotel* e *Claudia*.

⁵ O termo francês “*la presse du coeur*” faz referência ao segmento de imprensa que trata de assuntos ditos “sentimentais”, ou seja, uma “imprensa do coração”. Como exemplos se destacam publicações contendo fotonovelas, artigos e colunas com confissões de leitoras e conselhos, muitos deles caracterizados por uma abordagem psicológica.

⁶ Na dissertação intitulada “Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos *Jornal das Moças*, *Querida* e *Vida Doméstica* nos anos 1950”, realizei pesquisa histórica que visou a identificação e análise de representações relativas à mulher, à sua educação e à sua função educativa divulgadas na imprensa feminina, no contexto da sociedade brasileira dos anos 1950. Aproximei-me dos campos da história da educação, da história cultural, da história do impresso e da história das mulheres para tecer a pesquisa, na qual verifiquei tanto no espaço discursivo dos artigos e colunas, quanto no âmbito das propagandas, a divulgação de representações relacionadas à vida feminina e à adaptação desse público às novas formas

DESENVOLVIMENTO

Sem a pretensão de didatizar os conteúdos disponíveis nas revistas femininas, e sim de dar visibilidade à variedade de assuntos abordados, elaborou-se o seguinte repertório de temas apresentados nas publicações brasileiras:

- a. moda, observada na publicação de modelos de roupas ilustradas com gravuras;
- b. etiqueta/comportamento social;
- c. beleza/estética;
- d. culinária;
- e. saúde física e mental
- f. educação infantil;
- g. serviços de utilidade;
- h. psicologia, como exemplificam as seções de consultório sentimental;
- i. literatura, através da publicação de poesias e romances;
- j. lazer;
- k. cinema, rádio e televisão.

De fato, a revista alcançou o status de veículo por excelência da imprensa feminina, fato motivado pelo aperfeiçoamento da tecnologia gráfica e a consequente possibilidade de imprimir produtos cada vez mais sofisticados. Assim, por suas características de visualização de detalhes e cores, as revistas femininas se tornaram a mídia mais adequada para a moda.

No *Jornal das Moças*, por exemplo, referência ao consumo da moda estava disponível em suas capas, que apresentavam o enunciado “moldes no suplemento”:

de sociabilidade referente ao contexto moderno, assim como indiquei aspectos pertinentes a uma proposta de civilização e modelação social. Cf.: Santos, 2011.

Figura 3 – Capa de *Jornal das Moças*, edição 2135, 1956



Fonte: elaborada pela autora (2011).

O suplemento em questão era o *Jornal da Mulher*, dirigido por Yara Sylvia. Segundo Bassanezi (1996), este caderno era o ponto forte da revista, onde eram divulgados bordados e figurinos de moda, baseados em modelos norte-americanos, franceses, italianos e brasileiros.

Nesse cenário de efervescência tecnológica e cultural, ganha relevo o desenvolvimento da publicidade no âmbito das revistas femininas, que se esforçava para satisfazer uma grande gama de interesses, associada a uma retórica de valorização de consumo (Morin, 2007). Com frequência, as revistas femininas mostravam as mulheres como completamente dependentes dos produtos industrializados, pois “somente por meio deles poderiam concretizar suas tarefas domésticas, atrair os homens, educar os filhos ou conseguir aceitação social” (Higonnet, 1995, p. 409).

De fato, as novas técnicas fotográficas e gráficas permitiram a construção de um meio visual com “influência subliminar, vendendo às mulheres não só mostruários de produtos, mas também imagens delas próprias. Para isso, conseguiam sobrepor símbolos modernos a prioridades tradicionais das mulheres” (Cott, 1995, p. 110). A imagem abaixo apresenta a associação estabelecida entre o consumo de um dado produto à experiência de hábitos modernos:

Figura 4 – recorte da revista *Querida*, edição de fev. 1956, p. 13



Fonte: elaborada pela autora (2011).

Não obstante a veiculação de produtos variados, as revistas femininas configuravam não somente objetos de consumo das mulheres, e sim espaços de divulgação de múltiplos discursos e comportamentos sociais, articulando-se com os acontecimentos políticos, econômicos e sociais experimentados pelos sujeitos sociais daquele tempo.

Ter a revista como forma de acesso ao universo feminino requer percebê-la como parte de um campo de estudos que privilegiam a produção cultural impressa. Pode-se dizer que a imprensa periódica, de modo crescente, assume relevância no campo de estudos históricos e, especialmente, no campo da história da educação, já que pode configurar um espaço de manifestação das vozes, dos projetos, dos anseios e das realidades dos múltiplos atores envolvidos no cenário educacional (Catani; Bastos, 1997).

As revistas femininas podem, assim, ser consideradas como veículo educativo pois, apesar de não possuírem um caráter especificamente escolar ou de estarem diretamente ligadas à profissão docente, expressam-se como um espaço de educação não formal, permeado pelo debate de ideias pedagógicas e pela diversidade de objetivos educativos dispostos em suas páginas, sejam eles informativos, ideológicos, doutrinários, profissionais etc.

A título de ilustração, em um estudo comparado de três revistas femininas - *Jornal das Moças*, *Querida* e *Vida Doméstica* - constatou-se que elas tinham em comum a presença de discursos que reforçavam a representação de mulher do lar, trazendo em seus artigos elementos que permitiam pensar sobre o papel social desempenhado pela mulher no cuidado da casa e da família, incluindo a educação dos filhos e de si. Além disso, as três publicações pareciam se aproximar do cenário vivido pela indústria do impresso, permeado pelo uso de recursos tecnológicos como a fotografia, a impressão *off-set* e policromática, associado ao aumento crescente nos números de exemplares produzidos.

Ainda que pudessem ser notados elementos comuns, foi possível notar nuances que as diferenciavam. *Jornal das Moças*, por exemplo, apresentava como característica de destaque a influência da moda e a divulgação de um discurso prescritivo em torno do papel social da mulher no âmbito doméstico. *Vida Doméstica*, por sua vez, também trazia em seu corpo essa dimensão privada, sem deixar de enfatizar em suas páginas a participação feminina no mundo social, principalmente no que diz respeito às festividades e eventos sociais. Outro aspecto de destaque era o viés religioso de certos artigos, especialmente aqueles divulgados na seção de Editorial, que articulavam o cenário de transformações sociais à importância do cumprimento da moral cristã e pareciam mostrar a filiação da equipe editorial desta revista com a religião citada. Também mereceu atenção o grande espaço ocupado pela publicidade, um diferencial em relação às duas outras publicações. *Querida* mostrou-se um pouco distinta, pois tinha em seu interior uma quantidade considerável de contos e romances tidos como “picantes” para a época, apresentava muitos artigos relativos ao trabalho feminino realizado no espaço público e trazia uma série de textos com a questão da juventude, idade da vida que emergiu como tema de discussão neste período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as revistas femininas assumiram uma dupla função social, ora servindo como objeto de consumo das mulheres e elemento divulgador de uma cultura dita consumista, ora atuando como veículo de divulgação de valores, discursos e formas de ser/estar mulher em nossa sociedade.

Em grande medida, observou-se tanto nos artigos quanto nas propagandas, um cenário de massificação de discursos prescritivos, apoiados em valores e condutas socialmente estabilizados, que reforçavam uma identidade feminina comumente caracterizada como tradicional, que valorizavam o papel social feminino ligado ao âmbito doméstico e ao cuidado da família e naquelas em que a aparência feminina bela e juvenil era estimada como elemento demonstrativo da feminilidade da mulher.

De modo concomitante, veiculavam-se elementos que parecem ressaltar a constante negociação de tais mensagens e prescrições com a realidade social, marcada por aspectos de intensa mudança. Percebeu-se a divulgação de valores mais condizentes com as transformações sociais enfrentadas, como nas propagandas de produtos que enfatizavam os cuidados médicos e higiênicos e que faziam referência ao trabalho feminino fora do lar e atribuíam valor ao consumo de produtos industrializados, devido à necessidade de alimentos de fácil preparação.

Notou-se, nas revistas femininas, a presença de discursos que ora dialogavam com valores socialmente consolidados, ora mostravam sintonia com as transformações aceleradas experimentadas pelas mulheres daquele contexto, o que permite compreender a pluralidade de representações de gênero feminino ali divulgadas. Ainda que determinados comportamentos fossem prescritos como mais “aceitáveis” ou corretos, foi possível constatar, como em enunciados que traziam as mulheres em condições mais atuantes no âmbito social e público, a impossibilidade de se pensar em um modelo único de gênero feminino.

Tais colocações contribuíram para a valorização de investigações que tenham as revistas femininas como fontes e objetos privilegiados. Ao tomá-la como fonte, atenta-se para o aspecto relacionado à construção da identidade feminina, verificando de que modo as discussões levantadas nas revistas produziam e reproduziam concepções valorizadas socialmente. Em paralelo, vê-la como objeto consiste em analisar a materialidade de suas páginas e os elementos relacionados à sua produção, circulação e apropriação.

Palavras-chave: Revistas femininas. Imprensa periódica. Representações sociais.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as páginas, revendo as mulheres:** revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BITTONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

CATANI, Denice B.; BASTOS, Maria Helena C. Introdução. In: CATANI, Denice B.; BASTOS, Maria Helena C. (Orgs.) **Educação em revista:** a imprensa pedagógica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

COTT, Nancy F. A mulher moderna: O estilo americano nos anos vinte. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das mulheres no ocidente.** O século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

HIGONNET, A. Mulheres, imagens e representações. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das Mulheres no ocidente**. O século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MARTINS, Ana Luíza. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

NAHES, Semiramis. **Revista Fon-Fon**: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Arte e Ciência, 2007.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. **Mulheres e revistas**: a dimensão educativa dos periódicos femininos *Jornal das Moças*, *Querida* e *Vida Doméstica* nos anos 1950. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. **Moças de azul e branco**: a revista *O Tangará* em foco. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FONTES

JORNAL DAS MOÇAS, edição 2135, 1956.

O ESPELHO DIAMANTINO, edição 1, 1827.

REVISTA DA SEMANA, edição 34, 1917.

QUERIDA, edição de fev. 1956.

SOBRE A AUTORA

Professora licenciada em Pedagogia com graduação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) – Educação Infantil, do Colégio Pedro II (CPII). Membro do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL), do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ. Membro integrante do Núcleo de Pesquisa Experiências e Infâncias (NUPEI- CPII).



PARTE II

PRÁTICAS DE ESCRITA, EDUCAÇÃO E LEITURA FEMININAS



CAPÍTULO 6

CAPITAL CULTURAL

Victor Soares Rosa

(UNIRIO)

victor.soares.rosa@gmail.com

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

(UERJ)

pacheco.gabrielle@uerj.br

O QUE É O CAPITAL CULTURAL?

Capital cultural, grosso modo, se refere a um conjunto de bens culturais, materiais e simbólicos, internalizados pelas pessoas. O termo *bem cultural*, embora atualmente conceituado como “um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região” (Ferreira, 1986, p. 247 *apud* Guedes; Maio, 2016), fora constituído, como propõe a historiografia, a partir de sua dimensão material e da urgente necessidade de proteção, especialmente em razão dos saqueamentos de obras de arte e outras peças de estimado valor na Europa no último quartel do século XIX.

Desta forma, compreende-se aqui que o capital cultural assume duas dimensões: pode ser objetificado, em referência às escolas, as obras de arte, as galerias, aos museus, aos livros, entre outros; e pode também ser incorporado pelos sujeitos, a exemplo dos “saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas” (IPHAN, ...)¹. Salvaguardado pela própria Constituição Federal de 1988, ainda em vigor, os bens culturais - materiais e imateriais -, foram incorporados ao patrimônio cultural brasileiro. Assim, tomam-se não apenas as obras de estimado valor literário e/ ou artístico como bens culturais, mas ainda os modos de se falar, a postura, as crenças, além de documentos pessoais institucionalizados, como os certificados escolares, os boletins, as correspondências pessoais, as fotografias, as coleções, entre outros.

¹ <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial>

PIERRE BOURDIEU E OS CAPITAIS

O sociólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu debruçou boa parte de seus estudos nos conceitos de capital. Os capitais, na teorização desse autor, são instrumentos de acumulação, poder e subversão. Por que dizemos capitais no plural? Porque esse intelectual sistematizou um conjunto de reflexões que conformaram tipos de capital, como capital econômico, capital simbólico, capital social, capital informacional e, o que nos interessa, capital cultural. Este último é categorizado por Bourdieu como incorporado, objetivado e institucionalizado. Incorporado a partir do acesso à bens culturais nos espaços que vivem e frequentam os indivíduos, convencionou-se em uma acumulação:

desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – [que] só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital (Bourdieu, 1997, p. 86).

Objetivado quando é recebido, geralmente sob forma de herança - imobiliária, econômica, artística e/ou literária - e permite, em ampla medida, a perpetuação de determinados indivíduos em determinados espaços, constituindo verdadeiros nichos. Por fim, institucionalizado no que se refere à concessão de títulos - acadêmicos ou não - aos indivíduos, que, a partir dessa lógica, podem compor o seletivo grupo detentor de capital simbólico. A este respeito, enfatiza que

a noção de capital simbólico enquanto princípio objetivo da violência simbólica, permite, me parece, resolver problemas aparentemente insolúveis colocados pelas antinomias da dominação simbólica, como a dominação ao mesmo tempo sofrida sob pressão e aceita através do reconhecimento e da obediência (Bourdieu, 2011, p.8).

Partindo desta premissa, o filósofo francês opera com o que determina “dominação masculina”, sob o viés “suave, insensível, invisível” (Bourdieu, 2019, p.12) da violência simbólica, constantemente sofrida por mulheres, que apesar de sua condição subalterna, reconhece sua condição de dominada, “exercida por meio de uma língua (ou maneira de falar), de um estilo de vida (ou maneira de pensar, de falar ou de agir) ou de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma” (Bourdieu, 2019, p.12), cuja condição é indissociável, uma vez que relaciona-se diretamente com o corpo e a cor de sua pele. Ademais, a conceituação de gêneros como *habitus sexuais* delimita, reduz e condena mulheres e sua intelectualidade, sob o argumento da naturalização, o qual encontravam-se e ainda diversas instituições socialmente convencionadas: as famílias, as escolas, a religião, a maternidade e, sobretudo, o espaço doméstico, frequentemente atreladas ao patriarcado. Como bem sublinha Márcia Tiburi (2023), o patriarcado é uma instituição sólida que se beneficia em diversas esferas, partindo da presunção de que se trata de uma verdade absoluta. Assim,

o patriarcado é um conjunto de discursos, eventos e rituais. Em sua base está a ideia de sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados “normais”, por oposição a sexualidades “malditas”, negadas ou ocultadas, além disso, sustenta-se uma diferença entre os gêneros pela qual se espera manter certa ideia de superioridade masculina, de inferioridade de mulheres [...] (Tiburi, 2023, p.49).

Como se pode perceber, a crítica de Bourdieu evoca não apenas o lugar social ocupado por mulheres, mas também os diversos dispositivos de controle que as mantêm neste espaço. O acesso aos bens culturais, limitado, escasso e vigiado, contribuiu em ampla medida para que mulheres levassem um tempo considerável até que fossem consideradas sujeitos históricos, capazes de produzir, elas próprias, suas histórias.

MULHERES E O ACESSO AOS BENS CULTURAIS

Pensar capital cultural, no entanto, faz considerar, justamente, o acesso de mulheres aos bens culturais materiais, simbólicos e institucionalizados. É algo igualmente complexo no âmbito do estudo histórico, haja vista os processos de exclusão e inferiorização que sofreram (e ainda sofrem), em especial no que tange o acesso à educação formal e a desejada para sua formação. O estudo de Eliane Peres (2021) sobre “Como Marias aprendem a ler”, por exemplo, trata de mulheres negras para quem o aprendizado da leitura e da escrita foi além dos usos pragmáticos: são acolhimento, abrigo, estratégias de luta e resistência. À luz de Davis (2016), o mesmo concebe Da Silva (2019, p.304) ao relatar que “para muitas escravizadas, escrever tornou-se, ao mesmo tempo, um ato de repúdio e de expressão, na luta por melhores condições de vida e por direitos”. Portanto, é possível inferir uma relação diretamente proporcional entre bens econômicos e bens culturais, ainda que em menor ou maior escala, ao longo dos dois últimos séculos, com especial ênfase no entresséculos e na primeira metade do século passado.

Maria Celi Chaves Vasconcelos (2018) estuda a educação doméstica no século XIX. Trata-se de uma modalidade de ensino, em larga escala, destinada às famílias das elites, haja vista os seus altos custos. Ainda, destina-se, especialmente, à educação de meninas. Os objetos de ensino versam sobre línguas² – o próprio português e, também, francês, inglês, alemão, italiano –, música, piano, canto, desenho, diversos gêneros de pintura, trabalhos de agulha, história universal, para citar alguns.

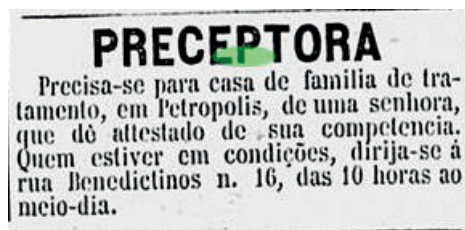
Ao analisar o papel das preceptoras, as responsáveis diretas pelo ensino, Vasconcelos (2018, p.289), as compreende como “mulheres professoras, também chamadas de “governantas”, e que residiam na casa de seus alunos”. Em complemento, o estudo de Jinzenji (2010, p. 173) ressalta a finalidade maior dessa educação destinada às meninas e jovens, iluminando também o papel da mãe:

² Não era incomum, neste sentido, observar inserções de outras línguas nos textos produzidos por mulheres escritoras, que muitas vezes deixavam clara esta influência e referência em sua escrita.

A necessidade de se educar a mulher pode ser entendida como resultante da percepção de seu poder civilizador; ao mesmo tempo em que urgia ser educada, acreditava-se no seu potencial educador, já que ela era a responsável pelo cuidado à primeira infância. Em muitos casos, as mães eram, também, as preceptoras das próprias filhas, tanto nos ensinamentos morais quanto nas primeiras letras.

Comumente descobertas a partir de anúncios em periódicos diversos, mulheres estrangeiras, usualmente europeias, eram contratadas para esse ofício, uma vez que se aspirava pelo que vinha de além-mar, especialmente por conta de uma forte influência da cultura européia, o que deu origem, anos mais tarde, ao que se denominou *Belle Époque* nos primeiros anos dos 1900. Em grande medida, essas mulheres estrangeiras vinham “solteiras”, sem a companhia ou a proteção de um marido. Não obstante, as famílias preferiam contratar mulheres de meia idade, como se observa no anúncio da edição 1953 de *O Paiz*:

Figura 1 - anúncio em *O Paiz*, 11/2/1890



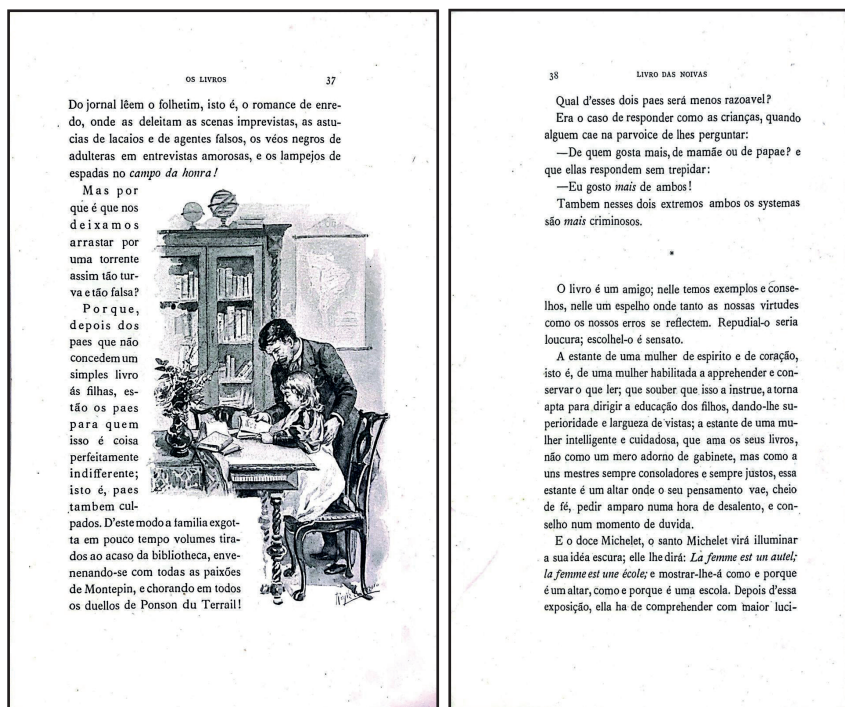
Fonte: Hemeroteca Digital da FBN

Além dos materiais que traziam em suas bagagens e dos usados pelas moças em trabalhos manuais, Vasconcelos (2018) destaca o uso de livros no ensino. Na segunda metade do século XIX, aumenta a procura por “manuais para o lar”, especialmente, os que continham regras e receitas de economia doméstica, que ensinavam a gerir uma casa. Ainda, as obras presentes nos acervos das bibliotecas da Corte também eram buscadas por essas preceptoras, fato este que contribuiu, entende-se, para o surgimento de obras similares no Brasil.

No final do século XIX, a escritora carioca Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), uma das mais prestigiadas de seu tempo, lança *Livro das Noivas* (1896) - no qual figuram 29 textos- que durante décadas³ serviu de base para prescrições para mulheres, funcionando como uma espécie de “escola peregrina de esposas e de mães” (Revista Serões, n.9, 1906, p. 179). Dentre as temáticas comuns na obra, destacam-se a leitura e a instrução como aspectos desejáveis para uma moça que desejasse contrair casamento, como insinua no texto “Os livros”:

³ Revela a historiografia acerca da escritora que a obra teve sucessivas edições, como bem apontaria também sua filha Margarida Lopes de Almeida em relato biográfico sobre a mãe (Almeida, 2015).

Figuras 2 e 3 – páginas 37 e 38 de *Livro das Noivas* (1896)



Fonte: acervo dos autores.

Interessante notar como o objeto livro, para além de seu conteúdo, se converte em “tesouro” para a vida da mulher. E a estante dessa mulher deve apresentar volumes que não apenas a instruem, mas ainda a tornem aptas para desempenhar seu papel principal: a educação dos filhos. A própria Júlia, em “Saber ser pobre”, anuncia que seria papel dos pais oferecer à filha o livro como um “dote previdente e útil” (Almeida, 1896, p.16). Ao contrastar a diferença entre as famílias abastadas e as pobres, ressalta, de forma pouco convencional, que a pobreza, neste sentido, é “um dos maiores benefícios que ha”, já que “partida do berço, a educação da pobreza é muito mais eficaz para a vida” (Almeida, 1896, p.17).

Mas Júlia Lopes não foi a única a fazer tal investimento. Ao longo do século XX, houve iniciativas distintas para promoção de educação de meninas e moças por meio dos livros, tal como o lançamento da *Coleção Menina e Moça*⁴ pela Livraria José Olympio Editora, que se constituía em um conjunto de romances traduzidos da coleção francesa *Bibliothèque de Suzette*, publicada entre 1919 e 1965 (Silva, 4 Com mais de duas dezenas de volumes publicados entre as décadas de 1930 e 1960, a coleção pretendia atingir um público de meninas entre 06 e 16 anos.

2010). Tendo alcançado grande visibilidade na produção editorial da época, como menciona Silva (2010), importa mencionar, ademais, o crivo moral de religiosos⁵ para a avaliação das obras, cooperando, neste sentido, com o proposto por Bourdieu (2019) acerca dos dispositivos de controle naturalizados pela sociedade - a Escola, a Família e, neste caso, a Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível notar, ao longo do texto, o conceito de capital cultural refere-se a um conjunto de bens culturais, materiais e simbólicos, internalizados pelas pessoas. Tais bens podem ser objetificados, a exemplo das instituições e objetos; como podem ser incorporados pelos sujeitos, em referência à aquisição de saberes, comportamentos ou modos de fazer, por exemplo. Com base nas teorias propostas por Pierre Bourdieu (1997; 2011; 2019), constatou-se que não apenas o capital cultural é algo inerente aos grupos majoritários, como também um dispositivo de controle e subordinação para os grupos minoritários, como é o caso das mulheres.

Mesmo com um expressivo número de analfabetos⁶ ao longo da Primeira República (1899-1930), número que, nos últimos anos dos 1800 atingiu quase 80% da população, importa ressaltar que, entre o grupo dos letrados, poucas eram as mulheres. Este seletíssimo grupo teve acesso ao capital cultural através da biblioteca da família, de viagens para outros países e contatos com outras culturas, ou ainda por conviver, em poucos casos, com intelectuais. Como acentua Vasconcelos (2018), na metade do século XIX houve um aumento na busca por “manuais para o lar”, textos que adquiriram caráter prescritivo para as mulheres, uma vez que continham regras e receitas de economia doméstica que ensinavam a gerir uma casa. Tal fato muito nos diz sobre que tipo de educação e que saberes estavam à disposição das mulheres letradas: a educação para o lar e para o cuidado da prole.

Apesar da historiografia recente apresentar contribuições no âmbito das mulheres escravizadas, os números ainda são incipientes e, de forma geral, revelam que o acesso aos bens culturais pelas mulheres, além de limitado, era escasso e vigiado. Apenas com a entrada de mulheres na Academia, sobretudo nos anos de 1960 e 1970, que é possível notar a educação de mulheres com outros fins, já que elas próprias, enquanto sujeitos históricos, foram capazes de produzir suas próprias histórias.

Assim, refletir acerca do capital cultural é pensar também no lugar ocupado por mulheres, sobre o qual nota-se que, mesmo em famílias mais abastadas, que contratavam preceptoras para instruir meninas e jovens moças, tal educação não

⁵ Como sinaliza a autora, trata-se de Alceu Amoroso Lima e Padre Álvaro Negromonte, “renomados intelectuais e educadores católicos” (Silva, 2010, p.102).

⁶ Apenas na década de 1920 que observamos uma queda significativa do número de analfabetos no país. De acordo com os dados de recenseamento de 1920 no Brasil, as taxas de analfabetismo atingiram um número próximo à 50% da população.

ultrapassava o seio familiar, núcleo pelo qual elas seriam responsáveis. Neste projeto, para além da família, da escola e do Estado, a religião também influencia como instituição reguladora.

Palavras-chave: Capital cultural. Mulheres. Educação feminina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das Noivas**. Rio de Janeiro: [s.l.], 1896.

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 11a ed. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena. Kühner. - 15ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

DA SILVA, Alexandra Lima. Flores de ébano: a educação em trajetórias de escravizadas e libertas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 299-311, 2019. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n10.p299-311. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5072>. Acesso em: 26 abr. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. -. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbetes). ISBN 978-85-7334-299-4.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A leitora no banco dos réus. In: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. Ed. rev. São Paulo: Ed. UNESP, 2019. p. 317-405.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. M. **Bourdieu e a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PERES, Eliane. **Como Marias aprendem a ler?**: mulheres e aprendizados da leitura e da escrita (séculos XIX e XX). Curitiba: Ed. CRV, 2021.

SILVA, Márcia Cabral da. A coleção Menina e Moça: entre o bom comportamento moral e a formação do gosto Literário. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, p. 99-105, 2010.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. **Cadernos de História da Educação**, [Uberlândia,] v. 17, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2018.

SERÕES: revista mensal ilustrada (PT) -1901-1911. Série II, vol 2, n.9, março de 1906. O PAIZ (RJ) - 1884 -1930. Ano VI, ed. 1953. 11 de fevereiro de 1890.

SOBRE O AUTOR E A AUTORA

Victor Soares Rosa

Licenciado e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd UERJ). Discente do curso de Licenciatura em História da UNIRIO. Mestrando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI IBICT-UFRJ).

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

Professora Adjunta de Língua Inglesa com graduação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutora em Educação pela mesma Universidade. Membro do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL-ProPEd/UERJ), do Grupo de Estudos Mulheres e Militância Política (UFF) e do Grupo de Pesquisa CNPq Estudos de literatura e cultura da Belle Époque, LABELLE (PPGLetras-UERJ). Coordenadora do Projeto de Extensão Páginas de Mulheres na Imprensa (PROMIM) e do Projeto de pesquisa “Outras Literaturas: a contribuição feminina na constituição da história da educação brasileira”.



C A P Í T U L O 7

ESCRITA EPISTOLAR

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

(UFRJ)

marianaepss@gmail.com

APRESENTAÇÃO

O verbete tem por objetivo discutir a escrita epistolar, isto é, aquela que se desenvolve através de cartas. Apesar de compartilharem teor semântico, Nagel (1989, p. 60 *apud* Horta; Dias; Cordeiro, 2018, p. 2) estabelece alguns parâmetros no que concerne à diferença entre carta e correspondência. A carta, por um lado, apresentaria duas facetas, a de mensagem escrita endereçada a uma pessoa pública ou privada em envelope por via postal; e a de credencial conferindo poderes ou concedendo determinados privilégios. Correspondência, por outro, consistiria em toda forma de comunicação escrita, expedida (ativa) ou recebida (passiva) por pessoas físicas ou jurídicas, sob várias formas (ofício, circular, memorando, telegrama, cartas, cartões-postais, bilhetes, notas, telegramas e outros), podendo ser oficial ou particular, ostensiva ou sigilosa.

Assim, estabelece-se que a correspondência apresenta teor mais ampliado em relação às cartas, sendo sempre referenciada no singular, pois representa um ato. As cartas são uma forma de correspondência, mas essa é constituída de diferentes unidades, como cartões-postais, bilhetes e trocas entre editores e leitores de jornais e revistas, por exemplo.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A correspondência por meio de cartas é, sem dúvidas, prática social de longa duração, muito embora hoje em dia tenha sua feitura sido reduzida. Ainda que os primeiros vestígios de escrita datem do século IV a.C., na Mesopotâmia, e que os primeiros registros da escrita epistolar venham desde a Antiguidade, foi no século

XVIII que essa prática tomou mais forma e se tornou mais recorrente, principalmente “como consequência do processo maciço de alfabetização” (Lyons *apud* Aguiar; Vasconcelos, 2017, p. 115).

O interesse pelo estudo de cartas foi possível graças a uma guinada no campo da História que deixou de focalizar em uma narrativa tradicional e positivista, que tendia a hipervalorizar “grandes eventos e heróis” e da subdivisão da História em períodos específicos, dando lugar à História que recai no estudo de eventos singulares e de curta duração. Os historiadores passam, então, a enxergar a sociedade como um espaço constituído de sujeitos “comuns”, que se tornam relevantes no processo de estudo da História. A carta, portanto, passa a ser vista como um dispositivo que oferece pistas de cunho cultural, político, ideológico e subjetivo, por exemplo. Com o alargamento do que se considera válido como fonte histórica, uma única carta passou a ser analisada sob diversas entradas.

Destaque-se, outrossim, o fato de as cartas terem sido uma prática majoritariamente feminina, principalmente pela possibilidade de fazê-la de maneira particular, reclusa e no ambiente doméstico, ainda que não tenha sido atividade exclusiva daquele grupo. As missivas podiam servir a diferentes propósitos, quais sejam o de superar distâncias físicas, se declarar, romper, reconciliar e, até mesmo, o de treinar a escrita, em um processo formativo e educativo. Elas eram capazes de evidenciar, ainda, “confidências, segredos, bastidores, disputas e versões de acontecimentos” (Mignot; Rocha, 2022, p. 618-19), além de registrarem “ideias, sentimentos, emoções, fatos, visões de mundo, concepções e apreensões da realidade, construção de subjetividades e modos de viver” (Mignot; Rocha, 2022, p. 625).

DESENVOLVIMENTO GERAL SOBRE O TEMA

O presente verbete visa apresentar algumas considerações a respeito do gênero de escrita identificado como epistolar. De maneira geral, entende-se que a escrita epistolar tem no cerne da discussão a correspondência por meio de cartas. Ao estudar o gênero e adotar um olhar histórico acerca do objeto, é possível perceber que o estudo a esse respeito é relativamente novo no campo dos Estudos Literários, apesar de a correspondência por meio das cartas ser um mecanismo comunicativo utilizado desde a Antiguidade, seja como forma literária ou como fonte de informação para estudos de cunho biográfico (Malatian, 2012).

Malatian (2012) ressalta que a mudança de perspectiva da história foi possível quando a História tradicional e positivista, a qual valoriza os “grandes modelos explicativos” (p. 195) e subdivide a História em períodos específicos, passou a perder ênfase, dando lugar à História que recai no estudo de eventos singulares e de curta duração. Compreende-se, portanto, o espaço representativo das cartas: elas permitem

entender aspectos do sujeito cotidiano. A História passa, então, a retratar a sociedade como espaço constituído de sujeitos, os quais apresentam particularidades e que não podem ser submetidos a uma visão homogênea do todo.

A relevância do estudo de cartas se localiza nas amplas possibilidades de análise em um único elemento. Nesse sentido, temos que uma mesma carta pode ser analisada sob diversas perspectivas: a partir da escrita autobiográfica (escrita de si), a construção do personagem, a compreensão de mundo, o objetivo pelo qual se escreve a carta, o momento temporal em que se escreve a carta, dentre outras pistas culturais e subjetivas que podemos identificar ao estudar uma carta.

No que concerne à escrita de si, Gomes (2004) alerta para o fato de a pesquisa a esse respeito ter crescido exponencialmente nos últimos anos, o que inclui um tipo específico e bastante particular de escrita de si: a correspondência. A autora trata, em seu trabalho, sobre a correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade.

Gomes (2004, p. 8) argumenta que “cartas, diários íntimos e memórias, entre outros, sempre tiveram autores e leitores, mas na última década, no Brasil e no mundo, ganharam um reconhecimento e uma visibilidade bem maior, tanto no mercado editorial, quanto na academia”. A autora acrescenta, ainda, que “as iniciativas que constituem exceções provêm muito mais do campo da literatura e, recentemente, de estudos da história da educação” (Gomes, 2004, p. 8). Gomes (2004) advoga que esse tipo de análise é caro à história da educação por alguns argumentos evidentes:

Tratando-se de disciplina que se volta para o estudo de processos de aprendizagem e de ensino de leitura e escrita, práticas culturais como as da escrita de si são um prato cheio de interesse. Escrever cartas sempre foi um exercício muito presente em qualquer sala de aula, além de ser um veículo fundamental de comunicação entre a escola, as famílias e os alunos. Além do mais, grande parte do professorado há muito é composto por mulheres, que, por questões de constrangimento social, tiveram seus espaços de expressão pública vetados, restando-lhes exatamente os espaços privados, entre os quais os de uma escrita de si (Gomes, 2004, p. 9)

Desse modo, seguindo a leitura de Gomes (2004), compreende-se o espaço da história da educação e da leitura no estudo da correspondência, visto que, por meios das cartas, é possível resgatar resquícios da história – não necessariamente a história dita oficial, mas alguma história, a história das mentalidades (Darnton *apud* Galvão, 2012), ou apenas história cultural (Chartier, 2001).

Ainda sobre escritas de si, Malatian aponta que na “*escrita de si*, na primeira pessoa, o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta.” (Malatian, 2012, p. 195). Segundo a premissa da autora, infere-se que as cartas permitem perceber aspectos pessoais e culturais do sujeito, as palavras dão a ver atitudes e representações do indivíduo.

A esse respeito, Ribeiro (2009), no prefácio do livro organizado por Tin (2009), que reúne cinquenta cartas de amor de personalidades nacionais e internacionais, alega que as cartas, de modo geral, e as cartas de amor, especificamente, trazem à tona o personagem escolhido pelo emissor para representar e que as cartas só têm valor na relação protagonizada pelo emissor e pelo interlocutor. Entende-se, ainda, que independente da idade e do grau de poder exercido, todos ocupam a posição de autores, sem hierarquização de poder. Ribeiro exemplifica: “vejam quantas vezes (...) nossos autores – todos eles escritores respeitados, até o rei Henrique VIII da Inglaterra, que se consola da ausência da amada escrevendo um livro – pedem que a amada lhes escreva.” (Ribeiro, 2009, p. 10).

Na escrita epistolar identificamos, também, a construção dos personagens do sujeito, visto que a escrita possibilita tal construção, permitida por meio da seleção minuciosa das palavras, escolhas quanto à posição das frases, o assunto a ser abordado e, ainda, com direito a fazer, desfazer e refazer quantas vezes forem necessárias. Moraes (2005, p. 12) faz as seguintes considerações acerca da construção e representação:

Também em nossas cartas elegemos particularidades de nossa psicologia e acabamos definindo espécies de “máscaras”. Quando nos dirigimos àquela pessoa amada nos tornamos melosos, chamamos a pessoa de benzinho, paixão, etc. Se escrevemos a um colega, deixamos de lado toda essa “pieguice”. A nossos professores, redigimos um bilhetinho bem-arrumado, com todas as crases e pronomes no lugar certo. E assim, a cada um deles somos diferentes, mostrando faces diversas da nossa personalidade, sempre adaptando a linguagem às nossas intenções. Até a maneira de contar um fato se modifica em face dos nossos destinatários, conforme as nossas conveniências.

O ar biográfico que gira em torno da escrita epistolar nos instiga a estudar a correspondência não apenas entre intelectuais, como no trabalho exemplar de Gomes (2004), que se debruça na correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre, ou no de Ferreira (2004), que focaliza a correspondência entre João Goulart e Getúlio Vargas,, mas também entre sujeitos considerados “desconhecidos”, sujeitos cotidianos. Malatian (2012, p. 195) assinala que os escritos autobiográficos (inclusive a correspondência) “resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que sua autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares”. Desse modo, entende-se que por mais que o emissor direcione sua carta a alguém de maneira bastante específica, a leitura pode ocorrer por outros sujeitos, não apenas pelo receptor (interlocutor). Assim, por mais que o autor coloque em seus escritos intencionalidades e possíveis “máscaras” para se referir a determinado interlocutor, a carta pode chegar a mãos diversas, fato que resultaria em amplas interpretações e a certa perda de privacidade.

AS REDES DE SOCIABILIDADE NO ÂMBITO EPISTOLAR

O conceito de redes de sociabilidade é importante para o presente estudo, pois permite entender que a correspondência é, decerto, uma ferramenta comunicativa e que permite, portanto, a interação entre os sujeitos. Por meio das cartas é possível aos interlocutores trocarem ideias, solidificarem contatos e estarem em voga na relação comunicativa.

Ademais, o convívio entre intelectuais, permitido pela correspondência é fundamental para o desenvolvimento e a sensibilidade dos escritores. Seja para escrever, pintar ou, ainda, compor, o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, o situe no mundo cultural e lhe permita interpretar o mundo político e social de seu tempo. Por isso, afirma-se que não é tanto a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e, sim, ao contrário, a participação numa rede de contato é que demarca a específica inserção de um intelectual no mundo cultural. Intelectuais são, portanto, homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidades e/ou escrita. (Gomes, 2004).

Entende-se, pois, que a posição de intelectual é definida por amplos caminhos, dentre eles a inserção do sujeito em uma rede de contatos. Rede esta intencional e necessária. Desse modo, é possível perceber o caráter intencional atribuído à construção de rede de sociabilidade na condição de intelectual, visto que é esta que possibilita não apenas sua inserção no mundo cultural, político e/ou social, mas também permite que o sujeito solidifique sua posição e legitime seu espaço.

Pensar a troca de carta entre intelectuais é expandir horizontes para além de suas produções acadêmicas e pessoais; trata-se, outrossim, de compreender sua construção e seu espaço no mundo cultural e sua formação enquanto intelectual. Tecer redes de contato com outras personalidades daquele ambiente em comum – seja na literatura, na educação, na política, na religião ou, até mesmo, em pequenas áreas, estabelecidas no cotidiano. Estar entre intelectuais é, portanto, legitimar sua posição no mundo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse verbete buscou destacar alguns elementos que constituem o conceito de *escrita epistolar*, como forma de valorizar uma prática social que, hoje, encontra-se em declínio, mas que já foi deveras recorrente no passado, em especial entre os séculos XVIII e XX. Além disso, a inserção do verbete no âmbito de um livro derivado do *Projeto Mulheres na Imprensa*, que tenciona jogar luz em mulheres dos campos cultural, literário, periódico e editorial, em especial, se justifica pelo fato de ter sido uma prática recorrente do público feminino.

O teor educativo e formativo da correspondência por cartas é irrefutável; contudo, sua prática não se atém a isso. Como visto, o trabalho com cartas permite observar aspectos culturais, temporais, educacionais, além de disputas, desavenças, declarações de amor e segredos, o que faz com que se constitua como um tipo de pesquisa com múltiplas entradas, usos e capaz de “humanizar” ainda mais os sujeitos.

Palavras-chave: Escrita epistolar. Cartas. Correspondência. Mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jaqueline Vieira de; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A escrita epistolar como objeto de pesquisa: um estudo sobre as cartas das princesas brasileiras. *Indagatio Didactica*, v. 9, n. 3, p. 113-127, 13 mar. 2017.

CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “Em busca de universos mentais estranhos: uma leitura de Robert Darnton”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e a história da educação II**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escritas de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da História a: a título de prólogo”. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**, p. 7-24.

FERREIRA, Jorge. “Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio”. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**, p. 279-294.

HORTA, Nicole Marinho; DIAS, Débora de Almeida; CORDEIRO, Luciana Coutinho. Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17036>.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MIGNOT, A. C.; ROCHA, I. de A.. Escrita de si na escrita epistolar. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 7, n. 22, p. 617–625, 2022. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2022. v 7. N 22. p 617-625. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/16141>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MORAES, Marcos Antonio de (org.). **Antologia da carta no Brasil**: Me escreva tão logo possa. São Paulo: Moderna, 2005.

REZENDE, C. R. de A. Escrita Epistolar: cartografias de uma epistemologia feminista. **RELACult**: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 5, n. 5, 2019. DOI: 10.23899/relacult. v5i5.1444. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1444>. Acesso em: 10 ago. 2024.

RIBEIRO, Renato Janine. Prefácio. *In*: TIN, Emerson (org.). **Para Sempre**: 50 cartas de amor de todos os tempos. São Paulo: Globo, 2009.

RODRIGUES, Leandro Garcia (org.). **Drummond & Alceu**. Minas Gerais: UFMG, 2015.

RODRIGUES, Leandro Garcia. **A correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Alceu Amoroso Lima**. s/d. Disponível em: <http://centrodomvital.com.br/2014/07/11/a-correspondencia-de-carlos-drummond-de-andrade-e-alceu-amoroso-lima/>. Acesso em: março de 2015.

SOUZA, Mariana Elena P. dos. S. de; SOUZA, Rosângela da Graça. A escrita epistolar e as redes de sociabilidade: alguns apontamentos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO, 7., Rio de Janeiro, 2015. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

TIN, Emerson (org.). **Para Sempre**: 50 cartas de amor de todos os tempos. São Paulo: Globo, 2009.

SOBRE A AUTORA

Graduada em Pedagogia (UERJ) e em Letras Português/ Inglês (UFRJ). Mestre e Doutora em Educação (UERJ). Professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental (CAp/UFRJ). Membro do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL/ CNPq) e do Projeto de Extensão Mulheres na Imprensa (PROMIM). Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Quem escreve a Educação? Manuais didáticos de autoria feminina (1940-1960)” (UFRJ).



C A P Í T U L O 8

ESCOLA DOMÉSTICA DONA JÚLIA EM CUIABÁ, MATO GROSSO (1946-1947)

Gabriella Moura da Silva Bergamin
(UNEMAT)
gabriella.moura@unemat.br

APRESENTAÇÃO

A pesquisa que apresento a vocês queridas/os leitoras/es parte da investigação sobre a Escola Doméstica Dona Júlia (EDDJ) – Cuiabá-MT (1946-1946). Para esse estudo em específico abordamos o processo da inauguração da EDDJ e os objetivos da instituição para a formação das mulheres em Cuiabá- MT. Parte desses escritos foram publicados no ano de 2021 pela revista Horizontes Históricos. Desse modo, a pesquisa se desenvolve no âmbito das instituições escolares e na história da educação das mulheres.

A EDDJ foi idealizada por mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá - MT. Essas mulheres eram jovens normalistas, esposas de políticos, mulheres que frequentavam espaços de prestígios na sociedade cuiabana. As discussões para a implementação da EDDJ iniciaram muitos anos antes da inauguração, aproximadamente nos anos de 1916, quando foi criado o Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida - GLJLA, que era liderado por essas mulheres.

No âmbito do GLJLA eram discutidos assuntos femininos, literários, e relacionados à educação para mulheres. Uma das ideias estipuladas por elas era criar uma revista que pudesse tornar públicas as ideias estabelecidas pelo núcleo do GLJLA. De acordo com o previsto no estatuto do GLJLA, a agremiação tinha como principal intuito “[...] promover o desenvolvimento intelectual das suas associadas, por meio de conferências, discussões de teses, sobre assuntos cívicos, morais e instrutivos [...] manter uma revista de publicação bimensal [...]”. (A violeta, 1918, p. 9).

Como sugerido pelo GLJLA, logo inauguraram a revista *A Violeta*. A partir de dezembro de 1916, mesmo ano da criação do GLJLA, a revista passou a divulgar por toda Cuiabá, as discussões no âmbito do GLJLA. A revista contou com várias

editoras e escritoras, que publicavam seus escritos de diversos assuntos nas páginas de *A Violeta*.

Uma das discussões frequentes, que estavam publicadas na revista *A Violeta*, era sobre a formação das mulheres em Cuiabá. Essas ideias advinham das mulheres membros do GLJLA, principalmente pela professora Maria Dimpina Lobo Duarte, que por vezes escreveu para revista *A Violeta* e reivindicou dos poderes públicos a implementação de uma escola Doméstica em Cuiabá. A professora Maria Dimpina, de acordo com Nadaf (1993, p. 60), “[...] assinou sua produção na revista com pseudônimos Arinapi e Marta, com as iniciais do seu nome, M.D., e com seu nome completo”.

Maria Dimpina efetivamente lutou pela criação da instituição e pela formação feminina. Periodicamente, publicou em “*A Crônica*”, coluna de primeira página de *A Violeta*, que esteve presente na revista em praticamente todas as edições ao longo de 34 anos. Grande parte dos textos sobre a necessidade dessa instituição apresentados em *A Violeta* eram de autoria de Maria Dimpina, vez ou outra, de outras redatoras. Desde então, houve planejamentos e projetos para a implementação da Escola Doméstica na Capital do estado. Porém, somente foram concretizadas essas ideias em 1946 com a criação da EDDJ.

Essas primeiras informações que adquirimos sobre a EDDJ nos levaram a inúmeros questionamentos, como, por exemplo: Quais os motivos de criar uma escola de formação das mulheres em Cuiabá? Quais eram os objetivos com essa instituição? Tais questões nos moveram e fizeram com que pesquisássemos mais sobre a história dessa instituição e seus objetivos para a educação das mulheres.

A trajetória de busca por documentos sobre a EDDJ, não foi fácil. Perrot (2007, p. 20) já nos alertava que a pesquisa por fontes documentais sobre as mulheres perpassava por caminhos sinuosos, pois, para que possamos escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. “[...] E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios [...]”. Munidas do aporte teórico enveredamos pelo caminho das fontes, em busca contínua e incessante, como caçadoras/pesquisadoras nos apoiamos em pequenos vestígios, rastros e pegadas deixadas ao longo da história da EDDJ.

Carlo Ginzburg (1989, p. 152) afirmou que o homem foi caçador de histórias e que “[...] teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa [...]”. Assim, ao tentarmos analisar as fontes, o autor nos ensina a procurar nos documentos ‘pistas mudas’, isto é, buscar detalhes que não são vistos em uma primeira leitura.

Nesse contexto, no qual o caçador cria estratégias para alcançar a presa, buscamos meios de pesquisa que pudessem nos indicar os caminhos para o encontro com as fontes. As inquietações foram constantes em relação à história dessa instituição. Desse modo, munidas dos aportes teóricos e metodológicos, avançamos em busca das fontes documentais.

Percorremos vários arquivos físicos e *on-line*. Dirigimo-nos aos arquivos Públicos de Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso - APMT; Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso – IMAL e Núcleo de Documentação e Informação Histórica regional da UFMT- NDIHR, onde encontramos documentos pertinentes a EDDJ. Documentos recolhidos, passamos a analisar cada vestígio deixado nos documentos, marcas de um período distante. Como pesquisadora, analisei os pormenores da fonte e retirei dela o que de fato foi importante para a pesquisa. Os documentos são relíquias de um tempo, esses importantes relatos escritos testemunharam os caminhos percorridos para a inauguração da EDDJ, bem como, os objetivos para a formação feminina na EDDJ.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Em 26 de novembro de 1946, inaugurou na capital de Mato Grosso, a EDDJ. Finalmente foi fundada uma escola destinada, exclusivamente, ao sexo feminino: a Escola Doméstica Dona Júlia – EDDJ, também nomeada em homenagem à romancista carioca Júlia Lopes de Almeida¹. A inauguração da instituição representava a realização dos ideais das mulheres do grêmio literário Julia Lopes de Almeida, em especial, de Maria Dimpina que por vezes se dedicou e escreveu para a revista *A Violeta* reivindicando uma escola Doméstica em Cuiabá. Maria Dimpina tornou-se diretora da instituição tomando conta de toda questão administrativa da instituição, e, na parte pedagógica, assumiu aulas na instituição.

A sessão inaugural da escola foi publicada pela imprensa local e constatada pela redação do jornal *O Estado de Mato Grosso* (1946, p. 1), descrevendo que na inauguração da EDDJ houve “[...] grande interesse em nosso meio, vendo-se presentes ao ocorrido ato, além das pessoas mais representativas do nosso mundo social, o Exmo. Sr. Interventor Federal e demais altas autoridades estaduais e federais”. A notícia confirmou que houve significativa movimentação na inauguração da instituição.

Ao desatar a fita que dava acesso à cozinha, o Interventor Federal José Marcelo Moreira oficializou a inauguração da instituição e proferiu “[...] não vos admireis,

¹ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi jornalista e autora de livros. Quando começou sua longa carreira de mais de quarenta anos como jornalista e escritora, ainda encontrou grande oposição, mas foi adquirindo renome e prestígio. [...] Em suas crônicas, fez campanhas em defesa da cidade, da educação da mulher, do divórcio, da exposição de flores, assim como fizera a defesa da abolição e da república (Telles, 2018, p. 435).

Snrs, o porquê deste meu gosto. A cozinha deve ser o salão de honra da mulher, queremos elevá-la em Cuiabá à altura que ela merece [...]” (Dimpina, 1946b, p. 5).

Chama atenção o ato conduzido pelo interventor que simbolizava, portanto, os espaços nos quais a mulher estava apta a atuar. Parece-nos que sua fala partia do pressuposto de que o homem era o provedor dos lares e que, portanto, ocupava os espaços públicos e outros de poder. Para além disso, claro está o estabelecimento do distanciamento entre homens e mulheres, representado pelo ato de indicação do lugar destinado às mulheres, evidenciado a manutenção das normas sociais em vigor na época, isto é, uma sociedade patriarcal e conservadora, à qual convinha que a mulher continuasse nos espaços do lar, ou no máximo atuando em profissões condizentes com o “natural feminino”.

Essa concepção encontra apoio nos estudos de Perrot (2007, p. 136), que descreveu o receio de “[...] mulheres em público, as mulheres em movimento”. Para ela, a movimentação feminina causava espanto e desordem na sociedade, desse modo, o conservadorismo buscava contê-las em espaços privados como o lar, os conventos, os abrigos, as cozinhas. Outra análise possível a respeito da presença do interventor na inauguração é que a presença masculina representava uma parceria com o estado, com a finalidade de captar recursos e apoio para que a instituição fosse aceita pelas autoridades e mesmo pela população feminina cuiabana.

O prédio no qual foi inaugurada a EDDJ foi doado à instituição em 1945. Maria de Arruda Müller, presidente da Legião Brasileira de Assistência, salientou que a comissão estadual da LBA “[...] comprou a Casa à Rua Pedro Celestino [...] para a instalação da Escola Doméstica, já desaparecida”. (Müller, 1994, p. 166).

Conjecturamos que Maria de Arruda Müller, como presidente da LBA, sócia do GLJLA e também esposa do Interventor Federal Júlio Müller do período, tenha sido uma importante influenciadora nos recursos enviados à EDDJ, em especial, com a doação do prédio onde funcionou a instituição, isto porque “[...] a pessoa que poderia conseguir donativos, por ter se casado com um político eminente, Interventor do Estado de Mato Grosso, Sr. Júlio Müller, é exatamente Maria Müller [...]”. (Costa, 2016, p. 166). Havia, portanto, intrínseca relação estabelecida entre Müller e a EDDJ.

Em 1945, o interventor de Mato Grosso era Júlio Müller, esposo de Maria de Arruda Müller, que apoiou sobremaneira o GLJLA e as reformas da casa doada para o funcionamento da EDDJ. Conforme salientou Dimpina (1946a, p. 13), o “[...] Bacharel Júlio Müller que como interventor e amigo da instituição mandou fazer eficiente adaptação e conserto da Casa [...]”. Tal casa foi sede da EDDJ no ano seguinte, em 1946.

DESENVOLVIMENTO GERAL SOBRE O TEMA – ESCOLA DOMÉSTICA DONA JÚLIA: “PREPARADORA DE SERVIÇOS”

A Escola Doméstica inaugurada partia dos interesses de mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá, sócias do GLJLA e, principalmente de Maria Dimpina, que participou ativamente de todos os processos de implementação da instituição. Para ela, não havia nada de mais útil para a mulher do que a formação doméstica, “[...] o que pode haver de mais útil ou mais proveitoso que as instruir nessa ciência, [...] a educação da mulher para aquilo que ela sempre tem necessidade de ser – a dona de casa?” (Arinapi, 1919, p. 1). Ou seja, independentemente da posição social ou do trabalho fora do lar do qual se ocupe, a mulher deveria ser dona de casa ou, ainda, compreender quais eram suas responsabilidades perante a casa.

Muitas mulheres passaram a ocupar outros espaços, que não o doméstico. Porém, o lar continuava sendo responsabilidade feminina e caberia a elas a escolha de uma mulher para trabalhar em seus lares. Desse modo, as mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá planejaram e organizaram uma instituição doméstica para a formação da mão de obra doméstica, onde iriam adquirir a formação adequada para atuar em suas casas.

A maioria das mulheres do GLJLA eram funcionárias públicas e, portanto, necessitavam de ajudantes para o serviço doméstico. Contudo, em publicações da revista *A Violeta*, Arinapi salientou que o despreparo era uma razão para a falta de doméstica: “[...] está provado porque há deficiência de pessoal para os serviços domésticos: o motivo é porque, encontrando dificuldades para fazer, os fazem de má vontade [...]” (Arinapi, 1930, p. 3). Pela ótica de Dimpina, as mulheres que apareciam para os trabalhos não tinham o preparo adequado aos costumes preconizados por essas mulheres, e por esse motivo, precisavam formar-se.

Desse modo, educá-las aos moldes dessa população abastada era a solução adequada, como Dimpina expôs claramente em uma das publicações. Para ela, a formação da mão de obra doméstica era “[...] um clamor geral de todas. E para atender a esse clamor que D. Maria Muller, a exemplo de D. Darcí Vargas, servindo-se da Legião Brasileira criará em breve a Escola para a formação doméstica da mulher”. (Dimpina, 1945, p. 3). Dimpina, como vemos, representava os ideais de uma parcela de mulheres das famílias tradicionais de Cuiabá que compartilhavam dos mesmos interesses, ou seja, a formação adequada para as domésticas.

Essas mulheres membros do GLJLA exerciam algumas funções públicas, como professoras, funcionárias públicas, esposas de políticos. Como, por exemplo, Maria de Arruda Müller, que era esposa do Interventor Federal Júlio Strinberg Müller, Maria Dimpina que era funcionária pública em Cuiabá, ou seja, eram representantes de famílias influentes de Cuiabá e, de certo modo, influenciavam e ditavam as normas

para as mulheres cuiabanas. Essas mulheres também precisavam de outras mulheres que trabalhassem em sua casa como domésticas e que tivessem uma “formação adequada”, consoante os padrões que estipulava. Portanto, trataram de fundar uma escola que preparasse mulheres para os trabalhos também em suas próprias casas.

Os interesses de Dimpina com a formação da mão de obra doméstica eram óbvios. Para ela, havia falta de profissionais adequadas para o serviço doméstico, como apontado por Freire, “[...] apareciam as ajudantes, porém sem nenhum preparo para dominar, com sabedoria, os serviços aos quais se propunham. A partir dessa realidade fundou a Escola Doméstica [...]”. (Freire, 1999, p. 172).

A EDDJ, desse modo, formaria a “doméstica perfeita” que trabalharia para essas mulheres. A escola se responsabilizou, como ponderou Freire (1999), por ensinar as mulheres para “[...] trabalhar com economia, qualidade rara no profissional dessa área; ensinava boas maneiras no trato, assiduidade, pontualidade, asseio consigo e no serviço, respeito aos patrões [...]”. Compreendemos, portanto, que a EDDJ seguia os modelos de uma educação de sua época, já que a educação, em determinados contextos históricos, foi instrumentalizada para reforçar papéis sociais subalternos atribuídos às mulheres, em especial às trabalhadoras domésticas. Assim ao “ensinar boas maneiras”, pontualidade e obediência, a escola não se limitava a mediar conteúdos, mas atuava como agente de disciplinamento e manutenção das hierarquias de classe e gênero.

As trabalhadoras do povo, especialmente as mulheres pobres e empregadas domésticas, eram frequentemente estigmatizadas como “[...] profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas [...]” (Rago, 2018, p. 589). Essa percepção revela uma hierarquização de saberes e competências baseada em classe social, que legitimava práticas excludentes e discriminatórias. Tal concepção dialoga com a lógica defendida pelas integrantes do GLJLA, para quem as mulheres populares careciam de formação adequada para os afazeres domésticos, sendo vistas, inclusive, como incapazes de gerenciar seus próprios lares. Essa visão reforçava a necessidade, segundo elas, de um processo educativo voltado à normatização dos comportamentos femininos, em consonância com valores elitistas e patriarcais..

Dimpina (1945, p. 2) expressou claramente que as domésticas precisavam de formação adequada, pois havia uma incerteza “[...] da conduta moral daquela que deve substituir em casa a dona que se ausenta [...]”. Há de se destacar a desconfiança em relação à conduta dessas mulheres, essa incerteza sobre a conduta das domésticas era muito comum no período, não pelo fato de haver furto em suas residências, mas pela recorrente situação que as domésticas enfrentavam de abusos sexuais e morais de seus patrões, e ainda assim era delas a má conduta.

Muito embora a população feminina dedicasse suas vidas aos trabalhos braçais, como empregadas domésticas, eram vistas como pessoas propícias à degeneração moral, ou seja, “[...] a empregada doméstica e as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e prostituição [...]”. (Rago, 2018, p. 589). Enfim pela ótica das mulheres abastadas, a escolha de uma doméstica deveria ser cautelosa, pois uma doméstica poderia ser uma ameaça para suas famílias.

De fato, as ideias de Dimpina para a formação da mão de obra doméstica incluía uma educação das mulheres para torná-las condizentes com essa moral e boa conduta esperadas, uma vez que prevalecia a ideia de que era “[...] entre as classes desafortunadas que se deve proporcionar tal educação, pois que é dela que sai o grosso das prostitutas: são as operárias, modistas, etc. que contribuem maiormente para classe das meretrizes”. (Rago, 2018, p. 589).

Na EDDJ, portanto, as moças seriam educadas de maneira apropriada, coerente com as condutas esperadas pelas mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá. As mulheres ali formadas seriam as empregadas educadas e instruídas para os afazeres domésticos nas casas de tais famílias.

Com a ideia de reforçar os princípios norteadores da EDDJ, Dimpina publicou a proposta da instituição na coluna “A Crônica” de *A Violeta*, que estava dividida em dois princípios. O primeiro era de uma “[...] escola doméstica e o preparo de domésticas”. Nessa divisão, Dimpina (1943, p. 2) assegurou que “[...] o primeiro refere-se à dona-de-casa, rica ou pobre, a quem devem ser dados conhecimentos teóricos e práticos de enfermagem, culinária, puericultura, tudo, enfim, que for preciso para que ela faça do lar o ambiente feliz sob sua direção eficaz [...]”.

Conforme o primeiro princípio, havia moças que buscavam os conhecimentos do lar para sua própria formação, ou seja, não precisariam atuar como doméstica, mas ao se matricularem na EDDJ, buscavam aprender para serem administradoras de seus lares, administrarem os afazeres e ensinar suas domésticas, isto é, o ensino doméstico para essas moças “[...] era o adestramento para o lado prático e provável da vida”. (Dimpina, 1950, p. 2). Chamou-nos a atenção a palavra “adestramento” utilizada por Dimpina. Para ela, as moças deveriam ser domesticadas, treinadas como desejavam as gestoras da EDDJ.

O segundo princípio referia-se ao preparo das domésticas para os serviços exclusivamente do lar, como é possível observar nas palavras de Maria Dimpina: “[...] se para o primeiro há necessidade incontestável de uma instalação dispendiosa, o preparo de domésticas se liga de tal forma ao serviço de assistência escolar e hospitalar que eles se completam [...]”. (Dimpina, 1943, p. 2).

Desse modo, podemos inferir que a escola de ensino doméstico em Cuiabá se constituiu de forma distinta e, por vezes, com a segregação de estudantes. Assim, parte das alunas seriam formadas para servir como domésticas nas casas das famílias mais ricas, ou seja, parte das alunas eram mulheres a serem adestradas. Outras moças seriam formadas para compreender como organizar um lar, comandar suas tarefas domésticas, ou seja, uma formação para as moças das classes mais abastadas. Como pudemos comprovar, a EDDJ não se dedicou a uma formação emancipadora e intelectual das domésticas, mas moldou-se por um modelo de ensino conservador, embasado nas concepções das próprias mulheres que dirigiam-na e nela ministravam aulas.

O programa de ensino do curso doméstico buscava atender aos objetivos de suas gestoras, ou seja, conhecimento especializado para formação de mão de obra doméstica. “[...] A nossa escola, tal como a idealizamos e como pretendemos que seja, não será apenas de aulas práticas de culinária e serviços domésticos, mas como uma preparadora de serviçais para serem mais tarde operárias assalariadas [...]”. (Dimpina, 1946a, p. 12). Uma formação que pudesse servir também para profissionalizá-las nos serviços domésticos.

A EDDJ foi vista pelas mulheres mais abastadas de Cuiabá como uma solução para esse problema da falta de mão de obra e, também, como solução para as moças ricas que precisavam dos conhecimentos domésticos para manutenção do lar. A escola em pouco tempo de discussão foi implementada, pois o proposto era educar as moças para atender às exigências das senhoras de Cuiabá, como salientado por Dimpina (1943, p. 3), para “[...] pôr fim na crise de mulheres para serviços domésticos; é este, o remédio para a salvação dessas moças que constituem para vós mesmos um trabalho insano de educação, vós que vos demorais longe do lar, ocupados em vossos afazeres cotidianos [...]”. O trabalho insano abria espaço para o ensino adequado da mão de obra, assim as mulheres que permaneciam tempos fora de seus lares não se preocupariam com a decência que o lar estava governado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta para esse estudo visou discutir sobre a criação da EDDJ e seus objetivos para a formação das mulheres. Ao longo de nossas discussões, buscas, análises das fontes e escrita dessa pesquisa, é possível compreender para quem estavam voltada as ideias de criar uma escola doméstica na capital de Mato Grosso.

Constatamos que os pressupostos da classe mais abastada de Cuiabá, em especial, as mulheres do GLJLA, dedicaram-se por anos na criação de tal instituição. Principalmente, a professora Maria Dimpina, que lutou e por vezes travou discussões em *A Violeta* para a implementação de uma escola doméstica. Dimpina foi a primeira diretora da instituição.

As mulheres do GLJLA, Maria de Arruda Muller e Maria Dimpina, eram mulheres das famílias mais abastadas de Cuiabá, logo, comungavam dos mesmos interesses, em especial, o interesse de criar em Cuiabá uma escola que formasse a mão de obra doméstica que pudesse mais tarde trabalhar em suas próprias residências, pois trabalhando fora como funcionárias públicas, professoras ou por acompanhar seus esposos em eventos políticos, quem cuidaria dos seus lares?

Ainda que a instituição tenha demorado a ser inaugurada, notamos que ela de fato foi inaugurada na capital somente em 1946, quando Maria de Arruda Muller estava à frente da LBA e no ano anterior seu esposo era Interventor Federal em Mato Grosso. Isso nos leva a analisar que, a influência e o interesse mútuo de Maria de Arruda, pela EDDJ, foi importante para a efetivação da escola.

Concluimos que a escola foi construída para formar domésticas que se adequassem ao modelo burguês dessas famílias, que alegavam a falta de mão de obra qualificada para Cuiabá. É possível perceber ainda que as ideias estabelecidas por elas não se relacionavam a uma escola de educação para mulheres, em um sentido emancipatório, mas com um modelo específico de aulas para que as mulheres pudessem aprender tudo que o lar da burguesia exigia.

Essa escola não foi apenas uma ideia, mas um projeto articulado pelas classes mais abastadas para atender a essa classe, não era interessante e nem conivente para essa população formar pessoas que pudessem mais tarde ocupar outros espaços que não a classe trabalhadora como domésticas.

Palavras-chave: Educação feminina. História das mulheres. Escola doméstica.

REFERÊNCIAS

COSTA, Eliete Hugueney de Figueiredo. **Revista A Violeta:** a verbo-visualidade e o entrecruzamento de vozes. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016. Acesso em 18 de novembro de 2024. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19544>

FREIRE, Nilza Queiroz. **Maria Dimpina.** Revista do Instituto histórico e geográfico de MT – RIHGMT. Cuiabá, 1999.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

MÜLLER, Maria de Arruda. **Cuiabá ao Longo de 100 anos.** Cuiabá, 1994. NADAF, Yasmin Jamil. **Sob o Signo de uma Flor.** Rio de Janeiro: Sate, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** Tradução: Angela Maria da Silva Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 578- 606.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 6ª reimpressão São Paulo: Contexto, 2018. p. 401-442.

FONTES DOCUMENTAIS

Periódicos

ARINAPI. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de outubro de 1919. Ano III, Ed. nº 59. ARINAPI. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de abril de 1930. Ano XIV, Ed. nº 177. DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, julho de 1943. Ano XXVI, Ed. nº298.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, fev-Mar.de 1945. Ano XXVII, Ed. nº317-318.

DIMPINA, Maria. Escola Doméstica Dona Júlia: meus conterrâneos. **A Violeta**. Cuiabá, set-out, de 1946a. Ano XXVII, Ed. nº 335-336.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 30 de novembro de 1946b. Ano XXVII, Ed. nº 337.

DIMPINA, Maria. Crônica. **A Violeta**. Cuiabá, 31 de março de 1950. Ano XXVIII. Ed. nº

333. ESTATUTOS do Grêmio Literário. **A Violeta**. Cuiabá, 15 de abril, 1918. Ano II, Ed. nº30.

Jornais

ESCOLA Doméstica. **O Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 1 de dezembro, 1946. Ano VII. Ed. nº 1.526. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=a%20posi%C3%A7%C3%A3o%20da%20mulher&pasta=ano%20194&pagfis=7210>

SOBRE A AUTORA

Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, campus universitário de Juara/MT. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, campus universitário de Cuiabá/MT. Professora no curso de Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, campus universitário de Juara/MT. Pesquisadora na área de história da educação; história das mulheres; mulheres no contexto rural. Coordenadora do Projeto de Extensão “Podpensar Podcast” na UNEMAT/Juara.



C A P Í T U L O 9

HELENICE, UM HETERÔNIMO DE VINICIUS DE MORAES

Aline Silveira Tasmerão

(SME/RJ)

aline.tasmerao@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Helenice foi o heterônimo eleito por Vinicius de Moraes¹ para responder as inquietações de leitoras e leitores no correio sentimental intitulado *Abra o seu coração*², publicado entre março e novembro do ano de 1953 no hebdomadário *Flan: o jornal da semana*³. Dessarte, este verbete⁴ apresenta um perfil da conselheira sentimental observando elementos que constituem a subjetividade do heterônimo expressos nas práticas discursivas presentes nas cartas publicadas para seus leitores.

De tal modo, atentos aos vestígios⁵ presentes nas escritas de si do heterônimo Helenice, interessa-nos saber o que confere e legitima o argumento de autoridade da personagem e a faz uma jornalista apta a aconselhar as leitoras e aos leitores da coluna. Para tanto, são pertinentes à nossa análise pistas sobre sua vida cotidiana como as características de sua profissão como colunista de jornal, seu nível de instrução formal, os livros e autores que lia, de que modo manifestava sua religiosidade. Outrossim, interrogamos como era a relação familiar de Helenice e de que forma conciliava demandas da família com as requisições do trabalho.

¹ Diplomata, poeta, letrista, cantor e colunista brasileiro. Ver: Castello (2013).

² A seção *Abra o seu coração* foi idealizada para ser publicada no caderno feminino de *Flan*. Quando lançado, o periódico foi organizado em três cadernos segmentados direcionados ao público de homens, mulheres e crianças. Ver: Tasmerão (2017)

³ O ciclo de vida do periódico se estendeu entre 1953 e 1954, compunha um dos braços do Grupo Última Hora, conglomerado de mídia dirigido pelo jornalista Samuel Wainer. Ver: Barbosa (2007); Rouchou (2004); Tasmerão (2017)

⁴ Deriva da pesquisa de mestrado da autora defendida em 2017 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ) orientada pela professora dr^a Márcia Cabral da Silva. Ver: Tasmerão (2017)

⁵ Pesquisa situada na perspectiva da história cultural nas fronteiras com a história da leitura, história da educação, história da imprensa e história das mulheres. Ver: Burke (2008)

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Nas cartas publicadas em *Flan*, a colunista revela vestígios sobre sua história de vida, opiniões, posicionamentos políticos e outros. Desse modo, percebemos que existe uma narrativa que a distancia da trajetória de Vinicius conferindo-a identidade.

À vista disso, heterônimos são personagens que pensam diferente de seus autores, e têm, inclusive, estilos distintos de escrita, ainda que, porventura, haja algumas semelhanças. Já os pseudônimos são adotados quando os autores decidem ocultar seu nome evitando o reconhecimento da autoria da publicação (Alberti, 2004). Assim sendo, as prescrições de Helenice nas cartas publicadas em *Abra o seu coração* não consistem em produções assinadas por um nome falso. Não é Vinicius de Moraes o autor das prescrições, e, sim, a personagem criada por ele.

Qual é a importância de um nome? Reflexões acerca dessa indagação nos remetem à questão da ilusão biográfica assinalada por Bourdieu (2006). Conforme o autor, as biografias e narrativas sobre a história de vida de uma pessoa pressupõem a unidade do eu que é percebida como uma abstração do mundo social, ao entender a identidade como a constância de um ser em si mesmo.

Bourdieu (2006) atribui a ilusão da unidade do eu a três fatores: 1) o nome próprio; 2) o ser biológico; e 3) a assinatura. Tais princípios alimentam a ilusão de um sujeito não fracionado e não múltiplo, uma vez que representam a constância da identidade de um ser consigo mesmo. Dessarte, essa ilusão permeia nossas vidas cotidianas em nossas memórias e projetos futuros, sendo um exercício árduo desvinculá-la de uma identidade.

Nessa direção, através de um olhar sobre Helenice, percebe-se uma das facetas de Vinicius de Moraes, um intelectual que, em sua trajetória, transita com prestígio e notoriedade por diversos espaços na sociedade, sendo diplomata, poeta, letrista, cantor, cronista, pai, marido e filho. Contudo, a escolha de um heterônimo desvincula seu nome do correio sentimental *Abra o seu coração*, permitindo-o ampliar possibilidades de criação da colunista.

Nos anos 1950, Vinicius trabalhava como diplomata de carreira no Itamaraty e já tinha certa projeção como poeta, tendo sete livros de poesia publicados, a saber, *O caminho para a distância* (1933), *Forma e exegese* (1935), *Ariana, a mulher* (1936), *Novos poemas* (1938), *Poemas, sonetos e baladas* (1946), *Pátria minha* (1949). Contudo, permanecia como colaborador de jornais e revistas.

Entre 1941 e 1944, Vinicius colaborava com o jornal *A manhã*, periódico favorável ao Estado Novo, produzido pelo poeta Cassiano Ricardo. Em 1944, Vinicius passa a dirigir o *Suplemento Literário* de *O Jornal*. Em 1945, torna-se colaborador do *Diário Carioca* e, posteriormente, da revista *Diretrizes*, publicação dirigida por Samuel Wainer. Em 1947, lança a revista *Filme* junto a Alex Vianny. Em 1951, colabora

como cronista do diário Última *Hora* de Wainer e, consecutivamente, como crítico de cinema.

Nesse contexto, em 1953, Vinicius de Moraes consulta o amigo Samuel Wainer, então diretor do Grupo Última Hora, sobre oportunidades de trabalho com vistas a ampliar sua renda em virtude do nascimento de sua filha Georgiana. Nessa ocasião, Vinicius é convidado a colaborar com duas colunas em *Flan*, mais novo empreendimento de Wainer: 1) o correio sentimental *Abra o seu coração*, e 2) a coluna *Diz-que discos* que trazia as novidades do mercado fonográfico. A princípio, Vinicius hesitou em participar da coluna sentimental, mas reconsiderou ante a possibilidade de assinar com outro nome (Castello, 2013).

Conforme relato de Afonso Arinos, diplomata e amigo próximo a Vinicius, o nome Helenice fora inspirado por uma talentosa piloto de automóveis francesa chamada Hellé Nice que, em março de 1933, mobilizou a cidade do Rio de Janeiro ao disputar o IV Grande Circuito da Gávea pilotando um modelo Alfa Monza azul. O circuito da Gávea tem grande peso nas provas internacionais, de modo que, por seu nível de dificuldade, é conhecido como Trampolim do Diabo (Franco, 2010).

A piloto chamada Mariette Hélène Delangle nasceu em 1900 na França. O nome artístico Hellé Nice possui duplo sentido. Segundo um deles, Hellé é derivado de Hélène e Nice da cidade em que vivia; o outro é um trocadilho intencional com a língua inglesa que indica o quão boa ela era, nesse caso, uma excelente piloto, a *hell nice pilot*. Hellé Nice correu em grandes prêmios internacionais de Fórmula 1, competindo com os melhores pilotos, todos homens, além de participar de *rallies*. Ademais, conquistou oito recordes mundiais de velocidade. O declínio de sua carreira ocorre em 1949, na véspera do Rali de Monte Carlos, quando o piloto Louis Chiron a denunciou publicamente de ter sido espiã da Gestapo, polícia secreta alemã, durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar de Chiron não apresentar provas e Hellé Nice negar veementemente a acusação, a piloto perde patrocinadores e é impedida de competir (Seymour, 2015).

A piloto era uma figura controversa à época, sua trajetória contrapunha o que era esperado de uma mulher no início do século XX. Mariette Hélène não se casou nem teve filhos; gozou de breves relacionamentos amorosos. Antes de se dedicar profissionalmente à carreira automobilística, Hellé Nice participou das noites francesas como dançarina. Além disso, foi modelo e posou nua. Sua popularidade a permitiu enriquecer rapidamente. Chamava atenção por sua beleza e não hesitava em posar para a imprensa. Na cidade do Rio de Janeiro, foi a “sensação ao posar na praia de Copacabana com um cigarro na boca e maiô de duas peças. O próprio ditador Getúlio Vargas, admirador do gênero vedete, deixou-se fotografar a cumprimentá-la embevecido” (Franco, 2010 p. 41).

É expressiva a escolha de Vinicius de Moraes ao eleger tal personagem independente, desafiadora e mulher como musa inspiradora do correio sentimental. Em realidade, a escritura de cartas aos leitores de um jornal não seria algo tão polêmico quanto às pistas de um rali. Contudo, se a pilota Hellé Nice desbravou o espaço público notoriamente masculino empenhando-se na carreira automobilística, a conselheira Helenice também parece ter conquistado seu espaço profissional nas páginas do correio sentimental de *Flan*.

Nos anos 1950 e, ainda hoje, a escrita epistolar sobre dilemas amorosos tende a parecer um tema “naturalmente feminino”. Distantes do espaço público, mulheres se dedicaram à escrita de cartas, “uma vez que se tratava de uma atividade privada que não alterava nenhuma das convenções sociais impostas pela sociedade patriarcal” (Gómez, 2001, p. 203).

De fato, a correspondência que leitores remetem com vistas à publicação em um correio sentimental de um jornal não possui configuração privada. No entanto, percebemos que uma das propostas da coluna é a de extravasar para a esfera pública relações amorosas e familiares próprias do âmbito privado. Outra proposta é a de conformar seus leitores ao comportamento considerado próprio à época.

É oportuno ressaltarmos que a personagem Helenice é construída sob a ótica de uma subjetividade masculina. Isto é, trata-se de uma personagem mulher criada por um homem, portanto, a partir do que um homem espera que uma mulher seja, pense e aconselhe. Essa estratégia editorial, de um lado, nega a participação de autores prestigiados em cadernos femininos e, de outro, não permite que mulheres se expressem nesses espaços.

Outros intelectuais, como Claudio de Sousa e Nelson Rodrigues, do mesmo modo que Vinicius, recorreram a heterônimos femininos para se identificarem em publicações prescritas para mulheres no século XX. Claudio de Sousa, por exemplo, elegeu o heterônimo Anna Rita Malheiros⁶ para publicar na *Revista Feminina*, periódico que circulou entre 1914 a 1936. Nelson Rodrigues designou os heterônimos Myrna e Suzana Flag para publicar em páginas femininas nos periódicos *O Jornal* e *Diário da Noite* respectivamente, ambos pertencentes aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Posteriormente, em 1954, Suzana Flag passa a assinar a seção de cartas *Abra o seu coração* em *Flan*⁷.

Uma vez que optam pela criação de heterônimos para assinar uma literatura considerada inferior, esses intelectuais desvinculam seus nomes e histórias de vida dessa trajetória. Nessa perspectiva, de modo inverso, a criação de heterônimos desvincula a história de vida do personagem criado daquela de seu autor. Dessa forma, amplia as possibilidades de invenção desse personagem.

⁶ A respeito do heterônimo Anna Rita Malheiros de Claudio de Sousa, ver: Tasmerão, Santos (2013)

⁷ A respeito dos heterônimos Myrna e Suzana Flag de Nelson Rodrigues ver: Tasmerão (2017)

DESENVOLVIMENTO GERAL SOBRE O TEMA

A escrita sobre o outro também desnuda Helenice e revela faces da conselheira. Helenice se deixa aparecer como leitora no julgamento que elabora sobre as histórias de vida narradas pelos leitores, como autora de prescrições ao orientar a conduta de seus leitores e, principalmente, nos exemplos que oferece sobre suas vivências.

Apesar de não ocorrer menção à instrução formal da colunista, há indicações de sua relação com a leitura. Podemos observar a predominância do interesse pelos gêneros poético e prosa literária com citações a Baudelaire, Kafka e Manuel Bandeira. Ademais, podemos inferir que a colunista é uma leitora de jornal e não de revistas femininas, uma vez que sequer menciona alguma. A conselheira refere-se ao noticiário policial e apresenta-se atenta a questões políticas da atualidade, além de mostrar-se sensível às causas sociais dos trabalhadores e aos pais de família. Menções a Platão, Pitágoras e Sócrates remetem ao interesse em filosofia. Demonstra apreço pela música popular ligada ao samba com menções a produções de Francisco Alves e Noel Rosa, por exemplo.

A correspondência sugere profícuas relações entre a colunista e a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Ela não revela o local onde mora, contudo mostra-se habituada à vida cotidiana em bairros como Botafogo, Gávea, Copacabana, Cosme Velho e Leblon. Há referência à viagem à França, durante a qual conviveu com pessoas publicamente conhecidas, cujos nomes não poderia expor no jornal. Helenice expressa certa sensibilidade ante as transições da cidade e seus habitantes. Ao passar pela Praça da República, se espanta com a indiferença dos transeuntes acerca da insólita morte de um homem.

Helenice, muitas vezes, cita suas vivências como forma de inspirar seus leitores a superarem dilemas pessoais. Além disso, essa estratégia humaniza a personagem criada por Vinicius e prepara o espírito dos leitores para aquilo com o que irão se deparar ao longo da leitura.

Na primeira edição da coluna, a conselheira convida seus leitores a lhe remeterem cartas compartilhando seus dilemas e angústias:

MEU TRISTE LEITOR, MINHA INCONSOLÁVEL LEITORA

[...] Eu venho também de grandes sofrimentos e amarguras. O mundo das sombras do espírito e das doenças da alma não tem segredo para mim. Foi o fato de sofrê-las que me deu o dom de ajudar o meu semelhante. [...]

Eu sei que o mundo é triste, que o ser humano é frequentemente duro e impiedoso, e que o caminho de uns só deixa abismo no caminho de outros. Sei que às vezes

o pensamento daquele que sofre só encontra consolo na idéia de Deus ou da morte! Sei que às vezes se olha à volta e só vêm rostos cobertos por máscara da mais cruel indiferença.

Mas a verdade é outra. E eu quero pedir a você que se aproveite dessa verdade que eu aceitei, e que trouxe uma grande paz à minha mocidade, uma imensa paz no seio mesmo do sofrimento.

Eu quero pedir a você que me abra o seu coração.

Quando o mundo lhe parecer hostil e você encontrar em cada ser humano um inimigo: me abra o seu coração.

Abra o seu coração quando aquele ou aquela que você ama lhe parecer distante, e você sentir que periga o seu amor.

Quando você sentir incompreensão dos seus com relação aos problemas do seu tempo, quando você falar e não for ouvido, quando o que você ouvir lhe parecer tão horrível que nada mais lhe reste de esperança: abra o seu coração.

Quando, nos grandes dias de sol, as ruas lhe parecerem vazias de homens, quando tudo lhe parecer inútil e sem perspectiva: abra o seu coração.

Escreva-me uma carta. Eu a responderei fielmente. E nessa resposta, procurarei restituir a você essa esperança que você julga perdida.

Creia-me sua amiga, meu triste leitor, minha inconsolável leitora. Eu estou aqui para ajudar, para ouvir, para compreender.

Helenice (*Flan*, 12-19 abr. 1953. Abra o seu coração, p. 10)

Já na primeira publicação, a colunista escreve aos seus leitores demonstrando familiaridade no relacionamento entre eles. É a informalidade da escrita que indicia a proximidade esperada entre remetente e destinatário. O vocativo *Meu triste leitor, minha inconsolável leitora*, pressupõe um público composto por homens e mulheres que gozaram de adversidades. A conselheira finaliza de modo afetuoso, criando vínculos de amizade com o público leitor: “Creia-me sua amiga, meu triste leitor, minha inconsolável leitora. Eu estou aqui para ajudar, para ouvir, para compreender”. Desse modo, ao romper com formalidades do fechamento da escrita epistolar, parece que ela deseja expressar vínculos de afeto e reafirmar o convite aos leitores à escrita de cartas.

Ao assumir a função de conselheira e dialogar com seu público, Helenice representa a idealização de uma mulher que passou por amarguras reais, conhece as verdades da vida e as dores do desamor. O domínio de seus desejos constitui condição moral para orientar os leitores através de seu exemplo de virtude. Helenice supera possíveis adversidades ao encontrar um homem que a apresentou o verdadeiro amor. Então com ele se casa, como expresso na correspondência abaixo.

IGNOTO – Porto Alegre – “... uma incurável tristeza, que me leva cada vez mais às bordas do suicídio...”

Eu o compreendo tanto, Ignoto... Esta sua amiga aqui já sofreu do mesmo mal e, se tempo andasse quinze anos para trás e nossos papéis se invertissem seria você quem receberia uma carta da qual constaria a triste frase acima.

Não posso lhe dizer exatamente como venci a minha tristeza, Ignoto, mas foi provavelmente a luta mais dura que já tive no mundo. Nada tinha graça para mim. Acordava já com a sensação da inutilidade do dia a vencer e deitava-me com a de nada ter feito de bom. A cinza das horas, de que fala o poeta Manuel Bandeira, parecia cobrir-me tôda. [...]

Depois, aconteceu-me um amor, êsse mesmo que guardo fielmente até hoje. Foi a cura. Daí em diante passei a abençoar cada dia que passa, e quando me lembro que, tivesse sido mais fraca, teria perdido tôda essa felicidade que me esperava, confesso a você que fico horrorizada. (*Flan*, 25-31 out. 1953. Abra o seu Coração, p. 37).

Nesse sentido, a felicidade feminina está condicionada ao matrimônio e à esperança no amor, afinal “o grande sentimento de quem ama deve ser o da esperança”⁸. Helenice sugere que a infelicidade de estar solteira lhe despertava a sensação da inutilidade, sendo esta a luta mais dura que já enfrentou. Os dias se passavam sem que ela encontrasse seu papel na sociedade.

Tamanha tristeza a fez considerar o suicídio, de modo que a menção ao livro *A cinza das horas* reafirma o sentimento de melancolia e confere à fala da conselheira um tom fúnebre. No livro, os poemas por vezes relatam o ato de morrer e a agonia de esperar pela morte, como expresso no poema *Desencanto: Eu faço versos como quem morre*. (Bandeira, 2013, p. 5).

O termo esperança está estritamente relacionado ao sentido de espera. O cessar da busca matrimonial concebeu o fim de um ciclo de angústias no qual Helenice lutava consigo contra a violência de seus desejos. A cura de Helenice foi o amor de um homem que a proporcionou plenitude na vida.

Assim, constituir família com seu marido representou conhecer virtudes em si mesma. Há, nesse sentido, a transição entre um passado em que predominava a dúvida de viver sem vislumbre de uma finalidade para sua existência em direção a um presente em que há prazer em existir por sua família.

Além de dona de casa, Helenice é jornalista, colunista de um jornal de propriedade do Grupo Última Hora, que alcançara notoriedade nos anos 1950. Ao dedicar-se ao seu dever jornalístico, Helenice não perde de vista o compromisso com sua família:

Da minha mesa de trabalho vejo a sala, meu marido que brinca com nosso pequenininho, e lá adiante pela janela aberta, a noite grande se estende sobre milhões de seres felizes e infelizes. Esses últimos precisam de mim – e eu aqui estarei, fiel a meu dever jornalístico e humano, para dizer as palavras que necessita ouvir (...) (*Flan*, 19-25 abr. 1953. Abra o seu Coração, p. 10).

⁸ *Flan*, 11-17 out. 1953. Abra o seu Coração, p. 45.

A conselheira trabalha em casa com olhos atentos à rotina familiar, conciliando as atividades profissionais e domésticas em uma dupla jornada. Sobre ser colunista em um semanário, Helenice relata: “Emociona-me pensar que serei a destinatária de dolorosas confidências, aquela para quem se voltam as necessidades de amor, de esperança, de fé e de consolo”⁹. O trecho “foi o fato de sofrê-las que me deu o dom de ajudar o meu semelhante”¹⁰ exprime que as qualidades da conselheira para ocupar o cargo de colunista não são vistas como profissionais, mas entendidas tal qual um ato de caridade, legitimado pelo seu exemplo de virtude.

A conselheira aprendeu a resistir às tentações e a se guardar, segundo sua visão, com decência em qualquer circunstância. A legitimidade para aconselhar seus leitores deriva das vitórias que teve sobre si, ao se conformar às prescrições da razão ainda que diante de tentações. Isto é, ao ser guardiã zelosa de si em face aos desejos e prazeres e a força que exercem, conduzindo à sedição e à revolta.

Helenice é movida pela fé e pela religiosidade, características que conferem a ela as qualidades próprias para aconselhar seus leitores na direção do que considera verdade. Acredita ser uma apóstola do bem em uma árdua missão de mitigar a dor dos que sofrem. Desse modo, a religiosidade cristã da conselheira se faz presente nas prescrições. Ela não cita a religião que a orienta, contudo fornece pistas sobre sua devoção. Helenice enfatiza que o sofrimento é uma vaidade humana de não se render à “verdade” divina. Sofrer é, portanto, uma escolha dos que preferem não zelar pela moral cristã. Pelo vislumbre das recompensas de seguir a boa moral valeria a pena abdicar do gozo dos prazeres imediatos em busca do eterno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçar um perfil da conselheira, importa compreender o que particulariza esse heterônimo nas histórias narradas em *Abra o seu coração*, com vistas a ampliar a percepção da problemática da heteronímia em Helenice. A partir das pistas percebidas nas cartas publicadas no semanário *Flan*, tecemos um perfil sobre a colunista observando, através das escritas de si, como ela constrói seu discurso de autoridade junto aos seus leitores, de modo a encenar a imagem de uma mulher exemplar.

Assim, atribuíamos a si mesma as qualidades necessárias a uma conselheira, como ter resistido às tentações da juventude e esperado por seu amor, ter casado, ser mãe, exercer uma dupla jornada de trabalho sem abrir mão da família, além de ser cristã. Seu valor se dava pelas vivências que teve, e, mais que isso, por ter resistido

⁹ *Flan*, 19-25 abr. 1953. *Abra o seu Coração*, p. 10.

¹⁰ *Flan*, 19-25 abr. 1953. *Abra o seu Coração*, p. 10.

ao ímpeto de suas angústias, ao desejo da morte e ao sofrimento ocasionado pela espera de um marido.

Ademais, com Roger Chartier (2011), inferimos que as representações veiculadas no impresso têm uma energia própria capaz de persuadir seus leitores, segundo a qual o real corresponde ao que elas dizem e mostram. Essa visão de que os textos escritos criam realidades nos ajuda a pensar na dinâmica das representações sobre leitura e leitores existentes nas práticas discursivas de *Flan*.

Se, por um lado, os heterônimos femininos podem ser percebidos como uma tática editorial que faculta um sentimento de identificação com o público composto por mulheres ou por temas os quais mulheres são consideradas mais aptas a se interessarem, por outro lado, os heterônimos resguardam a identidade de intelectuais já prestigiados ao publicarem na imprensa feminina. Reafirmam, portanto, a delimitação da atuação das mulheres em espaços considerados menos notáveis, restritas a escreverem sobre questões pertinentes ao âmbito do espaço privado, como o lar e a vida amorosa.

Palavras-chave: Vinicius de Moraes. Heterônimo. Cartas de Leitores.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Manuel. **A cinza das horas**. Rio de Janeiro: Global Editora, 2013.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTELLO, José. **Vinicius de Moraes: o poeta da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CHARTIER, Roger. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In: ROCHA, João Cezar Castro (Org.). **Roger Chartier, a força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011.

FLAN: O JORNAL DA SEMANA. Rio de Janeiro. Grupo Última Hora. Semanal. 1953-1954.

FRANCO, Affonso Arinos de Mello. Depoimento Affonso Arinos de Mello Franco. In: BRASIL, **Embaixador do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2010.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Entre la necesidad y el placer: la formación de una nueva sociedad del escrito (se.XIII-XV). In: GÓMEZ, Antonio Castillo (Org.). **Historia de la cultura escrita: del próximo Oriente Antiguo de la sociedad informatizada**. Gijón: ediciones TREA S.L., 2001.

ROUCHOU, Joelle. **Samuel duas vozes Wainer**. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

SEYMOUR, Miranda. **The Bougati Queen**: in search of a motor-racing legend. New York: Random House, 2015.

TASMERÃO, Aline Silveira; SANTOS, Jenifer Silva. Revista Feminina (1915): Leituras Selecionadas e Interpretações Corretas para Leitoras Ideais. **Revista Linha Mestra**. Ano VIII, nº. 24, p. 315-319, jan./jul., 2014.

TASMERÃO, Aline Silveira. **Abra o seu coração: a dimensão educativa do correio sentimental de c (1953)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SOBRE A AUTORA

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Educação pelo programa de pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ).



PARTE III

LITERATURA E FEMINISMOS



C A P Í T U L O 10

FOLHETINS

Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco

(UERJ)

pacheco.gabrielle@uerj.br

O QUE SÃO FOLHETINS?

Inicialmente nomeados como romances-folhetins, os folhetins correspondem a um gênero literário que durante um bom tempo recheou as páginas dos periódicos, principalmente nos séculos XIX e nos primeiros anos do século XX. Localizados no rodapé das páginas dos mais famosos jornais do século passado, no Brasil tornaram-se bastante populares, funcionando como uma espécie de texto-piloto¹ para futuras publicações em formato de livro. Palavra de origem francesa, denominava-se *le feuilleton*, que nada mais é do que o diminutivo da palavra *feuille*, traduzida como “pequena folha”, ou, no caso dos jornais, o rodapé das páginas.

ORIGENS

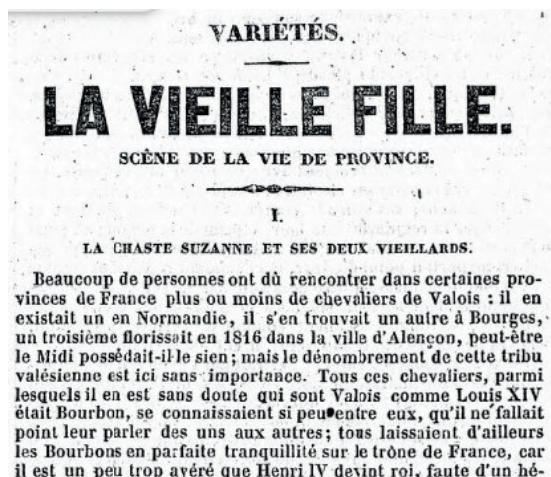
Não por acaso os primeiros escritos denominados folhetins foram pequenos textos anexados aos jornais franceses, ainda no final do século XVIII, em um momento² de grande efervescência política naquele país. É nas páginas do jornal francês *La presse* (1836-1850), que tinha como redator Émile de Girardin, que os *romans-feuilletons* começam a circular, ainda em seu primeiro ano de circulação. Sob o comando de Girardin, *La presse* tornou-se frequente por ter sido o primeiro no rol dos jornais circulantes à época a ter seu preço reduzido pela metade. Tal fato colaborou de maneira bastante significativa para a popularização do gênero e para o aumento do número de leitores franceses.

¹ Um texto-piloto pode ser definido como um texto inicial, levado ao público-alvo para apreciação antes de ser publicado em definitivo.

² Em referência à Revolução Francesa (1789) e os movimentos de ruptura em diversas frentes sociais e políticas. (Gonçalves, 2010)

Em acordo com a consulta ao acervo digital da Biblioteca Nacional Francesa, a primeira dessas publicações é *La Vieille Fille* de Balzac³, publicado na seção “Variedades⁴” de 23 de outubro a 4 de novembro de 1836.

Figura 1 – recorte da página 3 de *La presse*, edição 103.



Fonte: Biblioteca Nacional Francesa (BnF) - Gallica

Mendes (2016, p. 224) comenta que o sucesso dos romances se deve também à melhoria nas condições de difusão dos livros e dos periódicos:

A melhoria na logística da distribuição – expressiva nos transportes (trens e vapores) –, nas transações bancárias, nos correios e nos processos de impressão e de fabricação de papel motivava o comércio com outras regiões e países. (...) A imprensa tem papel fundamental na expansão do número de leitores europeus e sua incorporação às práticas de leitura, na medida em que oferece os romances a um custo mais acessível, publicando-os nas revistas e depois nos rodapés de jornais.

No Brasil, o gênero não demora a aparecer. Ainda na década de 1830 é possível encontrarmos traduções desses romances nos rodapés de jornais populares, como o *Jornal do Commercio*, o primeiro a publicar folhetins. Trata-se do romance *O Capitão Paulo* (*Le Capitaine Paul*), de Alexandre Dumas, escritor francês de obras famosas como *Os três mosqueteiros* e *O conde de Monte Cristo*. *O Capitão Paulo* foi publicado entre outubro e novembro de 1838. Para Mendes (2016, p.229), a obra “marcou a entrada dos leitores brasileiros no circuito do romance-folhetim ao mesmo tempo em que se deu a dos leitores franceses.”

³ Honoré de Balzac foi um escritor francês de grande prestígio na literatura, destacando-se pela publicação de mais de 90 romances, compilados em *A Comédia Humana*. (Fonte: FFLCH-USP)

⁴ Convém ressaltar que na seção “*feuilleton*”, que eventualmente tornava-se a localização dos textos folhetinescos, há a publicação de um texto do Ministro do Interior da França. (Fonte: BnF- Gallica)

Dada a baixa comercialização de livros no Brasil no começo do século XIX, o romance – hoje parte do cânone literário brasileiro – teria sua porta de entrada como gênero por meio das publicações folhetinescas, que atraíram não somente novos leitores, mas também escritores que não vislumbravam opções outras para publicação de suas obras.

Os primeiros folhetins que aqui circularam foram traduções diretas das obras de escritores franceses famosos, textos assinados pelo jornalista Justiniano José da Rocha. De acordo com os dados encontrados na Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o jornalista assinou sete traduções folhetinescas publicadas entre 1839 e 1858. Dentre os autores traduzidos, destacam-se Charles Bernard, Fanny Lewald e Alexandre Dumas.

Apesar de encontrarmos excertos de romances publicados de forma parcelada em alguns jornais nas décadas de 1820 ou no começo da década de 1830, convém ressaltar que o gênero folhetim só seria assim concebido no país em 1839 (Tinhorão, 1994; Serra, 1997), com a publicação de *Os assassinos misteriosos, ou a paixão dos diamantes*, de Justiniano José da Rocha, no *Jornal do Commercio* entre 27 e 30 de março.

Seguiram, na segunda metade do século XIX, Joaquim Manoel de Macedo, com 4 folhetins publicados; Manuel Antônio de Almeida, e seu *Memórias de um sargento de milícias* (1852), José de Alencar, com 8 folhetins, incluindo *O Guarani* (1857); Machado de Assis, com 5 publicações, a exemplo do célebre *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880); Raul Pompéia, com *O ateneu* (1888). Dentre as mulheres, recebe destaque a escritora carioca Júlia Lopes de Almeida, com 4 folhetins publicados entre 1888 e 1898.

Já na primeira metade do século XX, observam-se os romances folhetinescos de Lima Barreto, que assinou 5 publicações; e Júlia Lopes, com 9. Na segunda metade, é Nelson Rodrigues quem mais assina os folhetins, somando 8 obras. Rachel de Queiroz e Dinah Silveira de Queiroz, ambas eleitas para a ABL, também têm seus romances publicados nas páginas dos periódicos. Em 1980, *Nenê Bonet*, de Janete Clair, escritora já consolidada no âmbito da telenovela à época, é publicado pela revista *Manchete*.

Para além da revista *Manchete* (1952-2007), um número expressivo de folhetins foi publicado na revista *O Cruzeiro* (1928-1985), no jornal *A Noite* (1911-1957), no popular *O Paiz* (1894-1934), no *Jornal do Commercio* (1827-) e em *O Estado de São Paulo* (1875-).

DO QUE OS FOLHETINS SÃO CONSTITUÍDOS

O grande sucesso dos melodramas franceses explicaria as iniciativas de Girardin com os folhetins. O melodrama, observado nos teatros parisienses a partir do final do século XVIII, converteu-se em técnica popular no romance brasileiro. Ludwig (2015) indica que características tais como o texto, a encenação, a musicalidade, a busca por finalidade moral e a presença de personagens tipificadas foram elementos marcados também nos melodramas brasileiros, presentes tanto no teatro quanto nas páginas dos periódicos. Como bem salienta Santos (2012, não paginado):

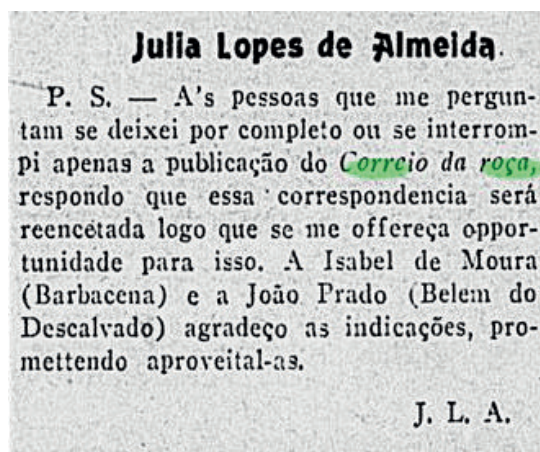
a técnica do teatro popular da época teria influenciado a fórmula do romance folhetim, com seus elementos característicos, como amores contrariados, duelos, raptos e tempestades, além de enredos em torno de três personagens típicos – vítima, herói e vilão.

(...)

O romance-folhetim era construído no dia-a-dia, por vezes com interferência dos leitores por meio de cartas e sala nos jornais com intervalos irregulares de um folheto para o outro. Além da produção seriada, também se caracterizava por cortes, no momento de mais tensão, suspenses e redundâncias. Mecanismos para estender a leitura do romance e reativar as memórias dos leitores diante de intervalos imprevisíveis.

Essa “interferência” do leitor era bem quista. Muitos periódicos dedicavam suas páginas às seções exclusivas para esse contato direto com os consumidores de seu conteúdo. Muitas vezes eram as cartas dos leitores que propulsionavam a continuação de determinada narrativa, ou o rompimento de outra:

Figura 2 – recorte da página 1 de *O Paiz*, edição 9341



Fonte: Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

A figura, que apresenta uma observação destinada aos leitores de *Correio da Roça*, publicado de 1909 a 1911 no jornal *O Paiz*, evidencia essa relação leitor-narrativa. Nela, é a própria autora do folhetim, a escritora Júlia Lopes de Almeida, quem comenta as indicações dos leitores. Mas não eram só os leitores “comuns” que comentavam os folhetins. Também o faziam intelectuais, políticos e redatores de outros periódicos, a exemplo do comentário do Conde Amadeu A. Barbiellini, diretor da revista *Chácaras e Quintaes*:

“Prezada senhora - E’ desnecessario dizer-lhe que sou um dos mais fieis leitores do seu *Correio da Roça*. Ando tao atrapalhado e com tamanha falta de tempo que quasi me parece não ter a oportunidade de respirar; apesar disto não deixei nunca, nem deixarei de ler a sua brilhante e sympathica prosa dos *Correios*, que estao fazendo tanto bem ao desenvolvimento da lavoura e a propaganda do gosto para a terra, para as culturas, etc., como o melhor de todos os esforços de um ministerio de agricultura.” (*O Paiz*, edição 9407, p. 3)⁵.

É bem verdade que a intelectualidade brasileira do começo do século passado foi regida pela relação praticamente indissociável entre o jornalismo e a literatura. Isto é, para ser considerado um intelectual representante da República das Letras⁶, era necessária a colaboração com os periódicos da época. Como reforçam Martins e De Luca (2018, p. 94): “Escrever na imprensa tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e até mesmo de poder político”.

Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa no Brasil*, (1999, p.292) ressalta que “os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não conseguiam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; e um pouco de dinheiro, se possível.” Contudo, convém destacar que os jornais pagavam pouco. *Jornal do Commercio*, *Correio da manhã* e *O Paiz* eram alguns que melhor pagavam seus colaboradores, desembolsando de 30 a 70 contos de réis (Broca, 1975; Sodré, 1999; Miceli, 2015). Tal condição contribuiria ainda mais para o crescente número de intelectuais a assinarem os folhetins, já que:

o escritor desse gênero ganhava por linha escrita, o que o levou a tornar a estória a mais longa possível. O rendimento numérico transformou-se num lugar-comum na escrita do romance-folhetim e, como consequência, os escritos dessa natureza apresentavam-se tão “inchados” que no instante da sua transposição para os livros resultaram em coleções de quatro, seis, oito e até doze volumes com páginas quase intermináveis. (Nadaf, 2009, p. 121).

Moreira (2015, p. 17) acrescenta que “entre os papéis assumidos pelo jornalista estava o de educador, pois uma das missões do jornal era a de suprir a falta de escolas e de livros”. Mesmo que estejamos falando de um Brasil que apresentava uma taxa de analfabetismo superior aos 70% no começo do século passado, os periódicos eram fonte de instrução não apenas para os leitores em si, mas para os ouvintes – os jornais eram lidos, as notícias comentadas, os folhetins acompanhados pela maioria de uma população analfabeta.

⁵ Neste texto opta-se por manter as transcrições como no original, respeitada a ortografia da época da publicação.

⁶ Denomina-se o grupo de intelectuais que, legitimados pela criação da ABL em 1897, constituíam o seletivo grupo de escritores que descreviam a vida literária do Brasil à época.

As narrativas que constituíam os romances folhetins obedeciam à fórmula base para a produção do romance: enredos em torno de um trio de personagens típicos - a vítima, o vilão e o herói ou vingador; a trama que se desenrola com a ação do herói que salva a vítima e aniquila o vilão; além do clássico antagonismo herói x vilão.

É do romance de folhetim que se originam as principais características da técnica do romance no Brasil: a constante intervenção do autor no desenrolar das histórias (inclusive dirigindo-se aos leitores em tom de conversa); a extrema complicação dos enredos, num desdobramento linear de quadros sem preocupação com a verossimilhança; a finalização de cada capítulo em clima de suspense; e a surpresa da retomada de personagens e situações anteriores em conexão inesperada com ações atuais (chegou a ser lugar-comum nas histórias românticas ou casos de amor impossível, por descobrirem os amantes – sempre no último capítulo – que eram irmãos. (Tinhorão, 1994, p. 28).

E a quem se destinavam essas histórias? Tinhorão (1994) indica que os escritores tinham a figura de uma mulher - a dona de casa ou a moça de família – como o leitor potencial de seus romances folhetinescos. Desta forma, as mulheres guardam uma relação especial com os romances-folhetins, não apenas por serem esse público visado, mas também por serem amplamente representadas em personagens tipificadas – a exemplo das mocinhas indefesas, das jovens ingênuas ou das sábias senhoras. Contudo, quando comparadas aos homens, poucas foram as obras folhetinescas assinadas por mulheres na imprensa brasileira.

Ainda no século XIX, a literatura escrita por mulheres já era pauta. A revista *A Nova Minerva* (RJ) - revista dedicada às ciências, artes, litteratura e costumes publica, em março de 1847, um texto intitulado “As litteratas e as folhetinistas”, que comenta o compromisso da literatura escrita por mulheres naquele momento:

A litterata de outr’ora pouco se importava de martyrisar o seu entendimento com as deduições philosophicas: era mulher que se distinguia por sua vã erudição e a sua pedante galanteria (...) Hoje pelas idéas que, como as modas, nos chegam illuminadas pelos artistas de Paris, a litterata contemporânea conserva o presunçoso orgulho das preciosas ridículas de Molière (...) He pois a litterata, ou folhetinista dos nossos dias, alegre, viva, parleira, provocativa e oportuna. Tantos atractivos tem huma moça quando reúne a discrição á belleza! Ha huma interessante timidez maliciosa e huma resolução combatida nas suas maneiras; luta entre a idade e a reflexão ! (...) Esta rapariga, alegre, desembaraçada, torna-se em poucos dias calculadora e reflexiva com a contradicção d’huma mulher de gênio, e a previsão d’huma mulher de talento. (A Nova Minerva, edição 13, p.3-4).

Apesar do reconhecimento de seu talento, como exposto no trecho, a quantidade de folhetins assinados por mulheres representa apenas 10% de textos desse gênero publicados entre as décadas de 1830 e 1980. Desse percentual, destacam-se Júlia Lopes de Almeida, com 13 folhetins; ambas Maria Benedita Camara Borman e Lazinha Luís Carlos de Caldas Brito, com 4; e Emi Bulhões Carvalho da Fonseca, com 2. Número bastante inexpressivo quando comparado às centenas de folhetins assinados por escritores homens que, não por acaso, foram canonizados.

Seja por estratégia editorial ou pela decadência do gênero (Broca, 1975), os folhetins foram pouco a pouco perdendo espaço nos jornais ao longo da primeira república e foram substituídos por outros gêneros considerados “mais humanos” tais como a crônica, a entrevista ou a reportagem, muito embora a década de 1950 ainda tenha apresentado um expressivo número de publicações, especialmente as assinadas por mulheres.

Seguiram os folhetins, ainda que consideradas subgêneros da literatura ou mesmo meros produtos da cultura de massa, as fotonovelas, populares especialmente na década de 1970, que ocuparam as páginas das revistas a partir da década de 1940:

As fotonovelas surgiram na década de 1940, na Itália pós-Guerra, em revistas que publicavam adaptações de filmes para os quadrinhos. O sucesso da fotonovela foi, de fato, proporcionado pela popularização do cinema nesta época. Aqui por estas bandas, entre 1949 e 1980, cerca de trinta títulos de revistas de fotonovelas foram publicados. Destes, os maiores foram Grande Hotel, Sétimo Céu e Capricho – a mais vendida, com tiragens aproximadas de 400 mil exemplares por edição. Muitas dessas revistas nada mais que republicavam fotonovelas produzidas na Itália para o público nacional, mas, seguindo o exemplo de Sétimo Céu, da Editora Bloch, algumas se arriscaram a produzir suas próprias narrativas, “abrasileiradas”. (Biblioteca Nacional, 2020, não paginado)

O conceito de obra aberta, iniciado pelos folhetins, atingiu seu maior público ao ganhar espaço na TV, a partir da década de 1950. *Sua vida me pertence* é marcada como a primeira telenovela, exibida pela TV Tupi, entre dezembro de 1951 e fevereiro de 1952. Seguindo a tendência da publicação seriada, a trama era exibida ao vivo, duas vezes na semana. Apenas 11 anos mais tarde, com o lançamento de *2-5499 ocupado* da TV Excelsior, é que estes “novos folhetins” passaram a ser exibidos diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os folhetins, introduzidos na cultura brasileira ainda nos meados do século XIX, foram rapidamente popularizados pelo investimento de uma imprensa que almejava se consolidar. Pensados aos moldes franceses, estes textos surgiram nos rodapés das páginas dos jornais brasileiros e caíram no gosto popular, ainda que se tratasse de uma população de maioria analfabeta.

Sob o slogan alcunhado por Figueiredo Pimentel “O Rio Civiliza-se”, o Rio de Janeiro do início do século passado, então a capital federal, se apresentou como uma promessa de modernidade. Seja por sua posição geográfica, o que marcou a cidade como o 15º maior porto do mundo, seja por sua qualidade de maior centro populacional do país, criou-se o cenário ideal para a disseminação de conceitos modernos de cultura, identidade e civilidade.

Neste sentido, os folhetins logo encontraram um alvo certo: uma população inebriada no conceito de uma Paris tropical, como desejava o prefeito Pereira Passos. Os intelectuais, recém legitimados pela criação de uma Academia aos moldes franceses, viram no gênero a possibilidade de não apenas divulgarem seus textos de forma mais ampla, mas também de tornar sua escrita uma atividade rentável, ainda que discretamente.

As histórias parceladas rechearam as páginas dos jornais, tendo alguns deles publicado 2 ou 3 folhetins ao mesmo tempo. A possibilidade de escrever e ter um retorno imediato do público, a partir das cartas enviadas à redação dos periódicos, era um atrativo a mais tanto para imprensa quanto para os escritores, que poderiam modificar a trama de acordo com o gosto dos leitores.

Apesar de terem como ponto de partida os melodramas franceses, essas histórias contadas aos poucos atingiram novamente seu ápice quando foram agregadas à cultura de massa, notadamente a partir da chegada da TV na casa dos brasileiros. É comum ainda hoje encontrarmos referências às telenovelas, ou apenas novelas, como “o novo folhetim das 9”, ou “folhetim assinado por”⁷, nos anúncios dos canais de TV.

Diferentemente de seus primórdios, os folhetins atuais tratam temas diversos, apesar de oportunamente apresentarem uma trama amorosa como cerne ou pano de fundo da narrativa. Não por acaso, são as mulheres as maiores consumidoras das novelas, assim como eram dos folhetins nos jornais.

Palavras-chave: Folhetim. Literatura. Novelas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL. Fotonovelas na Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/fotonovelas-biblioteca-nacional>. Acesso em: 23 ago.2024.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil - 1900**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

GONÇALVES, Jussemar Weiss. A Revolução Francesa e a invenção social da pobreza. **BIBLOS**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 9–24, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1267>. Acesso em: 11 ago. 2024.

JACOB, Bárbara Martins. **Nascimento de Honoré de Balzac**: Autor de “O Pai Goriot”, Balzac

⁷ Em referência aos chamados na TV aberta, na internet, entre outros.

é um dos mais importantes expoentes do realismo. São Paulo: Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da USP. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/51229>. Acesso em 11 ago.2024.

LUDWIG, Paula Fernanda. **O melodrama francês no Brasil**. Tese de Doutorado. Santa Maria: UFSM, 2015. Santa Maria: UFSM, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4005/LUDWIG%2c%20PAULA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 30 jul.2025.

MENDES, Maria Lúcia Dias. Romances-folhetins sem fronteiras: o caso de Alexandre Dumas. In: ABREU, Márcia. **Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p.223-53.

MARTINS, Ana Luzia; De LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. **Eles e Elas**: crônicas da belle époque carioca de Júlia Lopes de Almeida. 3. ed. Joao Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

NADAF, Y. J. O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico. **Letras**, [S. l.], n. 39, p. 119–138, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12014>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SANTOS, Marina Pózes Pereira. **Literatura e Imprensa no Brasil de fins do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

SERRA, Tânia Rabelo Costa. **Antologia do romance-folhetim:(1839 a 1870)**. Brasília: Editora UNB, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetim no Brasil: 1830 à atualidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

FONTES

A NOVA MINERVA: Periodico dedicado ás Sciencias, Artes, Litteratura e Costumes (RJ) - 1845 a 1847. Ano 2, n.13, março de 1846.

LA PRESSE (FRA) – 1836 – 1850. Ano 1, n.103, 23 de outubro de 1836. O PAIZ (RJ) – 1884 -1930. Ano XXII, n.9341, 3 de maio de 1910.

O PAIZ (RJ) – 1884 -1930. Ano XXII, n.407, 8 de julho de 1910.

SOBRE A AUTORA

Professora Adjunta de Língua Inglesa com graduação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e Doutora em Educação pela mesma Universidade. Membro do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL-ProPEd/UERJ), do Grupo de Estudos Mulheres e Militância Política (UFF) e do Grupo de Pesquisa CNPq Estudos de literatura e cultura da Belle Époque, LABELLE (PPGLetras-UERJ). Coordenadora do Projeto de Extensão Páginas de Mulheres na Imprensa (PROMIM) e do Projeto de pesquisa “Outras Literaturas: a contribuição feminina na constituição da história da educação brasileira”.



C A P Í T U L O 11

SARAUS LITERÁRIOS

Bianca Gomes Borges Macedo

(UERJ - CAPES)

biannca.mac@gmail.com

Giovana Cerqueira Lopes Nunes

(PPGEB - CAP-UERJ)

giovanacerqueiralopes@gmail.com

SARAU LITERÁRIO

É um evento cultural e literário no qual as pessoas falam sobre literatura e outros assuntos compartilhando das suas experiências culturais e artísticas no intuito de promover a integração social entre elas.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Os saraus popularizaram-se no Brasil após a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Acompanhando o modelo dos salões franceses, a Corte reunia personalidades do mundo artístico, literário e político proporcionando atividades lúdicas com conversas, debates, recitais, danças e declamação de poesias. De acordo com Djair Rodrigues de Souza (2019, p. 28) pode-se dizer que os serões familiares “naturalmente” transformaram-se em saraus, os quais, sem dúvida, foram as maiores diversões que adentraram o século XIX, para conhecer seu apogeu mais exatamente entre 1840 e 1860.

Capital da colônia e do Reino, o Rio de Janeiro tornou-se um ambiente cultural próspero mesmo sem as transformações estruturais necessárias para o combate ao analfabetismo que atingia a população em geral.

Os eventos tinham um público seletivo composto, em geral, pela burguesia e aristocracia. Eles seguiam os moldes dos salões franceses conferindo requinte ao ambiente. Não tardou para que os saraus se expandissem para São Paulo e, na metade do período oitocentista, eles já faziam parte das diversas capitais brasileiras.

Figura 1 – O serão (1880)



Fonte: wikiart.org

SOCIALIZAÇÃO INTELECTUAL NOS SARAUS LITERÁRIOS

Os salões literários multiplicavam-se ao longo do século XIX. Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco Pinto (2023, p. 64) esclarece que, nesses espaços informais onde os participantes podiam desfrutar de manifestações culturais, o convívio da alta casta da República das Letras contribuiu com trocas e debates literários, culturais e políticos promovendo a inovação da “finalidade” dos salões.

Eles eram espaços de convivência onde aconteciam encontros da intelectualidade brasileira e, às vezes, estrangeira que oportunizaram a presença feminina na vida pública.

Os salões tiveram relevância para a vida literária brasileira. Eles foram fundamentais para a garantia da aceitação das mulheres nos espaços públicos. Duarte e Paiva (2009, p. 13) indicam que os salões foram “uma espécie de espaço semipúblico” que oportunizou o convívio intelectual entre as mulheres. As damas da sociedade abriram as portas das suas residências e participavam discretamente das reuniões que aconteciam nelas. Uma influência do modelo europeu que contou com mulheres dirigindo os salões à moda parisiense.

As senhoras ocupavam o espaço “semipúblico” dos saraus onde mostravam os seus talentos ao recitarem poemas, tocarem piano ou fazerem apresentações de canto durante as reuniões. Segundo Maria Fernanda Baptista Bicalho: “As leituras animadas pelos encontros sociais, ou feitas à sombra das árvores ou na mornidão das alcovas, geraram um público leitor eminentemente feminino” (Bicalho, 1989 *apud* D’incão, 2004, p. 191) que tinha uma maior liberdade de convivência social.

Duarte e Paiva (2009, p. 13) esclarecem que nos salões literários “realizavam-se saraus em que se recitavam poemas publicados e inéditos, falava-se sobre literatura e outros assuntos, criavam-se redes e amizades literárias”, portanto, o convívio das senhoras nos saraus literários que aconteciam nesses ambientes colaborou não apenas com a socialização intelectual e criação de redes entre as mulheres, mas também contribuiu para o aumento do grau de educação entre elas a partir das trocas intelectuais com homens e mulheres letrados que frequentavam os eventos.

Mesmo as mulheres abastadas que tinham acesso à educação ainda eram limitadas à esfera privada e condicionadas à função de esposa e mãe, portanto, a literatura abriu possibilidades para as mulheres ocuparem espaços públicos. De início, as senhoras frequentavam salões realizados por figuras de elite e intelectuais onde os saraus aconteciam até que elas conseguiram ter acesso aos eventos literários e culturais e participavam de publicações em revistas e jornais com o advento da imprensa periódica.

As mulheres iam conquistando a sua autonomia ultrapassando de forma vagarosa os limites sociais impostos ao seu gênero.

JÚLIA LOPES DE ALMEIDA NOS SARAUS LITERÁRIOS

A escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) é um exemplo feminino que conheceu a arte no convívio dos saraus.

Figura 2 – Júlia Lopes de Almeida



Fonte: Acervo Cláudio Lopes de Almeida

Seus pais, Valentim José da Silveira Lopes e Adelina Pereira Lopes, costumavam promover reuniões na residência da família segundo explica Pinto (2023, p. 48): “o pai, médico de fama e reconhecimento em Campinas, (também) possuía um espaço onde as mais diversas expressões artístico-culturais se encontravam, o salão dos Viscondes de S. Valentim”. Margarida Lopes de Almeida, filha da autora, contou um pouco sobre a vivência da mãe durante a infância:

Nos saraus da família Silveira Lopes minha avó e minha doce tia Adelaide cantavam, minha tia Adelina recitava os versos de Tomás Ribeiro e Bulhão Pato e os seus próprios, minha tia Maria José tocava piano e muitas vezes acompanhava em concertos solistas célebres cujos empresários, contando com sua capacidade, prescindiam de acompanhador ao irem a Campinas. Júlia ouvia. Sabia ouvir; mas era tímida e não gostava de exibir-se. Admirava, assimilava, aprendia (Almeida, 2015 *apud* Pinto, 2023, p. 48).

Silveira Lopes também era professor e proprietário do Humanitas, colégio voltado para a educação de meninas. Ele encorajou a filha na carreira literária pedindo que ela escrevesse um artigo para o jornal *Gazeta de Campinas*. O ano era 1881 e Júlia escrevia o seu primeiro texto para publicação em jornal. O conteúdo tratava sobre a vida da atriz Gema Cuniberti que, naquela semana, havia se apresentado no Teatro Municipal.

O incentivo do pai foi fundamental para a autora seguir no meio literário, pois ela entendia as resistências que enfrentaria ao fugir dos padrões impostos ao seu gênero e, segundo Anna Faedrich (2022, p. 119), a atitude do pai da Júlia deixa “compreender a inserção privilegiada da escritora em um ambiente familiar favorável e incentivador à produção e à publicação de seus textos”.

A autora torna-se uma intelectual preocupada com o futuro das mulheres e ciente da realidade limitante ao feminino. Bianca Gomes Borges Macedo (2023, p. 99) pontua que Júlia “sabia do poder da escrita para atingir transformações em suas leitoras. Uma profissional das letras engajada na transformação da função social da mulher e que sabia a importância da educação como diferencial na vida das moças”. Júlia era consciente a respeito da sua função na sociedade.

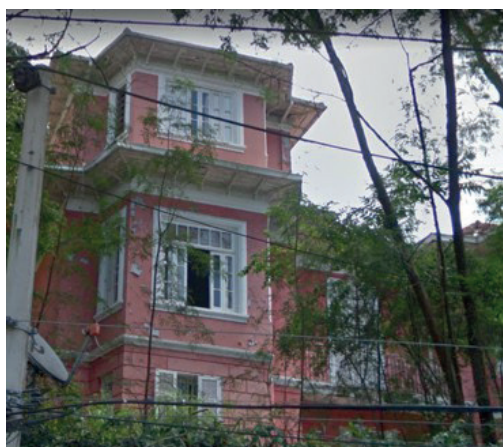
Júlia Lopes de Almeida faz “apologia ao trabalho e ao crescimento pessoal da mulher por meio da educação que “considera essenciais para a evolução das mulheres” (Pinto, 2023, p. 164) ao longo de algumas das suas obras através da representação de personagens femininas com aspectos que “considera essenciais para a evolução das mulheres” (Pinto, 2023, p. 164). Um contributo que demonstra outras possibilidades para o desenvolvimento pessoal das suas leitoras com um exemplo feminino que se desdobrou nas funções de dona de casa, esposa, mãe e escritora.

A tradição dos saraus fez parte da vida da autora de *Traços e Iluminuras* (1887). No início do século XX, Júlia Lopes de Almeida e o marido, Filinto de Almeida (1857-1945), recebiam artistas e intelectuais, brasileiros e estrangeiros, no “Salão Verde”, espaço do casarão de propriedade do casal localizada em Santa Teresa, Rio de Janeiro. Margarida detalha essas reuniões:

Em nossa sala se reuniam os poetas, os escritores, os maiores artistas contemporâneos. João Foca, o delicioso humorista que tinha tanto de espírito como de bondade. João Foca, José Batista Coelho, para nós era o Leca, que nos divertia brincando conosco como se tivesse a nossa idade. Chamava ele a nossa casa de “Lar Bendito”. João Luso, foi o amigo – irmão, considerávamo-lo um tio nosso. Quando nasci já o encontrei no convívio fraterno de meus pais. De Valentim Magalhães que fora o maior amigo de meu pai, o seu companheiro de mocidade, não guardo memória porque morreu pouco depois que nasci, mas vejo como se fosse agora Olavo Bilac recitando trechos de suas traduções de Romeu e Julieta, Alberto de Oliveira a dizer na sua voz grave e lenta “Ser lagarta em verdade é coisa bem triste”, Roberto Gomes pedindo a meus pais conselhos para sua peça Berenice, Paulo Barreto entrevistando minha mãe, Alberto Nepomuceno, Carlos de Carvalho e Frederico Nascimento conversando sobre música, Helena, Suzana e Sílvia Figueiredo novas ainda mas já famosas pianistas, a célebre Rejane almoçando à nossa mesa, o enorme Charby, menor no tamanho que no talento, Augusto Rosa, sempre com sua mulher Sra. D. Leonor, contando-nos passagens de suas vidas e atores, Malhoa que deitava fora as maravilhosas mangas rosa que minha mãe lhe dava, escolhidas de nossa melhor mangueira, sem coragem de recusá-las e confessar o seu medo de que lhe provocassem febre amarela, Antônio Carneiro que, nosso hóspede durante seis meses, reparava o insulto feito pelo colega à nossa fruta mais deliciosa, comendo quantas o seu apetite e a sua gula permitiam; Carlos Reis a pintar os retratos magistrais de meus pais; de tantos, tantos outros que iluminavam de espírito o ambiente em que desenvolviam nossas inteligências. (Almeida, 2015, p. 197-199 *apud* Pinto, 2023, p. 67).

Os netos da escritora contam da existência de “um salão dentro de casa, com tudo o que um salão da época costumava ter, inclusive um piano, que era frequentemente usado nos saraus” (Faedrich; Fanini, 2020, p. 323). Com eventos e festas que promovia no local, Júlia destacou-se como salonista e teve empenho porque fundou “um espaço literário como forma de facilitar seu trânsito, como profissional das letras, em um universo ainda infenso à presença feminina” (Fanini, 2016, p. 27). O gesto demonstra a versatilidade da autora ao considerar trocas entre homens e mulheres a partir do convívio literário e intelectual na sua residência. Uma importante alternativa na possibilidade do acesso ao meio literário pelo gênero feminino.

Figura 3 – Casa de Júlia e Filinto em Santa Teresa



Fonte: Blog Nossos Vizinhos Ilustres

A projeção dos saraus promovia redes de sociabilidade muito importantes para as mulheres e, sem dúvidas, garantiam a luta pelo direito à ocupação de espaços ditos masculinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período oitocentista no Brasil os saraus literários ocuparam os salões residenciais seguindo os moldes franceses e tendo a literatura como principal fonte de entretenimento, mas não somente, pois ao recuperar o conceito de literatura como “um instrumento poderoso de instrução e educação” defendido por Antonio Candido (2011, p. 177) deve-se perceber os saraus enquanto propostas de pensar e discutir o mundo.

Nesses espaços de sociabilidade privada havia demonstrações de arte que tinham música, poema e encenação em sua programação de modo a contribuir com uma profícua convivência entre homens e mulheres da elite intelectual e destacar a importância das relações sociais estabelecidas entre os seus frequentadores na medida em que se propaga a cultura e se constrói o pensamento intelectual dos indivíduos.

A partir da socialização entre intelectuais através do contato com a arte e a leitura, é possível perceber a estimulação do diálogo e do pensamento crítico, portanto, ampliava-se a oportunidade das mulheres que frequentavam esses ambientes de modo que elas tivessem o acesso a temas e informações que se destinavam apenas ao masculino. Logo, ainda que acontecessem em residências privadas, os saraus literários corroboraram a inserção de mulheres na esfera pública reafirmando o argumento de que o convívio social de requinte colaborava para a projeção do feminino na carreira literária assim como demonstramos com a vida da escritora brasileira Júlia Lopes de Almeida.

Júlia, que nasceu em uma família abastada e casou com um literato, viveu e usufruiu dos saraus literários e soube somar a sua inteligência e capacidade criativa para romper com os grilhões da sociedade que ainda condicionava às mulheres ao espaço doméstico.

Palavras-chave: Sarau literário. Socialização intelectual. Júlia Lopes de Almeida.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio et al. O direito à literatura. **Vários escritos**, v. 3, p. 171-193, 1995.

DE SOUZA, Djair Rodrigues. **A Contemporaneidade Do Sarau: a “Leitura Ouvida” No Brasil Como Instrumento De Difusão Da Literatura**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.8/4243>.

Acesso em: 08 ago 2024.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: nos rastros de uma história. **IPOTESI**: revista de estudos literários, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2009.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187- 201.

FAEDRICH, Anna. **Escritoras Silenciadas**: Narcisa Amália, Julia Lopes de Almeida, Albertina Bertha e as adversidades da escrita literária de mulheres. Rio de Janeiro: Macabéa, 2022.

FAEDRICH, Anna; FANINI, Michele Asmar. Entrevista com os netos de Júlia Lopes de Almeida: Claudio e Fernanda Lopes de Almeida. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 315-328, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/1287/223>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FANINI, Michele Asmar. **A (in)visibilidade de um legado**: seleta de textos dramatúrgicos inéditos de Júlia Lopes de Almeida. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.

HELLER, Barbara. **Da pena à prensa**: mulheres e leitura no Brasil (1890 – 1920). São Paulo: Porto de Ideias, 2006.

MACEDO, Bianca Gomes Borges. **A autonomia feminina nos contos de Guiomar Torresão**. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/21628>. Acesso em 11 ago 2024.

PINTO, Gabrielle Carla Mondêgo Pacheco. **Júlia Lopes de Almeida**: escritora, mãe e esposa laureada nas páginas de A Violeta (1920-1934). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/20867>. Acesso em: 08 ago 2024.

SOBRE AS AUTORAS

Bianca Gomes Borges Macedo é graduada em Letras português/inglês pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Mestra em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutoranda em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integra o Projeto de Extensão “Páginas de Mulheres na Imprensa” coordenado pela professora Gabrielle Carla Mõndego Pacheco Pinto (CAP-UERJ).

Giovana Cerqueira Lopes Nunes é graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Ensino em Educação Básica pelo Programa de Pós-graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB-CAP-UERJ). Professora Substituta do Departamento de Atendimento Educacional Especializado no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). CAP-UERJ. Bolsista de extensão do Projeto Projeto de Extensão “Páginas de Mulheres na Imprensa” coordenado pela Professora Gabrielle Carla Mõndego Pacheco Pinto (CAp-UERJ). Graduada de Letras: Português e Espanhol pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



C A P Í T U L O 12

INTERSECCIONALIDADE

Nathália Araújo Duarte de Gouvêa
(UERJ)
natgouvea@gmail.com

APRESENTAÇÃO E DEFINIÇÃO

A teoria da interseccionalidade é percebida, conceitualizada e aplicada em muitas áreas. Assim, é difícil obter apenas uma definição. No entanto, o termo interseccionalidade é associado ao artigo publicado em 1989 “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero” da pesquisadora e ativista Kimberlé Crenshaw. O conceito de interseccionalidade considera que há características específicas para a discriminação quando lidamos com a sobreposição de grupos. Assim, Crenshaw debate que a visão tradicional de direitos humanos consegue enxergar que “a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres” (Crenshaw, 1989, p. 10). Não enxergando assim a sobreposição de grupos. Contudo, quanto maior for a sobreposição de grupos, a tendência de exclusão das práticas tradicionais de direitos civis também é maior, ou seja, se a pessoa estiver inserida em mais grupos que sofrem discriminações de gênero, classe, raça/etnicidade, idade, em função de uma deficiência, entre outros, há mais chances dessa pessoa sofrer exclusões das proteções que os direitos humanos e civis oferecem.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A segunda metade do século XX trouxe a segunda onda do feminismo e, com isso, os movimentos sociais de gênero, de raça e de classe se fortaleceram, movimentando as agendas políticas. Assim, as pautas se pluralizaram e também se seccionaram por conta da luta pelo lugar da experiência na produção do conhecimento. A academia e o método científico também influenciaram no processo de segregação e disputa discursiva por meio do processo de compartimentação do saber. À medida que as

disputas pelo discurso se acirraram, muitas/os pensadoras/es começaram a enxergar a operação interposta pelas discriminações, principalmente entre raça, gênero e classe. O pensamento feminista negro foi essencial para impulsionar tal teoria. As obras aqui selecionadas para oferecer um panorama da teoria interseccional tratarão da sobreposição entre raça, gênero, classe e outras categorias usadas para discriminação e segregação e demonstram que o assunto já vinha sendo abordado décadas antes da oficialização do termo interseccionalidade que inaugura essa área do saber.

A teoria conhecida como interseccional está associada às pensadoras estadunidenses e ao feminismo negro como Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde e muitas outras. Contudo, outros grupos de pensadoras em diversas regiões das Américas também contribuíram para o fortalecimento da teoria interseccional. Também são referências importantes grupos de pensadoras *chicanas*, como Gloria Anzaldúa, Cherie Moraga e outras. Na América Latina, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Maya Vigoya e muitas outras. Algumas teóricas escreviam sobre teorias que dialogavam com a interseccionalidade antes da nomenclatura ‘interseccionalidade’ se tornar mundialmente conhecida. Um exemplo disso é o de Lélia Gonzalez que, em 1984, no Brasil, já escrevia sobre sobreposições entre gênero e raça na sociedade brasileira.

DESENVOLVIMENTO GERAL SOBRE O TEMA

Antes da inauguração da nomenclatura ‘interseccionalidade’, Angela Davis já havia escrito a obra *Mulheres, raça e classe* (1981), que relata historicamente os percursos do feminismo negro sob a ótica da questão racial. Para além disso, o Coletivo Combahee River, coletivo feminista negro e lésbico ativo entre 1974 e 1980, na cidade de Boston, nos Estados Unidos, já falava sobre como pensar nas interseções das opressões. Em 1977, o coletivo produziu um manifesto comprometido com “a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe” compreendendo que “os principais sistemas de opressão estão interligados” (Coletivo Combahee River, 2019, p. 197).

Ao inaugurar a nomenclatura ‘interseccionalidade’, Crenshaw descreve em seu artigo *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero* (1989) que o cruzamento entre as categorias de discriminação não é um somatório; essa intersecção gera algo diferente e isso torna a formulação de políticas públicas muito complicada. Crenshaw denuncia as lacunas no campo dos direitos humanos e menciona que “um dos objetivos é identificar mecanismos para que instituições trabalhem em conjunto para garantir que a discriminação racial que afeta mulheres e a discriminação de gênero que afeta mulheres negras sejam consideradas mutuamente e não de uma

maneira excludente” (Crenshaw, 1989, p. 8). As tentativas de elaboração de políticas públicas enfocam sujeitos universais, mas é o atendimento que deve ser universal e a falta de letramento racial influencia bastante esse processo. Crenshaw (1989) ainda discerne entre discriminação, discriminação mista causada pelo cruzamento de discriminações e a subordinação estrutural que, por conta de políticas internacionais em países desvalorizados, levam mulheres a assumir serviços que deixam de ser prestados pelo governo devido a precarização do Estado como um todo. E, dessa forma, se faz necessário entender como a interseccionalidade pode e deve influenciar as políticas públicas em prol de mudanças estruturais.

Patricia Hill Collins, pensadora feminista estadunidense negra e escritora de muitas obras como *Pensamento Feminista Negro* (1990), *Política Sexual Negra* (2004) e *Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica* (2019), define interseccionalidade, em sua obra *Interseccionalidade* (2016) escrita em conjunto com Sirma Bilge, como um processo que

investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2016, p. 12).

Sendo assim, a interseccionalidade também é uma forma de pensar a subjetividade e como as experiências humanas não são segregadas em caixas ou categorias específicas. É interessante perceber que as autoras focam no que a interseccionalidade faz e não no que ela é. Um conceito importante para Collins é o de matriz de dominação, pois ele nos possibilita observar como as opressões são articuladas e como essas articulações de domínios de poder fortalecem os sistemas de dominação em prol da conservação do poder hegemônico. Em *Pensamento Feminista Negro*, a teórica enumera quatro domínios de poder e reitera-os em *Interseccionalidade*: o domínio de poder estrutural, relacionado às instituições sociais; o domínio de poder disciplinar, relacionado à “aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação e categorias semelhantes” (Collins; Bilge, 2021, p. 27); o domínio de poder cultural, relacionado à “a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder” (Collins; Bilge, 2021, p. 24); e o domínio de poder interpessoal, referente “ao modo como os indivíduos vivenciam a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar” (Collins; Bilge, 2021, p. 29). Dessa forma, é possível utilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica na micropolítica e na macropolítica.

Outra feminista negra *queer* com contribuições relevantes para a construção da teoria interseccional foi Audre Lorde. Em seu ensaio *Não existe hierarquia*

de opressão (1993), Lorde se descreve como uma pessoa inserida em muitas das categorias afetadas e excluídas constantemente pelos domínios de poder: “pessoa negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças – uma delas, um garoto – e parte de um casal interracial” (Lorde, 2019, p. 235). Com isso, leva seus leitores à conclusão de que não existe hierarquia de opressão pois afirma que não é concebível “achar que estar livre da intolerância é direito de apenas um grupo específico” (Lorde, 2019, p. 236). Suas contribuições para o campo de análise foram imensas a partir do olhar plural de quem está inserido em diversos grupos subalternizados.

No contexto estadunidense, outros grupos subalternizados, como o das pensadoras chicanas, também contribuíram para o fortalecimento do conceito. Em *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (1987), Gloria Anzaldúa denuncia experiências de povos marginalizados das fronteiras e recupera a palavra *mestiza* (mestiça), antes usada como classificação racista, para resistir e denunciar as estruturas de poder. A consciência da nova mestiça (*new mestiza consciousness*, como chama a teórica) denuncia e vive em espaços culturais que apresentam resistência ao racismo, ao sexismo, à desigualdade de classe e ao colonialismo.

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são apenas algumas das muitas pesquisadoras com contribuições para a teoria interseccional e pouco reconhecidas por suas ideias anteriores ao nascimento de tal área. Lélia Gonzalez, com uma produção abundante, compõe *Racismo e sexismo na cultura brasileira* em 1984 percebendo questões sobre o “o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (Gonzalez, 2020, p. 224). Gonzalez segue uma linha psicanalítica que entende que o racismo no Brasil é silencioso e a neurose precisa da fala para transbordar. No entanto, não lhe pareceu ser possível fazer isso pelas políticas institucionais e decidiu enveredar pela cultura.

Ao olhar para a mulher negra, sua voz e seus espaços, Gonzalez expõe o discurso pré-moldado para tal grupo social que tinha opções de repertórios de vida (p. 224) e lugares dentro do nosso “processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel” (p. 226). Com essa linha de raciocínio, é possível perceber as limitações de discurso estereotipado em todos os níveis que movem as políticas públicas. Para a teórica, o mito da democracia racial exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois, o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade (p. 228). Elas estão sujeitas a serem vistas pelo sujeito branco como objeto, tendo o seu estatuto de sujeito humano negado e, por isso, os pesquisadores continuavam

insistindo em análises socioeconômicas e de lutas de classes sem (querer) enxergar as categorias discriminatórias (Gonzalez, 2020, p. 232).

Assim, é possível compreender sua visão do racismo e sexismo como a neurose cultural brasileira que, diferentemente de outros países como os EUA, está muito enraizada, porém escondida. Falar sobre seria reconhecer o passado histórico e possivelmente abrir mão dos privilégios raciais da branquitude e, como diz Lélia Gonzalez, “o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios” (Gonzalez, 2020, p. 232).

Por sua vez, a filósofa e educadora Sueli Carneiro, também com afluente produção intelectual, desenvolve em seu artigo *Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro* (2003) a trajetória e luta do movimento de mulheres no Brasil percebendo a necessidade articular o racismo à luta de mulheres, “uma vez que a variável racial produziu gêneros subalternizados” (Carneiro, 2019, p. 274) e o movimento de enegrecer o feminismo fortalece o espaço das mulheres negras e amplia o espaço dos discursos interseccionais possibilitando enxergar outras sobreposições de grupos.

A teoria interseccional continua sendo percebida, conceitualizada e aplicada nas sociedades do mundo todo. Na América Latina, Maya Viveros Vigoya concebe *La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidade en el contexto latinoamericano actual* (2008) e expõe os cruzamentos das subcategorias na América Latina, já que todas as formas de classificação são exercícios de posições de poder. Denuncia uma construção de um projeto de modernidade que visa regular a reprodução biológica de seus cidadãos e reprodução social de corpos nacionais (Vigoya, 2008, p. 170). Isso se manifesta de maneira que o público regula o privado com a intenção de construir “um corpo saudável e homogêneo de nação para maximizar as forças produtivas” (Vigoya, 2008, p. 170, tradução nossa). Vigoya denuncia a conexão entre raça e desigualdades nas pesquisas, o que consequentemente deve também afetar as políticas públicas e também defende que a branquitude precisa ser nomeada para ser retirada de um lugar de padrão de *status*, voltando-nos para os discursos de poder e caminhos para ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas são algumas das muitas pensadoras e pesquisadoras que nutrem a teoria da interseccionalidade. Um ponto em comum é apresentado pelo olhar crítico para a transformação social, muitas vezes, por meio da formação das políticas públicas e espaços discursivos voltados para a inclusão. No entanto, há de ter cuidado sobre inclusão em qual sociedade. Angela Davis, em conferência magna na Universidade Federal da Bahia em 2017, direciona tal discussão:

Afirmamos que, na medida em que nos levantamos contra o racismo, nós não reivindicamos ser incluídas numa sociedade racista. Se dizemos não ao hetero-patriarcado, nós não desejamos ser incluídas em uma sociedade que é profundamente misógina e hetero-patriarcal. Se dizemos não à pobreza, nós não queremos ser inseridas dentro de uma estrutura capitalista que valoriza mais o lucro que seres humanos (Davis, 2017).

Sueli Carneiro entende que “gênero e raça se impõem como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo” e suas inclusões na esfera pública ampliam os sentidos nos campos da democracia e justiça social (Carneiro, 2019, p. 289).

Em consonância com essas ideias, a interseccionalidade é uma área do saber que inclui diversas formas de pensar as sobreposições de grupos subalternizados, é ferramenta analítica para pensar questões estruturais enraizadas em nossas instituições sociais e culturais e tem muito a contribuir para a transformação social.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Pensamento interseccional. Teoria interseccional.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151- 172.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: **Pensamento feminista brasileiro: fundação e conceitos**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 270-289.

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. **PLURAL: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26.1, p. 197-207, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Angela Davis**: Construindo o futuro da luta contra o racismo. Transcrição da conferência magna de Angela Davis realizada na Reitoria da Universidade Federal da Bahia no dia 25.7.2017. Acessado em: 07/08/2024. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/28/angela-davis-construindo-o-futuro-da-luta-contra-o-racismo/>

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latinoamericano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-238.

VIGOYA, Mara Viveros. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidade en el contexto latinoamericano actual. *In*: CAREAGA, Gloria (org.). **Memorias del 1er Encuentro Latinoamericano y del Caribe**: La sexualidade frente a la sociedad. México, 2008. p. 168-198.

SOBRE A AUTORA

Nathália Araújo Duarte de Gouvêa é formada em Letras – Inglês/Literaturas (UERJ). Mestre em Literaturas de Língua Inglesa no Programa de Pós-Graduação em Letras (UERJ). Atua como professora assistente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, alocada no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CApUERJ). É integrante do projeto de extensão Páginas de Mulheres na Imprensa (PROMIM).



PARTE IV

ENSAIO



C A P Í T U L O 13

MULHERES, EDUCAÇÃO E LITERATURA INFANTIL NO BRASIL DOS ANOS DE 1930

Aline Santos Costa de Lemos

(SME/RJ)

aline.s.costa.hist@gmail.com

A aproximação entre a escola e a literatura voltada para as crianças, no Brasil, data pelo menos da metade do século XIX e, com a criação da República e a expansão das escolas, tal aproximação seguiu em curso. No Brasil dos anos de 1930, a Literatura Infantil estava na pauta daqueles que se ocupavam da Educação. Nos anos de 1930, educadores membros da Associação Brasileira de Educação (ABE) criaram, sob organização da educadora Armanda Álvaro Alberto¹, três exposições internacionais de livros infantis, nos anos de 1931, 1933 e 1936. A organização de exposições internacionais nos remete ao final do século XIX, quando estas representavam uma tentativa dos países se projetarem como referência de nações civilizadas. Na França, no ano de 1889, foi criada a Exposição Internacional de Paris, cujo objetivo era não apenas comemorar o centenário da Revolução Francesa, como também mostrar ao mundo os “avanços tecnológicos” do país. Seguindo o estilo de outras exposições ocorridas no ocidente, as exposições de livros infantis, fomentadas pela ABE também promoveu conferências sobre a literatura destinada às crianças. Na primeira exposição, houve palestras sobre o tema, leituras de histórias infantis e

¹ **Armanda Álvaro Alberto (1892 – 1974):** Nascida no Rio de Janeiro era filha do médico Álvaro Alberto Silva e da Maria Teixeira Motta e Silva e irmã do cientista Álvaro Alberto de Motta e Silva, um dos membros fundadores da Academia Nacional de Pesquisa (MIGNOT: 2002: 154). Em 1921, Armanda Álvaro Alberto começou a trabalhar como diretora da Escola Meriti, localizada no município de Duque de Caxias. A escola – que a partir de 1923 passou a se chamar Escola Regional Meriti – ficava em uma região com sérios problemas de saneamento básico e transporte. A escola era particular, mas sem fins lucrativos. Vivía de doações, que vinham principalmente da fábrica de explosivos, pertencente ao irmão da educadora; da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo e da Associação Feminina Cristã. Membro fundador da ABE, Armanda compôs também a primeira diretoria da Associação. De 1925 a 1929 dirigiu a Seção de Colaboração da Família, da ABE, na qual promovia reuniões e palestras, destinadas às famílias, uma tentativa de ressaltar a importância da colaboração entre a escola e a família na vida escolar. Como membro da primeira comissão, a educadora coordenou a organização de quatro exposições internacionais de livros infantis (1926 – 1936). Quanto sua produção bibliográfica, escreveu artigos e pareceres para revistas e jornais, dentre os quais destacam-se: Biblioteca para moças (1925); Primeiro Inquérito sobre leitura infantil nas escolas pública e particulares do Distrito Federal (1928); Biblioteca para crianças e adolescentes (1930); Escola Regional de Meriti: Um aspecto feminista de sua ação social (1930); Ainda a Literatura Infantil (1934); Leituras Infantis (1948). Para maiores informações ver: Mignot (2002).

apresentações sobre os livros infantis em diferentes países, salientando a maneira como o tema da literatura para crianças era abordada nos países presentes na exposição (Mignot, 2002). Nesse contexto, o documento intitulado “Memorial aos editores Brasileiros” foi produzido como resultado da primeira exposição internacional de livros infantis e suas conferências. Publicado na edição de 20 de janeiro de 1931, o Memorial apresentava predicativos ideais aos livros infantis, a serem publicados no Brasil. Vale ressaltar que muitos desses predicativos estavam relacionados a ideias do campo da educação, por exemplo, adequação dos temas e formatos dos livros às ideias das crianças; respeito à fantasia e à imaginação (como fator importante para o desenvolvimento psicossocial infantil).

Associação Brasileira de Educação A.B.E. acaba de enviar, com o apoio de grandes nomes das letras e do magistério, o seguinte memorial aos editores de livros no Brasil: Convencida de que o momento presente é o mais propício às iniciativas renovadoras que vão surgindo em todos os terrenos, resolveu a Associação Brasileira de Educação, ao encerrar a sua 1ª exposição de livros sobre crianças e para crianças, iniciar uma campanha pela melhoria da literatura infantil publicada entre nós. Vultos eminentes entre os que, fora da Associação, também se dedicam a estas questões, vieram juntar a sua voz à nossa. É, pois, em nome dos amigos da criança brasileira, que ora nos dirigimos aos srs. Editores de todo o Brasil, a quem, por outro lado, prometemos solicitar ao Ministério do Trabalho a redução do imposto sobre a importação do papel. Esperamos do espírito progressista dos srs. Editores a melhor acolhida às sugestões abaixo, resultado que são de estudos especializados e larga experiência junto à infância. A A.B.E. considera como mínimo de condições, que tornam aceitável livro para crianças, as seguintes: 1- Quanto à apresentação material – o livro deve ser, sempre, de belo aspecto, atraente, obra de bom gosto a serviço da infância; encadernado ou cartonado; de papel branco, sem brilho; caracteres grandes (nunca o cursivo), preto; margens largas; uma só coluna em cada página. Para os leitores pequeninos o formato muito grande, vistoso, ou, pelo contrário, bem pequeno (Coll. Beatrix Potter, F. Warner & Co. Nova York). 2 - Quanto ao texto – tão reduzido e intercalado de gravuras, quanto menor for a idade a que se destina o livro. A linguagem empregada deve ser simples, familiar às crianças (evitando a gíria). Frases curtas, períodos curtos, bastante dialogada nos livros para os pequeninos. As traduções devem, sempre, ser confiadas a escritores competentes, cujo nome deve figurar em seguida ao do autor. 3- Quanto às ilustrações – numerosas, artísticas, em cores, de linhas simples, compreensíveis ao olhar infantil (nunca o desenho caricaturístico ou imitação do desenho infantil); 4 - Quanto aos gêneros – historietas de animais personalizados, para os pequeninos até 6 anos; daí em diante, em prosa, mais do que verso histórias cheias de ação, de maravilhoso, de simpatia pelos animais (nunca histórias dogmáticas, moralizantes, tristes). [...] Laura Xavier da Silveira, Presidente da Seção de Cooperação da A.B.E. – Armanda Alvaro Alberto, presidente da Comissão de Leituras e do Conselho Diretor da ABE [...] (Diário de Notícias, 20 de janeiro de 1931).

A preocupação com a literatura infantil parece ter feito parte da pauta de educadores genericamente categorizados como “escolanovistas”, dos quais Armanda Alvaro Alberto, Cecília Meireles, Elvira Nizynska e Juracy Silveira fizeram parte. Cada uma dessas educadoras, a sua maneira, trouxeram significativa contribuição para este campo de estudo, ainda em prévia construção nos anos de 1920 e 1930. Armanda Alvaro Alberto, em sua ampla atuação como diretora de escola e Presidente da Comissão de Leituras da ABE propôs a criação de bibliotecas escolares, bem como a construção de uma sala de leitura para crianças, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – o que não se concretizou (Mignot, 2002, p. 212). Nesse período, na ABE,

manteve contato com o Bureau Internacional d'Éducation (parte integrante do Instituto Jean-Jacques Rosseau, na Suíça), que também promovia debates e conferencias acerca dos livros infantis, buscando estabelecer-lhes predicativos de acordo com a perspectiva da psicologia do desenvolvimento infantojuvenil.

Dentre as questões abordadas no Memorial aos Editores, destacam-se a defesa de uma educação integral do ser humano, a preocupação em atender aos gostos e o que seriam as “necessidades” desse público leitor específico (Papel cartonado, ilustrações, dimensões mais cômodas e compatíveis com as “mãos” dos leitores, etc). Quanto aos temas e elementos literários, morais e educativos mais indicados, estavam histórias em que aparecem animais, poesias, linguagem simples e a presença da fantasia. Os debates acerca do livro infantil e a tentativa de incentivar a impressão de livros que seguissem um modelo diferenciado tinham como referência experiências vivenciadas em outros países. Estudos sobre bibliotecas infantis e gostos infantis sobre leitura eram citados nos discursos. Havia, assim, uma troca de experiências sobre a formação do público leitor infantil, tanto que, em 1928, o primeiro inquérito de leituras infantis, realizado pela ABE em 1926 foi traduzido para o francês e publicado na revista do Bureau Internacional d'éducation.

Ainda nos primeiros anos da década de 1930, a escritora, poeta e educadora **Cecília Meireles** escreveu acerca da literatura para crianças na coluna “Página de Educação”, do jornal carioca Diário de Notícias. Durante o período de 1930 a 1933, Cecília dissertou sobre a educação e sobre a literatura voltada para crianças. Em edição de 1931, ao discorrer sobre a iniciativa do educador Fernando de Azevedo, de publicar livros sobre educação e sobre literatura para crianças, Meireles pondera:

A literatura infantil que em tantos países tem merecido dos maiores nomes um interesse particular e atencioso sempre esteve, entre nós, salvo algum caso excepcional, nas mãos inaptas de amadores que tentavam o livro para as escolas exatamente como quem compra um bilhete numa esquina (...). (Meireles, 1931, p.6).

Nesse sentido, para Cecília Meireles, era um equívoco considerar a literatura infantil como um “gênero menor”, muitas vezes relegado ao papel de “ensinar” e “moralizar” os pequenos leitores. Por essa perspectiva equivocada, no Brasil, muitos livros para crianças seriam escritos, segundo Meireles, por autores inexperientes e não qualificados no que se refere a compreender as especificidades de seu público destinatário. Como intelectual participante do movimento da “Escola Nova” brasileira, a educadora defendia a necessidade de considerar que a criança era um ser pensante, cujas características psicológicas e físicas eram distintas dos adultos. A criança, assim, não era uma “folha em branco” a ser preenchida com ensinamentos morais e pedagógicos pelos adultos, a partir de livros pseudo-literários. Era, portanto, necessário conhecer essas especificidades para escrever-lhes livros “sob medida”, provocar-lhes o encantamento através das histórias e poesias. Isso, contudo, não

significava a completa isenção dos livros infantis no que tange à formação intelectual e moral do seu público leitor, mas sim que esse papel dos livros infantis não poderia se sobrepor aos aspectos literários e estéticos.

Ao longo de sua trajetória, Cecília Meireles² também se ocupou de escrever livros para o público infantojuvenil, em especial **A festa das letras** (1937); **Olhinhos de gato** (1940); **Giroflê, Giroflá** (1956); **Ou isto, ou aquilo** (1964) e **O Menino atrasado** (1966). Ainda acerca da literatura infantil, Cecília Meireles publicou um livro com críticas sobre o gênero literário, intitulado **Problemas de Literatura Infantil** (1950), resultado de suas aulas e palestras como professora de Literatura Brasileira da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Assim como as demais educadoras estudadas neste capítulo, Cecília Meireles pode ser considerada uma “intelectual mediadora”, ou, antes, uma intelectual polimorfa, atuando em diferentes espaços, tanto como mediadora cultural, quanto como produtora de conhecimento. Além de escrever na imprensa, Cecília Meireles também atuou como professora primária, professora do Instituto de Educação do Distrito Federal (anos de 1930), professora da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), a partir da década de 1940, escritora de livros didáticos e literários para crianças. No ano de 1936, Meireles também participou da Comissão Nacional de Literatura Infantil, iniciativa do Ministério da Educação e Saúde, sob gestão de Gustavo Capanema. Embora tenha permanecido apenas nos primeiros meses de atividade da Comissão (por questões pessoais), a escritora contribuiu com pareceres e estudos sobre a temática do livro para crianças. Nesse sentido, a contribuição da escritora se deu em frentes diversas, colaborando para a construção do gênero literatura infantil no país.

Torna-se importante ponderar que entre os anos de 1932 e 1938, o Instituto de Educação do Distrito Federal (atual Instituto de Educação do Rio de Janeiro) (Vidal, 2001), ofereceu uma disciplina intitulada **Literatura Infantil**, em seu currículo para o curso de formação de professores primários. A disciplina foi ministrada pelas

² **Cecília Benevides Meireles (1901 – 1964)**: Cecília Meireles nasceu em 07 de novembro de 1901, filha de Carlos Alberto de Carvalho Meireles, um funcionário do Banco do Brasil e de Matilde Benevides Meireles, professora municipal. Seus primeiros livros de poesias Espectros foram publicados em 1919. Al[ém disso, casou-se em 1922 com o pintor português Fernando Correia Dias com quem teve três filhas. A escritora passou então a conciliar a vida literária com o magistério, onde não apenas lecionou, como também fez alguns estudos, como o Inquérito de Leituras Infantis (1931) sob encomenda da Direção de Instrução Pública do Distrito Federal. Em 1932, participou do grupo de educadores que assinou o Manifesto da Escola Nova. Entre 1931 e 1936, Cecília Meireles escreveu crônicas sobre Educação para a coluna Páginas da Educação, do jornal Correio da manhã. Durante esse período também escreve para revistas de educação e sobre Literatura Infantil (escreve também livros para crianças); em 1936, chegou a contribuir, durante algum período, com a Comissão Nacional de Literatura Infantil. Dentre os livros mais conhecidos de Cecília Meireles estão: **Crianças, meu amor...** (1923); **Saudação à menina de Portugal** (1930); **A festa das letras** (1937); **Romanceiros da inconfidência** (1953). Já os trabalhos não literários, estão **Batuque, Samba e Macumba** (1935) livro sobre os ritmos brasileiros de influência africana; **Problemas da Literatura Infantil** (1950). Para Maiores informações, consultar a tese de Jussara Santos Pimenta, publicada em forma de livro em 2011: PIMENTA, Jussara Santos. **Leitura, arte e educação: a biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco (1934 – 1937)**. Curitiba: CRV Editora; 2011.

professoras **Elvira Nizynska da Silva**³ e **Juracy Silveira**⁴. Elvira Nizynska, ao organizar o programa da disciplina salientou a falta de estudos teóricos, no Brasil, sobre a literatura para crianças. Nesse sentido, procurou construir conhecimentos sobre o gênero literário a partir de estudos sobre a psicologia do desenvolvimento infantil, caminho também seguido por Juracy Silveira.

Ambas também escreveram artigos e estudos, na imprensa (ampla ou pedagógica) sobre as experiências, em suas escolas de atuação, com a literatura infantil. Nizynska também atuou na Comissão Nacional de Literatura Infantil (1936 – 1938), na qual produziu estudos, pareceres e fichas avaliativas de livros para crianças, ajudando a estabelecer predicativos a partir de uma perspectiva do desenvolvimento infantil, similar ao presente em seus estudos no âmbito do Instituto de Educação (Costa, 2011).

³ **Elvira Nizynska da Silva (1896 – 1964)**: Filha de poloneses, Elvira Nizynska da Silva nasceu no Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal. Estudou na Escola Normal do Distrito Federal, entre 1911 e 1913. Em 1920, Elvira Nizynska casou-se com o comerciante português Domingos José da Silva, que possuía uma frota de carros de aluguel. Além de lecionar, Nizynska também atuou como Diretora Adjunta da Escola Rodrigues Alves, no Catete (hoje extinta) entre 1928 – 1932. No mesmo período, filiada à Associação Brasileira de Educação (ABE) a professora Elvira Nizynska participou de vários debates em torno do livro infantil, juntamente com Juracy Silveira, sua amiga pessoal. A partir de 1933, Elvira Nizynska foi nomeada professora assistente da cadeira de Matérias de Ensino, do Instituto de Educação do Distrito Federal. A educadora permaneceu no Instituto de Educação até 1938, neste período, Nizynska lecionou as disciplinas “Literatura Infantil” e “Leitura e Linguagem”. Elvira tornou-se, então, estudiosa da Literatura Infantojuvenil, e em 1936, foi convidada a compor a Comissão de Literatura Infantil, criada pelo ministro de Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Além do contato próximo com alguns dos professores que trabalharam no Instituto de Educação como, por exemplo, o professor Lourenço Filho, Elvira Nizynska costumava receber a visita de alguns professores da ABE. Para maiores informações ver: COSTA, Aline Santos. A Comissão Nacional de Literatura Infantil e a Formação do público leitor infanto-juvenil no Governo Vargas (1936 – 1938). Dissertação defendida para obtenção do título de Mestra em História Social, pelo Programa de Pós Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 2011; COSTA, Aline Santos. “ESCOLA NOVA E LITERATURA INFANTIL: a atuação de Elvira Nizynska como educadora e pesquisadora dos livros infantojuvenis nos anos de 1930”. In: PIMENTA, Jussara Santos; DINIZ, Aires

⁴ **Juracy Silveira (1898 – 1991)**: A educadora Juracy Silveira nasceu na cidade de São Fidelis, norte fluminense, em 19 de junho de 1898. Contudo, aos sete anos de idade, veio para a Capital Federal, junto com sua família. No Rio de Janeiro, foi aluna da escola Rodrigues Alves, hoje extinta. Embora tenha concluído o estudo primário em 1913, não tendo ainda idade para prestar o concurso para a Escola Normal, Juracy Silveira foi matriculada em um colégio interno, o Imaculada Conceição, administrado por freiras. No ano seguinte, 1914, prestou exames e foi admitida na Escola Normal do Rio de Janeiro. Após se formar, tornou-se professora primária e atuou em escolas públicas da capital federal. Em meados dos anos de 1920 a ABE (criada em 1924) passou a oferecer cursos de aperfeiçoamento para professores, sobretudo na área de Psicologia, Sociologia e Administração Escolar. Juracy Silveira, então, filiou-se à Associação e passou a frequentar seus cursos. No mesmo período, teve também contato com professores e estudiosos estrangeiros, que vinham a convite da ABE oferecer cursos de curta duração, a exemplo, Edouard Claparède. Durante a década de 1930, Juracy Silveira atuou como diretora de escola, além de participar de seminários sobre Educação e de lecionar, nos anos de 1937 e 1938 foi designada assistente da cadeira de “Leitura e Linguagem” e, em 1938, foi designada adjunta da cadeira de “Didática”, permanecendo até a década de 1950, como professora do Instituto. Ainda nos anos de 1930, Juracy Silveira realizou cursos de aperfeiçoamento na França e nos Estados Unidos, entrando em contato com os pesquisadores cujas ideias circulavam no Brasil. No ano de 1934, a educadora foi ao IV Congresso de Educação, realizado em Fortaleza, Ceará, onde apresentou o trabalho intitulado “Como pode a diretoria melhorar o ensino a cargo de suas auxiliares”. Após passagem pela Direção de Educação Primária do Distrito Federal, já em 1953, aceitou convite de Anísio Teixeira, atuou como chefe dos cursos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, Bahia. A educadora aposentou-se em 1962, contudo, continuou suas atividades de estudo e pesquisas educacionais junto à ABE, ocupando a presidência da Seção de Ensino Primário. A educadora Juracy Silveira faleceu em 1991, no Rio de Janeiro. Em 1993, em homenagem póstuma, a prefeitura do Rio de Janeiro nomeou uma de suas escolas, localizada no bairro de Marechal Hermes, com o nome da educadora.

Em sua atuação na Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI), Elvira Nizynska produziu artigos e pareceres que apontam para sua perspectiva sobre os livros infantis e a infância. Dentre os temas abordados estavam o papel da literatura infantil; o uso do elemento fantasia nos livros destinados às crianças; formas de incentivar a expansão da literatura infantil no país e projetos para formação do público leitor. Sobre este último foi proposto a criação de centros culturais para crianças e jovens, que começaria com uma biblioteca infantojuvenil, e que, posteriormente, também ofereceria atividades culturais de dança, artes, filmes, etc.

Seria de um valor inestimável para a educação da criança brasileira a organização de centros de cultura e recreação, em todos os pontos das grandes cidades, funcionando não só nos dias úteis, num bem dilatado, como nos domingos e feriados, como recursos para a distração da infância e da juventude. Esses centros teriam finalidades múltiplas, finalidades essas atingidas por meio de atividades variadas e atraentes, capazes de afastar das más companhias aqueles que não tiveram a felicidade de pais cuidadosos e de recursos, os quais supriram, com sua intuição e posse, aquilo que falta, quase na totalidade, nas nossas grandes cidades (Nizynska, 1937, s.p).

Nesse sentido, a educadora propôs ao governo de Getúlio Vargas a criação de centros de cultura e lazer voltados para a formação psicossocial dos jovens e das crianças, seguindo, mais ou menos, o modelo de biblioteca existente no Rio de Janeiro (à época, Distrito Federal), no Pavilhão Mourisco. A Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco foi criada em 1934 por iniciativa da gestão de Anísio Teixeira na Direção de Instrução Pública. Com o início do Estado Novo e o recrudescimento aos opositores políticos de Getúlio Vargas, a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco foi fechada, sob acusação de nela haver livros de autores comunistas. Dois meses depois, Elvira Nizynka lança a proposta da criação desses centros culturais no âmbito da Comissão de Literatura Infantil. Tanto a Biblioteca Infantil quanto os centros de cultura tinham por base ideias defendidas pelos educadores da chamada Escola Nova. Dentre essas ideias destacam-se a formação integral do Ser Humano (aspectos morais e sociais), e a concepção da “criança como centro” da preocupação pedagógica e educacional, uma vez que a construção do centro cultural deveria levar em consideração as especificidades do público infantil (atividades que lhes fosse atraente; a estante de livros deveria ser acessível ao alcance de suas mãos).

No âmbito do Instituto de Educação do Distrito Federal, Elvira Nizynska da Silva, assim como Juracy Silveira, atuaram como docentes das disciplinas “Leitura e Linguagem” e “Literatura Infantil”. A importância conferida aos livros infantis, pelos intelectuais idealizadores do Curso de Formação de Professores do Instituto de Educação (Anísio Teixeira e Lourenço Filho, cujas trajetórias perpassam pela atuação na ABE) pode ser observada com a criação de uma disciplina específica para tratar do assunto. No programa da disciplina Literatura Infantil, do ano de 1935, assinado por Nizynska, apresenta a seguinte bibliografia:

a) Livros Textos: - Roland de Carvalho – Pequena História da Literatura Brasileira; - Arthur Motta – História da Literatura Brasileira; - Basílio de Magalhães – O Folclore no Brasil; - Gustavo Barroso – Ao Som da Viola; - Gustavo Barroso – A Ronda dos Séculos. B) Livros de consulta para estudo comparativo e discussão: - Claparède – Psicologia Del niño; - Helena Antipoff – Ideias e interesses das crianças de Belo Horizonte; - Marcel Brawnschvid – (Revista do Brasil – Outubro de 1921) – A Literatura Infantil; C) Leituras recomendáveis: - Sampaio Dória – Educação; - Kilpatrick – Educação para uma civilização em mudança; - Binet – Les idées modernes sur les enfants; - Claparède – Educação Funcional. - Dewey – Como pensamos; - Piaget – Langage ET La pensée chez l'enfant. (Arquivos do Instituto de Educação – 1937)⁵.

A observação deste trecho do documento nos possibilita pensar que possivelmente havia ainda poucos estudos teóricos sobre o livro infantil circulantes no país. Apenas o estudo de Helena Antipoff e de Marcel Brawnschvid, que versam especificamente de livros infantis, estão presentes no programa de curso. Diante da incipiência dos estudos específicos, a educadora lançou mão de estudos sobre a literatura sob uma perspectiva generalista, estudos sobre o folclore e sobre o desenvolvimento psicológico, cognitivo e social das crianças: com destaque a Edouard Claparède; Alfred Binet e Jean Piaget. É nesse contexto que Elvira Nizynska da Silva buscar construir conhecimentos acerca do livro infantil, a partir do diálogo entre estudos literários, psicológicos, cognitivos e educacionais e os livros destinados às crianças. Assim, busca-se definir o tipo ideal de literatura infantil considerando-se o desenvolvimento psicológico e cognitivo desse público leitor tão específico.

Mais uma vez, podemos inferir que estamos diante de uma intelectual que se ocupa tanto da construção de conhecimento quanto da mediação cultural, uma vez que lecionava para professoras em formação, além de compor uma comissão destinada a criar critérios e projetos de fomento à expansão da literatura infantil e da formação de leitores no Brasil. Os pareceres e projetos apresentados no âmbito da Comissão, bem como os trabalhos práticos desenvolvidos pela educadora em parceria com suas alunas do Instituto de Educação apontam para a colaboração da educadora na construção do conhecimento sobre o livro infantil. Os estudos e trabalhos de Elvira Nizynska foram registrados pela educadora em um artigo intitulado “O Problema da Literatura Infantil”, publicado em 1936, na revista *Infância*.

Tendo iniciado o trabalho pelo estudo dos inquéritos norte-americanos e franceses, depois de comparar esses resultados com os realizados no Brasil, as alunas da Escola de Educação, de que sou assistente da cadeira de Literatura Infantil, resolveram fazer observações em crianças de suas casas e da Escola Elementar do Instituto de Educação, para verificar, especialmente, quais as idades em que o interesse pela ficção predomina. Os resultados colhidos dessas observações só têm o valor da sinceridade com que o trabalho foi realizado e o desejo de dar à Literatura Infantil o lugar que lhe compete na educação; representam o início de pesquisas futuras, de maior vulto, e das quais talvez possa resultar alguma coisa de mais positivo e útil. Foi observado: até 8-9 anos o interesse pelo maravilhoso é muito acentuado; as crianças se sentem empolgadas pelas personagens de ficção, agradando-lhes extraordinariamente que os animais e objetos tenham dons sobrenaturais. É curioso notar, porém, que embora haja esta ânsia de fantasia, [...] as crianças distinguem o real do fantástico [...] (Nizynska, 1936, p. 26).

⁵ Bibliografia da disciplina Literatura Infantil. PROGRAMA DE LITERATURA INFANTIL. Arquivos do Instituto de Educação (1937) Acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB)/ Instituto de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

A partir da leitura do trecho, é possível apontar que o inquérito buscava responder perguntas relacionadas aos interesses estéticos do público infantil a fim de mapear quais faixas etárias eram mais recorrentes. Nessa linha, era preocupação central pensar o desenvolvimento cognitivo e psicológico das crianças a partir de estudos do desenvolvimento infanto-juvenil. Não obstante, o inquérito fosse circunscrito apenas a um círculo pequeno de crianças (familiares das alunas e estudantes da Escola Elementar do Instituto de Educação), tais indagações ora formalizadas atendiam a inquietações presentes nas investigações de Nizynska e das alunas da disciplina. Estudos de Jean Piaget e Edouard Claparède sobre o desenvolvimento infantil. Sendo assim, novas perspectivas floresceram entre as áreas de Educação e Literatura Infantil.

Outra observação importante é que para além de permitir antever a maneira como, possivelmente, a professora que ministrava a disciplina dialogava com as teorias de então (sobre o desenvolvimento infantil e sua relação com o exercício da imaginação e da fantasia), o trecho do artigo nos permite também entrever as práticas de pesquisa realizadas. Tal qual sugere o programa do curso, as professorandas liam os autores da bibliografia, as pesquisas sobre gostos literários infantis e, em seguida, iniciavam suas próprias pesquisas (como indica o artigo, com crianças da Escola Elementar do Instituto de Educação e crianças pertencentes às famílias das próprias alunas).

A atuação de Elvira Nizynska da Silva no âmbito dos estudos acerca da literatura infantil parece diminuir a partir de 1939, período em que a educadora deixa de lecionar no Instituto de Educação que, sob a direção de Alceu Amoroso Lima, passa por reformulação de currículo e a literatura infantil deixa de ser uma disciplina específica para se tornar parte da disciplina Leitura e Linguagem. No ano anterior, 1938, a Comissão Nacional de Literatura Infantil é desfeita, sob alegação de que faltaria verba para manter suas atividades. Tais situações encontram-se em consonância com a situação política e social do país à época: com o golpe do Estado Novo, o governo Getúlio Vargas passou a investir pesadamente na área militar (sobretudo com os rumores de recrudescimento da guerra na Europa, que viria a se tornar a Segunda Guerra Mundial). No mesmo período, sob a gestão de Getúlio, houve intensa perseguição a críticos e opositores do presidente, o projeto de Gustavo Capanema de unificar as faculdades na Universidade do Brasil fez com que projetos locais, como a Universidade do Distrito Federal, da qual o Instituto de Educação fazia parte, fossem encerrados. Com o fim da UDF, o Instituto de Educação voltou a ser uma instituição individual, sob a direção do intelectual católico Alceu Amoroso Lima. Por fim, vale ressaltar que Elvira Nizynska atuou também como professora primária e diretora escolar. Dentre as escolas em que foi diretora estão o já extinto Grupo Escolar Rodrigues Alves (Catete), Segunda Escola Experimental Bárbara Ottoni (Maracanã) e Escola Experimental Argentina (Vila Isabel).

Durante a década de 1930, Juracy Silveira atuou como diretora de escola, além de participar de seminários sobre Educação e de lecionar, nos anos de 1937 e 1938 foi designada assistente da cadeira de “Leitura e Linguagem” e, em 1938, foi designada adjunta da cadeira de “Didática”, permanecendo até a década de 1950, como professora do Instituto. Ainda nos anos de 1930, Juracy Silveira realizou cursos de aperfeiçoamento na França e nos Estados Unidos, entrando em contato com os pesquisadores cujas ideias circulavam no Brasil. No ano de 1934, a educadora foi ao IV Congresso de Educação, realizado em Fortaleza, Ceará, onde apresentou o trabalho intitulado “Como pode a diretoria melhorar o ensino a cargo de suas auxiliares”. O artigo foi, posteriormente, publicado na revista *A Escola Primária*. Essa publicação torna-se interessante na medida em que permite conhecer algumas concepções pedagógicas da educadora, bem como vislumbrar algumas experiências realizadas na escola Vicente Licínio Cardoso⁸⁵, na qual foi diretora. As principais questões levantadas no artigo dizem respeito ao fracasso escolar e ao papel da direção escolar no sentido de tentar resolver os principais problemas que levam aos resultados obtidos pelos alunos. Interessante observar que, no mesmo artigo, a educadora traz como medida adotada pela direção uma maior atenção dada ao ensino da leitura silenciosa (método também defendido por Lourenço Filho e Elvira Nizynska) e à criação de um clube de leitura, na biblioteca escolar.

A atuação de Juracy Silveira como diretora da Escola Vicente Licínio Cardoso (Praça Mauá, Centro do Rio de Janeiro) lhe rendeu uma designação para direção da Escola Experimental México (Botafogo). Na escola experimental, teria ido além do modelo esperado, cuja organização era semelhante ao sistema de ensino primário norte americano. Juracy Silveira, na direção da escola México, trabalhou com o sistema de projetos, incentivando, assim, a pesquisa e o aprendizado autônomo. Nas décadas que se seguiram, Juracy Silveira continuou atuando junto ao Estado, ocupando cargos ligados à educação. Em 1942, foi chefe de Distrito Educacional período no qual também atuou como diretora da Escola Normal Carmela Dutra (Madureira).

Nos anos seguintes, publicou artigos e livros, mais notadamente **Ler e Brincar**, cartilha de 1944; **Minha alegre companheira** livro de leitura para escola primária; e **Leitura na escola primária**, de 1960. Para melhor compreender sua concepção de literatura infantil, todavia, dois artigos, contudo, dois artigos foram escritos pela educadora, especificamente sobre literatura infantil. São eles: “Monteiro Lobato e as crianças” (1948) e “Leitura na escola primária” (1939), publicados na Revista de Educação, da Associação Brasileira de Educação (ABE). Já na década de 1950, Juracy atuou como Chefe de departamento da educação primária (1951), no Distrito Federal. Em sua atuação, organizou o projeto de bibliotecas infantis (SILVA, 2002). No ano de 1960, Juracy Silveira escreveu ainda o manual de ensino para cursos normais,

intitulado **Leitura na Escola Primária**. Esse manual pode ser considerado como um resumo técnico de suas experiências profissionais e seus estudos educacionais sobre a leitura e as formas de desenvolver e expandir o hábito de leitura entre as crianças, tanto no ambiente escolar quanto fora dele. No manual, apresentam-se ideias sobre o desenvolvimento infantil relacionados às perspectivas do movimento escolanovista no Brasil.

Nesse sentido, o estudo sobre a atuação destas intelectuais de ampla atuação no Brasil possibilita uma melhor compreensão da construção do conceito de livro infantil no país. Para além dos escritores homens que se ocuparam da temática, essas mulheres contribuíram não apenas na construção desses conhecimentos como também em sua circulação, uma vez que atuaram também como professores (no ensino normal e no ensino primário).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Vianna Lacerda de. **Crônicas de Cecília Meireles: Leitura e Literatura em prol da Renovação Educacional (1930 – 1933)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Aline S. **A Comissão Nacional de Literatura Infantil e a formação do público leitor**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Aline S. A Escola Nova e a Literatura Infantil: a atuação de Elvira Nizynska como educadora e pesquisadora dos livros infantojuvenis nos anos de 1930. In: PIMENTA, Jussara.S.(org). **Diálogos sem fronteiras: Educação, História e Interculturalidades**. Curitiba: Editora CRV; 2012.

COSTA, Aline S. **A conformação da literatura infantil como disciplina no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932 – 1938)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org). **Intelectuais mediadores: Práticas Culturais e políticas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2016.

KUHLMANN Jr. Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Editora Meditação; 1998.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil brasileira: História e Histórias**. São Paulo: Editora Ática; 2007.

LOPES, Sônia de Castro. **Oficina de mestres: História, Memória e Silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932 – 1939)**. Rio de Janeiro: DP&A

Editora/ FAPERJ; 2006.

MEIRELES, Cecília. Página de Educação. **Diário de Notícias**, n. 411, Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1931.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Baú De Memórias, Bastidores De Histórias**: o legado pioneiro De Armanda Alvaro Alberto. Bragança Paulista: EDUSF; 2002.

NIZYNSKA, Elvira. **Revista Infância**. n. 9. São Paulo, junho de 1936.

PIMENTA, Jussara Santos. **Leitura, arte e educação: a biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco (1934 – 1937)**. Curitiba: CRV Editora; 2011.

PLUM, Werner. **Exposições Mundiais no Século XIX Espetáculos de Transformação Sócio – Cultural**. São Paulo: Editora Friedrich Ebert Stiftung; 1979.

SILVA, Márcia Cabral. **Uma história da formação do leitor no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, Renè (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

SOBRE A AUTORA

Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/ UFRJ); Doutorado em Educação pelo Proped (UERJ). Professora de História da Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ). Membro do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL), do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ e do Projeto de Extensão Páginas de Mulheres na Imprensa (PROMIM).

Mulheres,

Imprensa, Literatura e Educação
em Verbetes

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Mulheres,

Imprensa, Literatura e Educação
em Verbetes



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

